

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

AS PRAÇAS DE AQUIDAUANA: LUGARES QUE
REFLETEM OS COTIDIANOS SOCIAIS DA CIDADE

Dolores de Carvalho Queiroz

Orientador: Antônio Firmino de Oliveira Neto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Câmpus de Aquidauana, como quesito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aquidauana/MS
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DOLORES DE CARVALHO QUEIROZ

**AS PRAÇAS DE AQUIDAUANA:
Lugares que Refletem os Cotidianos
Sociais da Cidade.**

COMISSÃO JULGADORA

Orientador: Prof. Dr. Antônio Firmino de Oliveira Neto.

2º Examinador: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Corrêa Araújo.

3º Examinador: Prof. Dr. Carlos Martins Junior.

Aquidauana-MS, 06 de outubro de 2009.

DEDICATÓRIA

“Viva sempre esta terra encantadora;
E o bom sonho do gênio altipotente;
Desta raça valente e vencedora;
Que um astro bem tirou do céu
luzente” *Ao povo aquidauanense.*

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de uma dissertação requer um longo caminho a se trilhar. É um percurso árduo que ninguém consegue fazer sozinho. Por isso, faz-se necessário reconhecer a ajuda dos que estiveram mais presentes durante o processo. Com certeza, não há condições de pautar uma a uma. Porém, fica um agradecimento geral a todos que comigo caminharam, sorriram, dialogaram, refletiram, discordaram, orientaram e incentivaram, nesse período que foi da formulação do anteprojeto à conclusão. Algumas, no entanto, não poderiam deixar de ser mencionadas neste momento.

Assim, agradeço imensamente,

A pessoa mais importante da minha vida, minha mãe. Ela que me deu a vida e condições para viver, e não meço esforços para me ajudar. Agradeço a ela, por ter estado sempre presente, me ensinando a reconhecer as oportunidades, quando estas, se tornavam evidentes. Agradeço a ela, por ter feito do meu cotidiano uma sala de aula, no qual, ela (minha grande professora) foi e é um grande exemplo de determinação, força, amor e esperança. A minha mãe é minha energia, é quem me anima e me motiva a conquistar novos espaços. A ela, eu quero expressar minha gratidão plena de amor.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Firmino de Oliveira Neto que sempre será lembrado com grande respeito, carinho e admiração. Talvez, depois desse dia, estar com o professor Firmino não será mais algo rotineiro no cotidiano que se seguirá. Contudo, ele é um grande amigo que jamais me esquecerei, pois, seus ensinamentos estão permeados no meu ser, servindo de base para as minhas conquistas. A ele, eu sou grata pela amizade, paciência, pela a orientação, pelo carinho desses anos todos, pela confiança,

pela a honestidade, por toda a verdade, preocupação, respeito, pela capacidade intelectual, dedicação e acima de tudo, pela oportunidade de conviver com esse maravilhoso exemplo de pessoa que é.

À banca examinadora, Prof.^a Dr.^a Ana Paula Araújo Corrêa, Prof.^a Dr.^a Cleonice Gardin e Prof. Dr. Carlos Martins Junior pela dedicação ao avaliar meu trabalho, e pelo profissionalismo admirável que eu me espelho, e me motiva.

A todos os professores do Curso de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Aquidauana, que também contribuíram de forma fundamental para o resultado que eu alcanço hoje. E, que essas contribuições vão além desse trabalho. Eles me deram conhecimento, e isso, agora faz parte de mim.

À turma do Mestrado (2007-2009), pelas valiosas discussões e reflexões coletivas. Em especial ao Dirceu Maurício Van Lonkhuijzen, Getúlio Raimundo de Lima e Salvador Garcia Junior pelas frutíferas trocas, mas, sobretudo pela amizade sempre incondicional.

À Danielli Rodrigues Amorim Campos, durante esse tempo que transcorreu o mestrado, a Dani, para muitos, pode não ter passado de “atestado de matrícula” ou “declaração de aula”. Mas, para mim, ela não foi somente uma exímia secretária do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, mas, uma grande amiga que esteve em benefício, não somente meu, mas de todos que por ali passaram. Ela é a maior lembrança que eu levo dessa fase, pois foi a amiga que aliviou e facilitou essa passagem, sendo honesta, profissional e competente. Jamais eu deixaria de agradecê-la pela exemplar representação que fez do nosso Mestrado e por todo carinho de amiga que ela prestou a mim nesses últimos anos.

À Lucimar Constantino Barbosa e família, por todo o suporte emocional, afetivo e intelectual; pelo carinho e pela amizade incondicional. Pelos momentos irreverentes, pelas loucuras, pelas viagens e pelas longas conversas, risos, sonhos e até mesmo pelas discordâncias, que estas sim, fazem parte da verdadeira amizade.

À Antonina Lugon Rondon da Silva por ser um referencial de perseverança; além de todo carinho e amizade que resultou em trocas significativas para o alcance desse objetivo.

A todos os funcionários da biblioteca da UFMS, que desenvolveram bem suas funções, dando condições de acesso aos materiais bibliográficos.

Aos funcionários dos serviços gerais da UFMS – Unidade II, que sempre promoveram um ambiente agradável para o desenvolvimento das aulas.

À Propp UFMS (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por auxiliar no desenvolvimento da pesquisa fornecendo uma bolsa significativa para a obtenção dos resultados vistos hoje.

Aos funcionários da Base de Pesquisa dos Rios Aquidauana e Miranda (BPRAM) - Unidade III da UFMS, por disponibilizarem os documentos necessários à pesquisa. E, em especial ao Prof. Dr. Carlos Martins Junior por autorizar a manipulação desses documentos.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal de Aquidauana, pelo carinho e atenção que deram à minha pesquisa, além de fornecer toda a ajuda necessária para o desenvolvimento do trabalho.

A Prefeitura Municipal de Aquidauana por disponibilizar os documentos requeridos.

A todos os entrevistados, pela atenção, disposição, respeito e colaboração.

À professora Icléia Vargas por disponibilizar uma foto de um quadro de sua estima, colaborando com a qualidade deste trabalho.

À Igreja Nossa Senhora da Conceição por permitir o acesso a livros importantes da igreja, colaborando com a certificação de algumas hipóteses levantadas.

E, enfim, a Deus, meu amigo inseparável, meu ar, meu chão, minha vida. Ele é os meus desejos, meus sonhos, minhas realizações. É o meu guia e o meu livre-arbítrio. Meu início, meu fim.

“O progresso de uma cidade está condicionado à existência de um forte e sadio espírito público por parte dos seus habitantes; somente quando o indivíduo passa a encarar o Município como uma projeção de sua família no tempo e de seus bens no espaço é que poderemos dizer que foi alcançada a necessária integração coletiva que empresta personalidade própria a uma verdadeira cidade.”

(DOURADO, G. e MOURA, N.)

RESUMO

Esta pesquisa é resultado de uma reflexão acerca dos espaços públicos da cidade de Aquidauana. Para tanto, um resgate, ainda que superficial no histórico processo de formação das cidades mostrou o quanto esses lugares são importantes para a sociabilização das populações citadinas. Buscou-se, ainda, entender como se deu o processo de produção dos espaços públicos de Aquidauana, por meio das práticas socioespaciais, fundamentais nesse processo. A conceituação de espaço público, praças e lugares são partes do ponto de vista teórico-conceitual, que tiveram que ser esclarecidos por estar emerso numa generalização de acepções que ofuscam a compreensão da realidade das cidades atuais. A pesquisa visou também, contribuir para os estudos da cidade e do urbano, por meio das práticas sociais nos espaços públicos de lazer, ou seja, os conteúdos que dão movimento ao processo de produção do espaço social, que se refere a um espaço complexo e de múltiplas identidades. Por conseguinte, inquietações quanto a compreensão da utilização dos espaços públicos pela sociedade e a importância das praças na estruturação urbana, foram indagações resolvidas por meio do trabalho de campo, associado a uma metodologia voltada à essas questões. Portanto, averiguaram-se os usos dados aos espaços públicos de lazer enquanto espaços em constante redefinição e como lugares que expressam as múltiplas formas de viver na cidade. Averiguou-se ainda, a produção e reprodução desses espaços de acordo com a dinâmica social. Enfim, foram analisados os elementos mais importantes para a compreensão dos espaços públicos de lazer e o seu sentido enquanto espaço socializante.

Palavras-chave: Espaço público, produção do espaço, lugar, praça, sociedade.

ABSTRACT

This research is a result of reflection about public spaces of Aquidauana. For so, a rescue, although superficial, in the historical process, has showed how much this places are important for the sociabilization of local people. Even it has been tried to understand how it has happened the process of production about public spaces from Aquidauana, through socio-spatial practices, very important in this process. The concept about public space, squares and places are component of theoretical point of view that should had advised to be included in a generalization about acceptation that blear the comprehension about reality of actual cities. The research aimed also to contribute for the studies about the city and urban space, through social practices at the leisure public spaces, or, the contents that give moving to the process of social space production whom makes reference to a complex space and many identities. As a result, restlessness to the comprehension about using of public spaces by society and importance of squares at the urban structure, were answered question through fieldwork, which is associated to a methodology that is directed for these questions. Therefore, it has been verified the provided using to the public spaces of leisure as long as spaces in a constant redefinition and as places that express several forms to live in the city. It has been verified the production and reproduction of these spaces in according with a social dynamic. At last, the elements most important were analyzed to the comprehension about public spaces of leisure and their sense as long as social space.

Key-words: Public space, production of space, place, square, society.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE FOTOS	13
APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO: QUANDO O ESPAÇO VIRA LUGAR	21
CAPÍTULO I - A CIDADE	31
CAPÍTULO II - AQUIDAUANA E AS PRAÇAS	46
CAPÍTULO III - AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E AS PRAÇAS	76
CONCLUSÃO.....	110
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	112
APÊNDICE.....	119
ANEXO 1: Artigo 46 do Primeiro Decreto Lei de Aquidauana de 1907.....	121
ANEXO 2: Parte do Registro do Livro Tombo da Igreja Nossa Senhora da Conceição de 1919.....	127

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa de Localização da Praça da Matriz – 2009.....	52
FIGURA 2: Mapa de Localização da Praça dos Estudantes – 2009.....	68
FIGURA 3: Mapa de Localização do Antigo Passeio Público.....	73
FIGURA 4: Mapa de Localização da área reservada para criação de uma Praça na Vila Quarenta – 2009.....	96
FIGURA 5: Mapa de Localização da área reservada para criação de uma Praça na Vila Bancária - 2009.....	97
FIGURA 6: Mapa de Localização da Área de Lazer da Vila Santa Terezinha – 2009.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Gráfico de frequências	101
GRÁFICO 2: Gráfico das praças mais freqüentadas	102
GRÁFICO 3: Gráfico das Motivações	103
GRÁFICO 4: Gráfico de Periodicidade	104
GRÁFICO 5: Gráfico dos motivos dos que alegaram não freqüentar praça alguma	105
GRÁFICO 6: Gráfico da importância das praças	108

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Parte dos Registros do Livro Tombo Nº 1 da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Aquidauana – 1919.....	55
FOTO 2: Estação Ferroviária de Aquidauana – 1933.....	65
FOTO 3: Estação Ferroviária de Aquidauana – 1960.....	66
FOTO 4: Largo Afonso Pena – 1957.....	67
FOTO 5: Circo Montado no Largo Afonso Pena, ao fundo – 1957.....	69
FOTO 6: Parque Infantil Instalado no Largo Afonso Pena, todo em Madeira – 1957.....	69
FOTO 7: Praça Afonso Pena – 1972.....	70
FOTO 8: Passeio Público de Aquidauana, S/D.....	71
FOTO 9: Praça Estevão Alves Corrêa (Passeio Público) - 1992.....	75
FOTO 10: Arco Triunfal na Praça da Matriz – 2009.....	79
FOTO 11: Busto dos Fundadores Exposto na Praça da Matriz – 2009 ...	79
FOTO 12: Índia Terena Localizada na Praça dos Estudantes - 2009.....	81
FOTO 13: Ponte Sobre o Espelho D'Água na Praça dos Estudantes - 2006.....	89
FOTO 14: Ponte Sobre o Espelho D'Água na Praça dos Estudantes – 2008.....	89
FOTO 15: Praça da Matriz – 2006.....	90
FOTO 16: Praça da Matriz – 2009.....	90
FOTO 17: Praça da Matriz – 2009.....	92

APRESENTAÇÃO

Ao longo da história as praças fizeram parte da evolução das cidades. Desde a ágora na Grécia antiga ou na Roma do grande império; as cidades muradas do período medieval até as aldeias de colonização tiveram esses espaços para a interação social. Atualmente as praças contribuem com a interação social e com o embelezamento das cidades modernas (SPIRN, 1995 *apud* GOMES, M., 2005).

As praças são espaços para a contemplação, a prática do comércio, das negociações, do passeio, do lazer e do ato de fazer política. Constituindo-se num lugar de encontros e convívio com as diferenças, as praças também são guardiãs de legados culturais, servindo em diferentes épocas como palco para acontecimentos da vida pública e privada, sagrada e mundana (GOMES, M., 2005).

Portanto, desde os mais remotos registros das relações humanas, as praças constituíram-se como lugares que favoreceram a sociabilidade. Por muito tempo elas foram consideradas extensões das casas e por causa disso, muitas vezes, se tornaram referência da valorização dos sentimentos coletivos. Como parte indissociável das cidades, muitas praças enaltecem a sua imagem, como é possível notar em São Paulo com a Praça da Sé ou em Brasília com a Praça dos Três Poderes. De certa forma, isso justifica a confusão histórica entre o conceito ocidental de urbano e o conceito de praça.

No Brasil, a existência das praças se remete ao início da urbanização, ainda no período da colonização. Naquela época as praças faziam parte dos jardins das igrejas e das casas dos fidalgos, estabelecendo

uma continuidade ao estilo de vida europeia, onde faziam parte dos grandes jardins dos palácios.

No período de colonização do Brasil, a formação das cidades acontecia de forma irregular e desordenada, pois os traçados da área urbana acompanhavam as iniciativas particulares dos moradores e das condições físicas dos sítios urbanos. Ainda naquele período, a forma de ocupação das cidades brasileiras acontecia ao redor das igrejas, que se constituía na área mais nobre da cidade. Logo, quanto mais afastado da igreja, mais periférica era a localidade. Essa forma de ocupação restringia as praças aos moradores mais abastados.

No processo de formação das cidades coloniais brasileiras o espaço urbano se caracterizava por uma igreja, uma praça e um cemitério. E, em muitas cidades era a partir desses três elementos que o processo de produção espacial começava. O espaço urbano era produzido inicialmente com a construção de uma igreja seguida pelo adro, que trazia mais segurança aos transeuntes; pelas residências das elites e os prédios administrativos. As construções desalinhadas propiciavam o surgimento de espaços vazios, que passaram a serem os espaços públicos e em muitos casos, as praças. Como consequência desse tipo de desenvolvimento, muitas praças e ruas estabeleceram traçados que posteriormente não supriram os fluxos de pessoas e veículos.

Praças e ruas surgiam de forma muito desordenada. O alinhamento das ruas e casas resultava da iniciativa particular dos seus moradores. Esse fato revela mais uma vez a menor presença do Estado português em comparação com o espanhol. Após sua fundação pela coroa ou pelos donatários, as cidades cresciam espontaneamente, seguindo a orientação das condições físicas do seu sítio. Ruas e praças adaptaram-se às irregularidades do relevo (SCARLATO, 2001, p. 418).

No Brasil Colonial, as praças eram referenciadas como espaços para as manifestações de ordem cívica, política e militar. Essas manifestações se confundiam dando às praças um caráter simbólico e democrático. Ao longo dos anos, as praças foram constituindo um novo ambiente, mais familiar e de liberdade.

Na Europa do século XVIII, as praças eram lugares que, para Segawa (1996, *apud* Gomes, M., 2005, p. 106) “abrigavam rituais de variadas

naturezas, religiosos ou seculares; casamento e funerais, execuções, comemorações, torneios, corridas, encenações teatrais”. No mesmo período, as praças brasileiras desempenhavam as mesmas funções das européias representando resquícios da colonização.

Nas cidades européias do século XIX, por causa do desenvolvimento industrial e tecnológico que propiciaram um avanço no crescimento urbano, as ruas tornaram-se referência para a imagem do urbano em substituição às praças, diferentemente das cidades brasileiras que, ainda preservam a imagem do urbano nos espaços públicos, em especial nas praças; caracterizando-se como contraponto à influência desenvolvimentista notada na Europa. Segundo Marcos Gomes (2005, p. 106) “é normal associar o centro de uma cidade à presença da principal praça, bem como da igreja católica. Isso remete a considerar esses dois elementos como referenciais urbanos da área central de uma cidade”.

No Brasil, as praças sempre fizeram parte da paisagem urbana como um elemento marcante na sua composição. Para alguns autores como Marcos Gomes (*As Praças de Ribeirão Preto-SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e a gestão dos espaços públicos – Dissertação de Mestrado, 2005*); Montenegro (*A Produção do Mobiliário Urbano em Espaços Públicos: O Desenho do Mobiliário Urbano nos Projetos de Reordenamento das Orlas do Rio Grande do Norte - Dissertação de Mestrado, 2005*); Robba e Macedo (*As Praças Brasileiras, 2003*); Serpa (*O espaço público na cidade contemporânea, 2007*) entre outros, hoje as praças acompanham as necessidades e as exigências do público que as freqüentam, diferentemente de outros períodos onde, as pessoas tinham que se adaptarem as funções das praças. Para os autores Robba e Macedo (2003), as praças evoluíram do ecletismo ao contemporâneo.

No ecletismo, as praças serviam como locais para contemplação da natureza, convívio social e passeios; o que propiciava mais romantismo, ou seja, elas eram concebidas para criar e assegurar a permanência desse tipo de atmosfera. Com o crescimento e o desenvolvimento das cidades, as pessoas buscaram novos ambientes para a prática do lazer diário. Por causa dessas transformações, as praças foram remodeladas para as novas necessidades, o que resgatou o convívio social desmantelado pelas novas atrações. Nesse

período, surgiram as praças modernas, que difundiu a prática de atividades esportivas, lazer cultural e a implantação de *playgrounds*, pátios e quadras de esportes. Devido às mudanças contínuas nos diversos setores, como no de produção, de tecnologia, artístico e cultural, entre outros, se torna necessário a reestruturação dos espaços públicos de lazer aos moldes vigentes da sociedade.

Hoje, as praças compõem um estilo contemporâneo que concentra numa mesma área os ambientes harmônicos para contemplação da natureza, passeios e convívio social, além do lazer ativo e de recreação. Atualmente, as praças são reflexos das diversidades culturais das sociedades. Elas assumem funções para agradar e aumentar o público que a frequenta; seja pela beleza, pelo lazer ou pelo comércio, cada dia mais em evidência nesses espaços.

Observa-se também, que nas praças desenvolvem-se funções que promovem a interatividade social, pois elas constituem-se num espaço que estimula uma sociedade mais participativa. As praças são ambientes que se renovam, reproduzindo o espaço, propiciando prazer aos cidadãos, pela beleza e pela qualidade de vida.

Portanto, os espaços públicos não podem ser vistos apenas como formas inerentes na estruturação urbana, conforme averigua Loboda quando diz:

Como ressalta Carlos (2004b, p. 13), a compreensão da 'cidade pensada na perspectiva da Geografia, coloca-nos diante da sua dimensão espacial, a cidade analisada enquanto realidade material', e esta, por sua vez, "se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma", ou seja, é necessário enfatizar, também, os "conteúdos das práticas sociais que produzem e reproduzem a cidade". Devemos estar cientes de que na complexidade do fato espacial, as formas aparentes são insuficientes para compor o quadro permanente dos processos de apropriação que fundamentam os usos e não-usos dos espaços públicos na cidade contemporânea (LOBODA, 2008, p. 6).

Esses espaços compõem a temática cotidiana dos cidadãos. A vida social acontece nesses locais, espaços públicos, e é através de uma análise do uso ou não-uso, das formas de apropriação e das diversas formas

de manifestações que se torna observável a importância desses espaços para a cidade contemporânea.

O estudo das diferentes formas e tipos de espaço, ou de um determinado espaço, exige que se estabeleçam as relações e as diferentes formas de articulações com a sociedade que o produz. Dessa forma, entende-se que para estudar a importância das praças da cidade de Aquidauana no contexto social e a forma de produção representada por elas, deve-se estudar a sociedade aquidauanense, a cultura, a economia, a política, os valores ideológicos etc.

Para tanto, torna-se relevante num primeiro momento esclarecer ao leitor a delimitação dos espaços públicos que será trabalhado, ou seja, que dimensão a pesquisa abrange quando se trata da importância do espaço público na constituição urbana e na própria formação social.

As referências aos espaços públicos estarão limitadas às praças do Município de Aquidauana. A cidade que se localiza aproximadamente 139 quilômetros da capital, Campo Grande; possui uma área total de 16. 958,496 km². Com uma população de 46.515 habitantes, segundo o censo do IBGE 2009¹, a cidade dispõe de apenas duas praças para o lazer diário da população, sendo que, as duas praças estão localizadas próximas uma da outra, ambas na área central; o que inviabiliza a freqüentação dos habitantes dos bairros mais afastados do centro da cidade. Assim, o que se pretende é verificar a utilização dessas duas praças no que diz respeito ao fluxo, as motivações, ao período de freqüência e a necessidade da existência de praças nos bairros da cidade.

Num segundo momento, a preocupação se estende em deixar claro o tipo de observação realizada, que visou, por meio de pesquisa de campo identificar nesses lugares as diferentes formas de manifestação social suscitada em suas múltiplas formas de expressão, além de aproximar a população desses espaços por meio de uma tradução dos elementos espalhados nesses locais e identificar a cultura local nesses lugares através desses elementos.

¹ Estimativas da população para 1º de julho de 2009, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 14 de agosto de 2009. Fonte: Wikipédia/Aquidauana.

Ao citar o espaço público, darei ênfase às práticas socioespaciais que se estabelecem cotidianamente na cidade. Esses apontamentos foram possíveis com a observação estabelecida em diferentes momentos da pesquisa e essas menções se darão em todo o decorrer do trabalho.

Nesse sentido, esta pesquisa se limita fundamentalmente às práticas sociais cotidianas que ocorrem nos espaços públicos, deixando de lado, qualquer discussão que se aprofunde nas dimensões do espaço público e nas experiências públicas de forma geral. Porém, é claro que, o espaço em referência seja essencial para a legitimação dos conceitos de vida pública, democracia, cidadania e até mesmo identidade cultural, pois é o espaço possibilitador e intercessor de práticas coletivas, assim como, das contradições e dos conflitos.

O espaço público também é o lugar do conflito, de problematização da vida social, mas, sobretudo é o terreno onde esses problemas são analisados e simplificados. Por um lado ele é a arena onde há debates e o diálogo; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social (GOMES, P., 2002, p.164).

Logo, trata-se de um espaço simbólico, que não se traduz somente por sua caracterização estrutural, mas sim, espaços potenciais que apresentam elementos que indicam como as práticas cotidianas produzem e transforma toda a esfera urbana, além de servir como *lócus* de parte da vida na cidade.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, onde se buscou fundamentar as teorias apresentadas, desvendar as hipóteses propostas e alcançar um resultado coerente às pesquisas desenvolvidas na área. Além dos capítulos, há ainda uma introdução que teve como finalidade amparar uma discussão de espaço e lugar, afim de, aproximar teorias e objeto.

O capítulo *As cidades* trata da evolução das cidades desde a antiguidade até a revolução industrial que interferiu e modificou de fato toda a constituição urbana, essa evolução também é verificada no Brasil onde se percebe, dentre outras coisas, a importância da criação de um núcleo urbano numa área de transição entre o planalto e a planície pantaneira que viabilizasse o progresso daquelas regiões.

O capítulo *Aquidauana e as praças* traz o histórico da cidade de Aquidauana, e uma verificação de como o primeiro Código de Posturas engendrado em Aquidauana influenciou na produção espacial daquele vilarejo, que ainda prematuro adquiriu eminência socioeconômica após a efetivação das normas e leis.

O capítulo *As manifestações sociais e as praças* apresenta a caracterização das praças de Aquidauana, assim como uma discussão toponímica dessas áreas de lazer, como também, uma reflexão dos signos elementares contidos nesses locais. Vê-se aqui também, os resultados da pesquisa de campo que buscou respostas para as hipóteses criadas para suscitar a importância do tema.

Por fim, a *Conclusão*, parte esta, onde se encontra as conclusões da autora.

Por conseguinte, a exploração desse tema subsequência outro trabalho tratado num outro momento por mim. O tema “praças” tem sido fonte de inspiração desde a graduação, onde desenvolvi uma pesquisa sobre uma determinada praça de Aquidauana como trabalho final para a obtenção do grau de bacharel do Curso de Turismo.

INTRODUÇÃO: QUANDO O ESPAÇO VIRA LUGAR

“nenhuma atividade pode tornar-se excelente se o mundo não proporciona espaço para o seu exercício. Nem a educação nem a engenhosidade nem o talento pode substituir os elementos constitutivos da esfera pública, que fazem dela o local adequado para a excelência humana”

Hannah Arendt.

A organização social no espaço não ocorreu uniformemente, nem tão pouco, obra do acaso. Oriunda de uma seleção histórica e geográfica, a organização humana no espaço, se deu pela necessidade. “Esta necessidade decorre de determinações sociais fruto das necessidades e das possibilidades da sociedade em um dado momento” (SANTOS, 1982a, p. 42).

Corrêa (1998) reafirmou essa questão ao analisar o processo de produção espacial desencadeado pelo homem desde os primórdios da evolução humana, caracterizando essa intervenção do homem na natureza, como forma de suprir as necessidades como fome, sede e frio. Ele sustenta essa teoria, dizendo que, ao realizar um trabalho organizado coletivamente, o homem estabeleceu certo tipo de divisão de trabalho que resultou nas formas de produção. Essa mobilização em prol da sobrevivência incidiu no surgimento das relações sociais que têm seu cerne na produção. “É no trabalho social que os homens estabelecem relações entre si e, a partir destas, com a natureza” (CORRÊA, 1998, p. 54).

O longo processo de organização da sociedade deu-se concomitantemente à transformação da natureza primitiva em campos, cidades, estradas de ferro, minas, voçorocas, parques nacionais, *shopping centers* etc. Estas obras do homem são as suas marcas apresentando um determinado padrão de localização que é próprio a cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico (CORRÊA, 1998, 52).

O espaço geográfico pode ser entendido de muitas maneiras. Vários autores discutem o assunto, entendendo-o como parte do processo de sobrevivência do homem. A produção humana é responsável pela estruturação espacial que se altera continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade (SANTOS 1982a).

A análise do espaço - seja para verificar o movimento social num dado momento histórico, ou a reprodução espacial de uma determinada sociedade, ou a evolução da totalidade social espacializada - deve conter a interpretação da relação dialética entre forma, função, estrutura e processo, definidas por Milton Santos.

Quando se estuda a organização espacial, estes conceitos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial (SANTOS, 1997, p. 53).

As categorias de análise do espaço são determinantes para a correta compreensão da totalidade social em sua espacialização. Não obstante, Santos (1997, p. 50) define *forma* sendo, “aspecto visível de uma coisa. Refere-se ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômeno ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo”. Assim, essas formas podem ser, por exemplo, uma praça, um bairro ou uma cidade. A *função* implica uma “tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”. Nesse caso, o lazer, viver o cotidiano e a vida em suas múltiplas configurações; são algumas das funções associadas, respectivamente, à praça, ao bairro e à cidade.

No entanto, essas duas categorias jamais podem ser dissociadas para o estudo da produção espacial, pois, caso sejam analisadas separadamente, os resultados serão parciais. Ressaltando também que, uma forma pode desenvolver uma ou mais funções.

Deve-se seguir a teoria de Santos (1997, p. 50) quanto às definições de *estrutura* e *processo* que ele afirma ser, respectivamente, “a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”, e, “uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. Isso significa que a estrutura, são todas as condições subjacentes à forma, ou seja, “é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo” (CORRÊA, 1998, p. 77). E, o processo, seria o movimento de transformação da estrutura.

Logo,

Forma, função estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1997, p. 52).

A partir do domínio das relações entre forma, função, estrutura e processo para a compreensão da totalidade social em sua espacialização é possível desenvolver um estudo que defina a produção espacial de uma sociedade em um dado momento de sua história por meio de suas formas.

Assim, a produção do espaço torna-se um meio de verificação da totalidade social, mas também, é o resultado, de forma materializada, das articulações sociais. Logo, “a organização espacial é a própria sociedade espacializada” (CORRÊA, 1998, p. 54).

Por conseguinte, as marcas deixadas pelo homem, as “rugosidades”, como denomina Santos (1978) são reproduzidas por um longo período de tempo, caracterizando um momento histórico e, como tal, as características do grupo que o criou. Em outras palavras, o espaço geográfico é constituído por inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social. Isso significa dizer que a sociedade “cria seu espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir” (CORRÊA, 1998, p. 57).

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem trabalho, viver para o homem é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico (SANTOS *apud* ARAÚJO, 2003, p. 18).

A partir do capitalismo, a produção do espaço passou a ser valorizada. Isso por que o trabalho humano, que promove a produção do espaço, passou a acontecer por meio da ação do Estado e dos detentores do capital, como os novos agentes determinadores da produção do espaço.

A difusão do capital pelo mundo aprofundou a integração econômica, social, política e cultural entre os povos. Isso ocorreu por uma necessidade de se produzir um espaço comum, ou seja, um espaço global que desse acesso a um maior número de mercados para as empresas dos países

centrais, cujos mercados internos já estavam saturados. O processo de globalização viabilizou a circulação mais dinâmica e intensa do dinheiro. Contudo, é importante ressaltar que, a ação do capitalismo é desigual entre as nações e sua dinâmica de investimentos favorece os lugares que apresentam atrativos para o capital, contribuindo com seu acúmulo. Faz-se uma ressalva de que os lugares têm valores diferentes com o passar do tempo. O fenômeno da globalização, conseqüentemente, determinou uma nova relação sócio-espacial; as mudanças invadem a vida do indivíduo, que é condicionada a novos padrões de comportamento que vão de um simples modo de se vestir, à forma do uso do espaço.

Nesse contexto, a mundialização do capital interferiu na relação da sociedade com o espaço e, também, no sentido das mercadorias e dos objetos, que passam a existir articulada ao universo das necessidades imediatas. E o espaço, passa a ter um valor mercadológico cada vez maior, cada vez mais consumido. Essa nova relação com o espaço traz conseqüências profundas para a sociedade que, passa a ter o seu espaço, antes carregado de simbologias, agora como mercadoria.

Santos (1982a) relata que o espaço tem apresentado características paradoxal de atrair e repelir os homens, por ser um espaço manipulado para aprofundar as diferenças de classes.

Segundo Lefebvre (1974, p. 121), “a forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade”, enquanto “o espaço-natureza justapõe, dispersa”. Se o espaço nada mais fosse que a forma física, isto seria totalmente verdadeiro; mas o espaço social distingue-se das formas vazias pelo próprio fato de sua cumplicidade com a estrutura social. Eis porque, com o desenvolvimento das forças produtivas e a extensão da divisão do trabalho, o espaço é manipulado para aprofundar as diferenças de classes. Esta mesma evolução acarreta um movimento aparentemente paradoxal: o espaço que une e separa os homens (SANTOS, 1982a, p. 21).

Quando Santos (1982a, p. 21) afirmou que: “a própria cidade converteu-se num meio e num instrumento de trabalho”, ele deixou claro que a proximidade física entre os homens é dada pelo processo produtivo, concentrado em maior parte nas cidades, o que não elimina o distanciamento social que cresce juntamente com as cidades.

Todavia, se presencia um momento em que os modos de consumo do espaço estão determinados pela contradição da apropriação privada e do processo de produção social do espaço, levando-os a serem cada vez mais, destinados à troca. Essa comercialização dos espaços tem intensificado o surgimento dos espaços de dominação e controle, o que aprofunda a separação entre o espaço público e privado, excluindo, ainda mais, a parcela social mais carente ao uso dos espaços.

O espaço que, *para* o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, *por* esse mesmo processo produtivo, os separa. Segundo Sartre (*Ibid.*, pp. 427-428), “o objeto reúne os esforços dos homens em sua unidade desumana”. Ora, o espaço é a matéria trabalhada *por excelência*: a mais representativa das objetificações da sociedade, pois acumula, no decurso do tempo, as marcas das práxis acumuladas (SANTOS, 1982a, p. 22).

Tal fato cria uma situação inexorável à população que é impelida a viver sob as transformações de um cenário instável. Com isso, como expressa Carlos (2005, p. 176) “se revela uma contradição nova entre o espaço que se globaliza e ao mesmo tempo se fragmenta em função da reprodução do espaço enquanto mercadoria”, ou seja, a hierarquização provocada pela globalização não impede a fragmentação dos espaços sob a forma de apropriação para o trabalho, lazer, habitação e consumo. Logo, a construção do espaço geográfico acontece nessa movimentação dialética que muda, reforma ou transforma os espaços de acordo com a lógica do capital.

É conveniente insistir que o espaço geográfico articula duas dimensões, aquela da localização (um ponto no mapa) e aquela que dá conteúdo a essa localização, que a qualifica e singulariza. Esse conteúdo é determinado pelas relações sociais que aí se estabelecem – o que confere ao espaço a característica de produto social e histórico (CARLOS, 2005, p. 175).

Para Santos, a produção espacial está intimamente relacionada às ações sociais, uma vez que as formas são resultados de fatores sociais que designam uma função para suprir as necessidades sociais, que permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando poderá desempenhar uma nova função.

Com o capitalismo, a produção urbana foi impulsionada o que caracterizou e diferenciou melhor cada espaço urbano. Logo, as cidades

passaram a ter o espaço da produção, circulação, consumo, controle, decisão e do lazer, “[...] em princípio cada atividade tem suas próprias regras locacionais, a sua organização espacial específica” (CORRÊA, 1998, p. 60).

As praças fazem parte do cenário urbano desde o princípio da civilização. Como se percebe “a rua testemunhou, desde o surgimento da antiga cidade-estado, a distinção entre as esferas da vida privada e da vida pública, pois era nas praças públicas – Ágoras – que se travavam os grandes debates pelos cidadãos, na Grécia clássica” (OLIVEIRA NETO, 1999, p. 88).

Importantes na constituição da estrutura urbana são nesses espaços que a sociedade se manifesta. E, portanto, são a partir dessas manifestações que o espaço se evidencia. De acordo com Santos (1994) o espaço tem que ser entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e, sistemas de ações que, não funcionam separadamente.

As regras de utilização do espaço estão permanentemente em construção. Mas, ao fazê-lo, a sociedade estará também construindo um conjunto de relações sociais úteis a seus intérpretes. [...] Em resumo, diríamos que um espaço é sempre o espaço de alguma coisa, assim como as coisas só podem ter lugar em algum espaço. O problema de adequação de forma e conteúdo se revela uma falsa questão. Daí resulta uma dificuldade prática: a etnografia de um espaço social não pode ser senão a etnografia do que se passa nele (DOS SANTOS E VOGEL, 1985: 49).

O espaço urbano desenvolvido pela sociedade capitalista reporta-se a mais complexa das produções espaciais. Isso ocorre, como explica Corrêa (1998, p. 71), por que a sociedade capitalista avançada “está organizada para si mesma, dotada de um poderoso mercado que implica sólidas relações internas e externas”. Porém, é importante salientar que, muitas das formas vistas hoje nos espaços são reflexos de sociedades que estavam vinculadas a outros propósitos. Isso por que, essas marcas, fixadas no espaço puderam ser adaptadas às necessidades atuais por não sofrerem transformações ao longo do tempo (CORRÊA, 1998).

Dessa forma, a sociedade produz e reproduz o espaço que se converte no lugar da reprodução das relações de produção que, estruturados, definem a sociedade em classes.

A segregação residencial também é uma forma de produção espacial. Surgidas concomitantemente ao aparecimento das classes sociais, se apresentam de forma bastante complexa no capitalismo.

A origem da segregação residencial remonta ao próprio aparecimento das classes sociais e da cidade, as quais se verificam ao mesmo tempo, sendo anteriores à emergência do capitalismo. A cidade asteca de Tenochtitlán e a cidade Kmer de Angkor Thom, no atual território cambojano, apresentavam uma organização espacial caracterizada pela presença da elite junto ao centro cerimonial e da população pobre na periferia (CORRÊA, 1998, p. 74).

No sistema capitalista, os bairros fazem uma alusão aos seus moradores, possibilitando a reprodução do grupo que ali vive. Nas palavras de Corrêa:

Para isto, contribui a localização diferenciada dos serviços de uso coletivo: melhores escolas, hospitais, policiamento, infraestrutura básica, parques e jardins localizam-se nas áreas residenciais mais nobres, minimizando os custos de reprodução de seus já privilegiados habitantes (CORRÊA, 1998, p. 75).

Em contra partida, nas periferias situam-se as populações mais pobres, reproduzindo, em partes, o que lhes sobram e, em partes, o que lhes faltam.

Portanto, o espaço urbano, a partir do capitalismo, tem uma distribuição desigual dos elementos que qualificam o espaço, por vezes, controlados pelos detentores do capital.

Não obstante, enquanto a sociedade se relegar à hierarquização promovida pelo sistema capitalista de produção, que se baseia na divisão do trabalho, a cidade refletirá o extrato social. Na cidade, algumas especializações terão privilégio sobre outras, assim como, algumas localidades sobre outras.

A cidade emite mensagens continuamente, não somente no bombardeio da publicidade, mas também na disposição das ruas, na frequência dos serviços, na localização dos locais de trabalho e das residências, na localização das praças e dos parques fundamentais (GUIDUCCI, 1980, p. 57).

A partir dessas construções sociais no espaço, os lugares vão se formando. Assim, são as mudanças de valores, ao longo do tempo, que o define.

A diferenciação entre lugares, diz Cassirer (1953, 1965, p. 203) “serve de base à diferenciação de conteúdos, isto é, do Eu, do Você, e do Outro de uma parte, e dos objetos físicos, de outra parte. A crítica geral do conhecimento ensina que o ato da posição e da diferenciação espacial é a condição indispensável para o ato de objetivação em geral, desde que se estabeleça uma relação entre o objeto e sua representação”. Entretanto, a geografia considera geralmente os lugares como formas com vida própria, em vez de objetos sociais carregados de uma parcela do dinamismo social total (SANTOS, 1982a, p. 40).

Assim, o lugar é compreendido por estar além do espaço físico, da paisagem e de qualquer elemento passível de descrições objetivas e racionalizadas. O lugar pode-se definir em qualquer espaço, pois se constitui como uma paisagem cultural, campo da materialização das experiências vividas que ligam o homem ao mundo e às pessoas e que despertam os sentimentos de identidade e de pertencimento no indivíduo. Assim, é visto como resultado da construção de um elo afetivo entre o sujeito e o ambiente em que vive.

Mas também, o lugar pode ser visto, como uma fragmentação do mundo. Pois o lugar, como espaço social, demanda um cotidiano estabelecido que, por sua vez, é o conjunto das atividades e das relações sociais num dado espaço e tempo. Definido pela vida cotidiana que se impregna de informações gerais, sociais e políticas, o lugar reduz as práxis global ao meio particular. Logo, vazio de relações e situações sociais, o lugar é somente espaço físico (DAMIANI, 2005).

O lugar é o quadro de uma referencia pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, 322).

O lugar está presente no cotidiano, definido pela as mais diversas formas de domínio social. Visto como uma particularização do espaço pelo homem, o lugar e o mundo se interpenetram, pois um está contido no outro. Porém, o lugar e o mundo não constituem uma totalidade permanente, se convergindo. Pois, ao mesmo tempo em que o lugar pode ser o mundo e o cotidiano a história; lugar e cotidiano são redefinidos pela história e pela política e relegados às especificidades.

Relacionar cotidiano e lugar é envolver as relações próximas, ordinárias, singulares à mundialidade. A vida cotidiana, mais íntima, ao mesmo tempo, situa seu lugar na sociedade global. Pela mediação do cotidiano no lugar, somos levados dos fatos particulares à sociedade global (DAMIANI, 2005, p. 164).

Todavia, com a globalização o lugar tem se tornado cada vez mais o limiar para história social, pois, codifica as particularidades de uma sociedade global. Como escreveu Damiani (2005) “no lugar, a vida cotidiana pesa com todo seu peso”.

Assim, o lugar, nada mais é que a dicotomia entre o espaço vivido e uma porção fracionada do mundo.

Ainda dentro da discussão de espaço e lugar, convém que se avance, ainda que de forma geral, mas, para atingir algumas das finalidades deste trabalho, para as questões das áreas públicas de lazer.

Nas cidades capitalistas esses espaços foram redefinidos na composição urbana após as conquistas trabalhistas que, entre outras vitórias, também conseguiram a redução da jornada de trabalho, logo, a liberdade do uso do tempo livre. Com isso, as cidades tiveram que ser estruturadas urbanamente de forma mais humanizada, ou seja, “um urbanismo que diferencie a cidade da fábrica e a assemelhe à morada” (YURGEL, 1983, p. 12).

Com essas mudanças, o espaço urbano passou a ser produzido para suprir essa nova necessidade social. “O lazer, diz Le Corbusier, é o tempo-espaço no qual o homem se nutre de novas forças, recuperando as gastas no trabalho” (YURGEL, 1983, p. 41). Portanto, é na busca dessa recuperação das forças que o homem passa a ocupar os espaços públicos.

Verifica-se, entretanto que, conquanto os urbanistas não tenham desconhecido a existência do tempo livre e a necessidade de consumo correto, as cidades modernas pouco têm, na sua geografia, em termos de espaço aberto ou construído, que seja resultado de um programa dirigido para as horas de lazer da população. Há uma confusão, entre as estruturas urbanas necessárias ao lazer e a noção de áreas verdes, ligada ao urbanismo do século XIX, preocupado com a higiene das cidades. Marx afirma que o “lazer é o espaço do desenvolvimento humano” (YURGEL, 1983, p. 19).

Esse espaço abstrato, o lazer, do qual Marx e Le Corbusier afirmaram ser “o espaço do desenvolvimento humano”, busca a concretização

nas cidades em áreas que surgem como um retrato social por servirem como lugar do lazer, das manifestações, do ócio, do dia-a-dia; vai permeando ali paulatinamente a essência social, constituindo, assim, um espaço social carregado de símbolos e histórias.

Logo, as praças compõem esses espaços, que ao legitimar um grupo social, passa a fazer parte dele.

CAPÍTULO I - A CIDADE

“tudo começa com o conhecimento do mundo e se amplia com o conhecimento do lugar”

Milton Santos.

Ao longo da história, o espaço construído teve dentre suas funções a de prover segurança aos membros do grupo que o habitava. Por essa razão, o ser humano que para Montesquieu² “nasce em sociedade” deixou de ser nômade, pois encontrou na comunidade a expectativa de melhor qualidade de vida. Viver em grupos e em localidades fixas facilitava a sobrevivência do homem, pois lhe permitia plantar, domesticar animais e constituir família. Assim a vida em grupo possibilitava mais segurança à cada indivíduo. É evidente que ao longo da evolução humana o homem não tinha a noção clara de sociedade, qualidade de vida e morar em grupo como uma estratégia para se sentir seguro. O fato é que tudo isso foi um processo instintivo, que garantiu a sobrevivência da espécie ao mesmo tempo em que produzia o espaço. Foi assim, garantindo a sua sobrevivência que, historicamente, o homem passou a produzir o que hoje se conhece como cidade.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se quiser. Eles mesmos começam a se distinguir dos animais, desde o momento em que começam a *produzir* seus meios de existência [...] imediatamente começam as considerações sobre a cidade (LEFEBVRE, 1999a, p. 13, grifo do autor).

Ao longo do processo histórico de produção da existência humana as cidades passaram a ter grande importância na vida do homem, se tornando em muitos períodos, o cenário principal para as relações cotidianas.

As primeiras cidades surgiram em regiões com predomínio de climas semi-áridos, por isso foram estrategicamente localizadas próximas a

² MONTESQUIEU *apud* COLÁS in RAMOS, 2005, p. 79.

grandes rios (SPOSITO, 2005). Assim, o desafio proposto pelas condições naturais da região foram primeiramente o de sobrevivência, embora todo o processo tenha sido resultado do social e do político.

A organização social das primeiras cidades era caracterizada pelo predomínio das classes, em que o líder, que também possuía autoridade como chefe espiritual, estava no topo da pirâmide. Logo abaixo, estava a elite dominante das outras classes que, normalmente eram compostas de escravos e homens livres, mas pobres. A caracterização dos espaços se dava na organização individualizada das propriedades. “A área da cidade já era dividida em propriedades individuais, em contraposição ao campo onde as terras eram administradas em comum” (SPOSITO, 2005, p. 20).

A administração das riquezas ficava a cargo dos governantes, que também, desempenhavam o papel político-religioso. Porém, “cabia à elite dominante a função de organizar a fabricação e a importação de utensílios de pedra ou de metal para a guerra e registrar as informações e os números que dirigiam a vida da comunidade” (SPOSITO, 2005, p. 19).

A elite, assim como os líderes do governo, tinha espaços privilegiados na composição urbana dessas cidades, “Isto servia tanto para facilitar o intercâmbio das idéias (que permitiam o exercício da dominação sobre as outras classes sociais); como para elas ficarem menos expostas aos ataques externos” (SPOSITO, 2005, p. 18-19).

As cidades da antiguidade eram pólos que concentravam um território incomparável devido às dominações que cresciam ao seu território, a partir do domínio sobre outra cidade e, portanto, sobre toda uma região, novas áreas. Essas dominações ampliavam os papéis da cidade que “se tornavam também um centro de tráfico de mercadorias da região. Nestas capitais os templos tornavam-se palácios, e a figura real se instituía de forma cada vez mais definitiva” (SPOSITO, 2005, p. 21). Nesse contexto, a cidade administrava, protegia, organizava e dominava pela guerra ou pelas trocas (comércio), além de servir como o centro das relações sociais entre os cidadãos e os escravos, e da prática política.

A produção das cidades propiciou a formação de dois espaços, o público e o privado, e são as diferentes formas de organização social dadas nesses espaços que difere um período do outro na história da humanidade.

Na antiguidade, a organização social teve uma representatividade relevante. A observância para as relações sociais que aconteciam nas esferas públicas e privadas suprimiu a importância das formas do uso e/ou consumo dos espaços; relegando esse tema a uma segunda ordem, mas que surgiu com bastante relevância na modernidade.

A organização da sociedade antiga se limitava a vida na esfera privada e a vida na esfera pública que corresponde à esfera familiar e da política respectivamente, enquanto que, a ascendência da esfera social que se distinguiu da esfera pública e privada, só vai ser observada concomitantemente ao surgimento da era moderna, onde encontrou sua forma política no estado nacional, dentre outras características peculiares (ARENDDT, 1995).

De acordo com o pensamento grego, a vida naturalmente vivida, regida pelas necessidades, é comum a todos, inclusive aos animais, portanto, a organização política era uma capacidade unicamente humana.

A companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista como limitação imposta pelas necessidades da vida biológica, necessidades estas que são as mesmas para o animal humano e para outras formas de vida animal. [...] O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*) (ARENDDT, 1995, p. 33 destaque do autor).

Assim, os indivíduos que não participavam da esfera pública por não serem cidadãos estavam condicionados a limitação da esfera privada, isso significa, “um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa, até mesmo das mais altas e mais humanas capacidade do homem. Quem quer que vivesse unicamente uma vida privada – o homem que, como o escravo, não podia participar da esfera pública (...) – não era inteiramente humano” (ARENDDT, 1995, p. 48). Essa concepção era empregada aos escravos³ e as mulheres que não podiam possuir cidadania, uma vez que, só os homens

³ “Convém lembrar que a maioria dos escravos era de inimigos derrotados e que geralmente só uma pequena porcentagem era constituída de escravos natos. E enquanto nas Repúblicas Romanas os escravos eram, de modo geral, trazidos de fora das fronteiras do domínio romano, os escravos gregos eram geralmente da mesma nacionalidade que os seus senhores; haviam demonstrado sua natureza servil por não terem cometido suicídio e, como a coragem era a virtude política *par excellence*, haviam demonstrado com isso sua indignidade natural, sua incapacidade de serem cidadãos” (ARENDDT, H. 1995, p. 45-46)

podiam ser cidadãos. Mantidos na mesma categoria, escravos e mulheres, desempenhavam funções laboriosas. Os homens se dedicavam as tarefas de manutenção à vida, e o labor da mulher era o parto; sujeitados à mesma premência da vida. As necessidades era assunto doméstico, logo, estritamente ligada a esfera privada. Enquanto que, só podiam participar da esfera pública homens livres, desprovidos de qualquer medo, pois a coragem para o povo antigo era uma virtude política por excelência. Portanto, a partir dessa concepção esses homens que podiam usufruir da esfera pública acreditavam viver uma vida “boa” “exatamente porque, tendo dominado as necessidades do mero viver, tendo-se libertado do labor e do trabalho, e tendo superado o anseio inato de sobrevivência comum a todas as criaturas vivas, deixava de ser limitada ao processo biológico da vida” (ARENDDT, 1995, p. 46).

O que todos os filósofos gregos tinham como certo, por mais que se opusessem à vida na *polis*, é que a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política; que a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado; e que a força e a violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade (ARENDDT, 1995, p. 40).

Nas cidades da antiguidade as praças ou ágoras eram espaços que serviam para a prática do comércio, para o convívio social e para a prática das reuniões políticas; fato este, extremamente importante na cultura daqueles povos. Portanto, os espaços públicos tinham funções mais importantes que os demais espaços produzidos por aquelas sociedades. E, a existência de espaços privados é tida como uma necessidade, assim, essas sociedades viam os limites do lar, como sendo, o lugar deles no mundo.

O que impediu que a *polis* violasse as vidas privadas dos seus cidadãos e a fez ver como sagrado os limites que cercavam cada propriedade não foi o respeito pela propriedade privada tal como a concebemos, mas o fato de que, sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse (ARENDDT, 1995, P. 39).

Contudo, o entendimento empregado às esferas privadas e públicas nas cidades da antiguidade jamais se assemelham ao conhecimento contemporâneo de público e privado. Enquanto que, a compreensão de espaços públicos e privados, vista hoje, se desencadearam na concepção da

esfera social surgida no período moderno. No entanto, é importante enfatizar que as formas de organização social influenciam diretamente nas formas de uso e consumo dos espaços.

O período conhecido como Idade Média, entre os séculos V e XV, foi marcado por uma nova organização social, política e econômica advinda da queda do Império Romano. Proeminente nesse processo surgiu o sistema feudal que Segundo Lefebvre (1999a, p. 40-41), “sai de um duplo processo: a decomposição do império romano (que não deixa depois dele menos que uma extensão da agricultura e de vastos espaços já unidos por laços comerciais e políticos)”, e a chegada dos bárbaros que restituem uma comunidade, a dos camponeses.

O período da Idade Média, que se estendeu por dez séculos, desagregou a rede urbana, retomando o campo, como o centro das relações sociais.

A consequência mais marcante da queda do Império Romano, porém, foi, sem dúvida, a desarticulação da rede urbana. Na medida em que não havia mais um poder político central, as relações interurbanas enfraqueceram-se e em certas áreas desapareceram, pois caíram por terra as leis que davam proteção ao comércio em todo o Império (sobretudo da produção artesanal, inclusive mercadorias de luxo – a produção alimentar não podia ser transportada a distâncias maiores), e foram suspensos os recursos para a manutenção de estradas e portos, anteriormente construídos e conservados para dar sustentação ao poder imperial (SPOSITO, 2005 p. 26).

Com a decadência das cidades a imagem política do chefe de Estado foi transferida para os senhores feudais, os detentores da terra. Com isso, os feudos adquiriram características importantes na manutenção da vida, se tornando o espaço principal para a realização de todas as atividades humanas.

A propriedade feudal comporta uma relação entre a terra e os seres humanos. O senhor usa o nome da terra e a terra, com ele, se personaliza. O servo é o acessório da terra, mas o herdeiro (o filho mais velho do senhor) pertence também à terra, pátria local, singularmente limitada, que contém a família senhorial, a casa senhorial, a linhagem e a vassalagem e sua história. As relações entre o feudal, de um lado, e os que dependem dele, são transparentes. Nada de intermediário obscuro, como o dinheiro (LEFEBVRE, 1999a, p. 32).

Uma característica muito marcante no período medieval foi a absorção de todas as atividades para a esfera do lar, em que, a importância dessas atividades, antes vistas, apenas como privadas, se tornou a própria existência de uma esfera pública.

Não obstante, a organização social no feudalismo amenizou o abismo oriundo da antiguidade entre a transcendência da esfera familiar e a ascendência da esfera política.

Com a queda do Império Romano, foi a “Igreja Católica que ofereceu ao homem um substituto para a cidadania antes outorgada exclusivamente pelo governo municipal” (ARENDETT, 1995, p. 43). Assim, possibilitando, ainda que sem muita importância, um abismo entre a vida diária carregada pelo profano, e a igreja, o grandioso esplendor de tudo o que era sagrado. A distinção entre a vida cotidiana e a vida religiosa, por assim dizer, era sustentada pela preocupação extraterrena que a comunidade crente se baseava.

As cidades desse período possuíam funções muito pouco expressivas. Para Mumford⁴, as cidades medievais eram limitadas, concreta e psicologicamente pela muralha; os espaços produzidos eram cerceados por planos irregulares. No núcleo central, espaço de maior relevância desses aglomerados, encontrava-se as praças abertas usadas para as eventuais feiras, as construções públicas e religiosas (SPOSITO, 2005). Com um caráter urbano contestável, uma vez que não eram locais de moradia permanente, essas cidades possuíam uma economia frágil e não havia uma organização política; elas existiram no período feudal com o objetivo de servir de refúgio aos senhores dos feudos, para armazenamento de animais e alimentos, em caso de perigo (SPOSITO, 2005).

A organização social existente nesses aglomerados se definia pela comunidade católica e pelos burgueses, habitantes dos “burgos”, como eram conhecidos alguns desses aglomerados.

Contudo, o longo processo de surgimento do modo capitalista de produção expressamente presente no período moderno, decorreu ainda no período medieval, “as transformações, que historicamente se deram,

⁴ Apud Spósito, 2005.

permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem conseqüências contundentes do próprio processo de urbanização” (SPOSITO, 2005, p. 30), que paulatinamente foi se desenvolvendo no fim do período medieval devido a algumas características propícias, como o caráter protetor das aglomerações que passaram a ser buscadas com maior freqüência pelos mercadores que aumentaram suas atividades no decorrer dos séculos X e XI, com a reabertura dos postos europeus, antes sob controle árabe e com o reatamento com o comércio do Oriente que reforçou o fluxo comercial. Com isso, muitas das “cidades” muradas tiveram seus limites extrapolados pelo grande contingente de mercadores. Essas transformações foram definitivas no processo de (re) surgimento das cidades e para o desencadeamento do sistema capitalista. Contudo, além das cidades surgidas *foris-burgus*, teve também a reconstrução de outras cidades e o surgimento de algumas em locais antes nunca habitados. O fato é que, o renascimento comercial ilustra o surgimento dessas cidades e o progressivo caminhar para a destruição dos pilares do sistema feudal.

Assim, as lutas entre os burgueses, comerciantes urbanos que mantinham a prática das trocas, e os camponeses, a classe produtora dos senhores feudais, incorreu numa revolução que incidindo no declínio do sistema feudal acabou com as estruturas Absolutistas e favoreceu as mudanças mundiais.

Apesar disso, os resquícios da Idade Média permaneceram por muito tempo no período Moderno, pois se tratou de uma época em que os fortes traços da sociedade feudal mantiveram-se conjuntamente com os aspectos típicos do sistema capitalista ainda em formação.

Na modernidade, a promoção do social desfez definitivamente do abismo entre o privado e o político, como também, alterou o significado dos dois termos e a sua importância. Isso, devido “a passagem da sociedade – a ascensão da administração caseira, de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública” (ARENDRT, 1995, p. 47). Com a moderna desintegração da família, o chefe da casa perdeu seu poder despótico. Agora, as famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família integram

o que chamamos de sociedade, que por sua vez, organizada politicamente é denominada nação (ARENDR, 1995).

Assim, os indivíduos passam a se relacionarem na esfera do social que se opõe com mais eloqüência ao que é privado do que a esfera pública se opunha a esfera privada na antiguidade. Pois, a privatividade moderna – proteger aquilo que é íntimo – foi discernida não como oposto da esfera política, mas da esfera social (ARENDR, 1995).

Com as mudanças estruturais ocorridas no período Moderno, as cidades voltaram a ser o espaço privilegiado das relações sociais. Por conseguinte, foi a partir da revolução industrial que as cidades incorporadas ao modo capitalista de produção evoluíram, tornando-se o principal ambiente para as relações humanas. Segundo Montenegro (2005, p. 53), “o processo de urbanização da cidade ocidental foi acelerado a partir do século XIX, devido às modificações dos meios e modos de produção que passaram de agrícolas e artesanais para fabris e industriais.” Elas tinham no plano econômico a indústria; no plano social a propriedade mobiliária; diferentemente das formas feudais de propriedade e organização; e no plano político o Estado. A modernidade foi um período marcado por duas grandes revoluções industriais, pela ascensão da esfera social e pelos novos valores atribuídos ao modo de produção urbana, conseqüências da consolidação do sistema capitalista que engendrou nas cidades novos conceitos econômicos, sociais, de urbanização e culturais.

Concomitante à primeira Revolução Industrial surgiu a divisão internacional do trabalho que separou efetivamente a cidade e o campo.

Marx e Engels apontam a separação entre a cidade e o campo como a maior das divisões entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Eles sustentam que a oposição entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie à civilização. Que desde aquele momento, persistindo por toda a história da civilização, até os dias atuais, essa separação se aprofundou, cada vez mais, com o progresso social: passagem da organização tribal para o Estado, da localidade à nação (OLIVEIRA NETO, 2001, p. 52-53).

A primeira revolução industrial foi marcada pela hegemonia inglesa e pelo carvão como principal fonte de energia. Naquele momento as principais indústrias eram têxteis e de bens de consumo não duráveis, essas

transformações provocaram um grande fluxo de migração para as cidades em busca de trabalho nas indústrias. A partir dessa realidade a massa ressocializada teve que se adequar a novos valores de tempo, espaço, qualidade de vida, educação etc. Com o capitalismo surgiu o Estado como uma nova instituição regularizadora do sistema, que também fornecia equipamentos e infra-estrutura (escolas, estradas, moradias, saneamento básico etc.) próximos aos locais de trabalho e que salvaguardava todas as mudanças, garantindo o controle de uma nova geração, principalmente, da surgida com a revolução industrial.

Engels mostra no capitalismo uma dupla tendência centralizadora. A concentração da população acompanha a do capital (Cap. I – *O proletariado industrial*, p. 56-57). Em torno de uma fábrica de porte médio, um vilarejo se constitui; ele engendra uma população tal que inevitavelmente outros industriais chegam para utilizar (explorar) essa mão-de-obra. O vilarejo se torna uma pequena cidade e a pequena cidade uma grande (LEFEBVRE, 1999a, p. 11).

Quanto maior era o crescimento das cidades, maiores eram as chances da implantação de infra-estruturas. Por isso, eram as cidades que reuniam todos os elementos da indústria: os trabalhadores, as vias de comunicação (canais, estradas de ferro, estradas), os transportes de matérias-primas, as máquinas e técnicas, os mercados, a bolsa. Com o aumento significativo das cidades e a transformação de muitas, a malha urbana passou a ter uma nova roupagem, o que influenciou na cultura, pois as novas cidades não resguardaram os antigos costumes que eram destruídos radicalmente e essa realidade urbana favorecia o surgimento da cultura capitalista.

A segunda revolução industrial marcou a hegemonia americana, o petróleo como fonte de energia e o sucesso das indústrias petroquímicas, automobilísticas, siderúrgicas etc. Definida pela prática do *taylorismo*⁵ e do *fordismo*⁶, na segunda onda da revolução, os industriais incentivavam a

⁵ O taylorismo consistiu numa técnica de gerenciamento que controlava bem mais os trabalhadores ou funcionários. “Dividir para reinar” foi o lema, e o controle rígido sobre o tempo necessário a uma dada tarefa visava ampliar a produtividade do trabalho (VESENTINI, 1995 p. 07 grifo nosso).

⁶ O fordismo defini-se fundamentalmente pelo lema “produção em massa e consumo em massa”, ou seja, é identificado com a linha de montagem, com a produção em grande escala e estandardizada, com a concentração técnico-administrativa e o gigantismo (“maior é melhor”) e com um enorme desperdício no uso de recursos naturais: primeiro se fabrica e depois se vende – e para isso existia a publicidade, cuja função era criar necessidades – e no processo de

expansão da especialização da mão de obra, com isso, as funções especializadas causaram uma segmentação das atividades que refletia na *taylorização* acelerada das empresas que fizeram surgir o espaço piramidal, baseado nas desigualdades das funções e das diferenças salariais. Nesse momento, o Estado acompanhava a lógica estrutural de desenvolvimento das indústrias de produção em massa o que causou um aumento nas transformações agrícolas e comerciais incentivando o crescimento de grandes grupos, financiando moradias e aumentando o poder de compra da população, e conseqüentemente, o aumento de equipamentos, mesmo sendo alvo da inaceitação por parte dos industriais que defendiam uma postura econômica e pouco social.

Essa situação Vesentini (1995) chamou de nova (des) ordem mundial decorrente do surgimento de várias cidades sem infra-estruturas suficientes para suprir o enorme fluxo migratório de trabalhadores que vinham do campo para cidade. Mas, a contraposição à essa idéia pode ser observada em Engels, citado em Lefebvre (1999a) para quem: “jamais essa realidade se identifica para ele com uma simples desordem, ainda menos com o mal, com uma doença da ‘sociedade’” Lefebvre (1999a, p.13). Assim, podendo considerar esses processos como fases transformadoras, necessárias para a composição da cidade que oferece identidade aos seus cidadãos.

A revolução industrial mudou completamente a forma de produzir a cidade. O trabalhador da zona rural que veio para as cidades em busca de trabalho provocou uma crise na estrutura urbana vigente, e mesmo a remuneração menor por não ser qualificado, ou seja, sem tradição industrial, não foi suficiente para evitar o êxodo rural.

O grande fluxo populacional provocou uma crescente concentração de espaços metropolitanos que não tiveram um desenvolvimento urbano que acompanhasse o desenvolvimento industrial (econômico). As cidades se transformaram num amontoado de casas, o que resultou num caos urbano com a falta de emprego, com a criminalidade, a favelização e a poluição do ar e da água etc.

fabricação o importante não é a qualidade e sim a quantidade (VESENTINI, 1995 p. 07 grifo nosso).

As especulações imobiliárias alavancadas com o inchaço da maioria das cidades que se constituíram nesse processo, também contribuíram com a formação de uma população de miseráveis, uma vez que, os aluguéis cobrados pelos proprietários dos estábulos eram altíssimos, com valores crescidos em paralelo com o desenvolvimento industrial.

Evidentemente, o crescimento industrial trouxe muitos problemas urbanos e sociais, e mesmo sendo “um pólo da pobreza (...), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre”, como afirmou Santos (1993, p. 10), as cidades representavam a “possibilidade do sucesso”. Quando a cidade se opôs ao isolamento do campo que concentrava as tarefas desprovidas de inteligência como as tarefas materiais; nela ficou os trabalhos intelectuais e de comando, com a grande massa popular, os instrumentos de produção, o capital, as necessidades e os prazeres. Por isso, as cidades tendiam a crescer cada vez mais, tanto em números, quanto em tamanho.

A modernidade representou um período de evolução organizacional e mesmo sendo a época que marcou a diluição de fato do abismo entre a esfera pública e a esfera privada da antiguidade, entre a vida cotidiana (profana) e a vida religiosa da idade média, apresentou ao mundo um novo abismo, entre o rico e o pobre. A adaptação ao novo sistema implicou em mudanças coercitivas para a humanidade. Em resumo, com o (re) surgimento das cidades sob o “manto” do sistema capitalista, os indivíduos tiveram que se adequarem diante as mudanças que estabelecia regras de comportamento, normas e leis para a esfera que ascendia - a social - assim como, as novas formas de produção do espaço ascendente da nova esfera e sob os influxos do sistema então vigente que apontava para a transformação da terra em mercadoria, assim como tudo o que continha nela.

Não obstante, essas mudanças disseminaram-se, mesmo que sob uma dinâmica diferente, o mundo todo foi se modernizando.

Na história das cidades brasileiras, o século XIX, é caracterizado pelas modificações que ocorreram nos centros urbanos tradicionais e mesmo sendo mudanças diferentes das verificadas nas cidades européias do mesmo período, as cidades brasileiras tiveram que se enquadrar em muitos padrões, primeiramente adaptados as cidades européias, mas posteriormente

difundidas, pois não se tratava somente de um modelo urbano, mas de um padrão instituído pelo sistema capitalista.

Consoante a isso, é cabível esclarecer que o Brasil foi “descoberto” no século XVI, ou seja, na embrionária modernidade. Logo, as formas de dominação/ocupação das terras recém descobertas retrataram as influencias do período medieval em decadência na constante ascendência da modernidade. As capitâneas hereditárias instituídas no Brasil pelos portugueses como forma de ocupar o novo território se assemelharam bastante ao sistema feudal. Esse sistema de concentração de terras no Brasil perdurou por três séculos. Somente no século XIX, com a criação da Lei de Terras em 1850, que pôde ser notada uma significativa alteração de forma mais democrática no que tangia a aquisição de terras brasileiras.

De maneira geral, no que trata da urbanização brasileira, foi no século XIX, que as grandes mudanças começaram a ocorrer, principalmente em consequência da chegada da família Real ao Brasil, em 1808, em que as cidades foram revitalizadas adquirindo “ares” europeus.

Naquele momento, os espaços públicos passaram a ser valorizados. A simplicidade dos espaços com poucos traçados, os prédios modestos com destaques aos edifícios religiosos, a atividade econômica frágil e a ausência de uma vida social nas cidades do período colonial, foram substituídos por espaços mais dinâmicos, onde os prédios públicos ganhavam evidência, assim como as escolas, bibliotecas e teatros. Houve uma preocupação com saneamento e a estética das vias, os traçados passaram a ser mais regular, o que resultou de forma proposital na delimitação e na criação de espaços públicos, além da valorização dos passeios públicos e da abertura dos famosos *boulevards* que inspirava a comunidade a se sociabilizar. Essas medidas também apresentaram um caráter político e econômico, pois revelavam racionalidade ao partilharem o solo para melhor comercializá-lo, dando condições de expansão à cidade que se pretendia modernizar.

Contudo, os melhoramentos introduzidos nas cidades nesse momento histórico, não envolveram todos os aspectos urbanos, como também não modificaram suas raízes. O fato é que o crescimento das cidades acontecia mais rápido do que as benfeitorias, o que não mudava a condição da grande massa que continuavam vivendo em espaços subumanos. “Em

verdade, a questão é que a urbanização se dá de forma mais acelerada do que as possibilidades políticas, técnicas e econômicas de realizá-la, nos moldes da lógica da cidade moderna” (MAIA, 2007, p. 4).

No fim do século XIX, as pessoas que viviam nas cidades brasileiras representavam aproximadamente 10% do total da população do país (SANTOS 1993). Considerando que o Brasil, desde o período colonial, já apresentava cidades de grande porte para o universo das Américas, foi só a partir do fim do século XIX e início do século XX, que o processo de urbanização começou a se consolidar (MARICATO, 2000). Porém, esse processo só ascendeu na segunda metade do século XX, quando o Brasil passou a ter mais de 50% de sua população residindo nas cidades.

Nos últimos decênios do século XIX e nos primeiros do século XX, a evolução demográfica das capitais estava, em muitos casos, sujeita a oscilações (ou conhecia crescimento relativamente lento) em determinados períodos intercensais, ao passo que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, dá-se um crescimento sustentado em todas elas (SANTOS, 1993, p. 27).

Impulsionado por diversas causas o processo de urbanização brasileiro apoiou-se fundamentalmente no êxodo rural. A migração campo-cidade foi causada pela modernização técnica do trabalho rural, com o homem sendo substituído pela máquina e a estrutura fundiária concentradora. Isso causou grande carência de terras para a maioria dos trabalhadores rurais, que destituídos dos seus meios de sobrevivência no campo migraram para as cidades em busca de novas condições de vida.

Pode ser considerado como precedentes desse processo a promulgação da Lei de Terras e o fim do tráfico de escravos. Ambas de 1850, essas medidas foram fundamentais para mudar a trajetória social brasileira.

Logo em 1850, duas medidas fundamentais foram tomadas: a promulgação da Lei das Terras e a supressão *de fato* da importação de escravos. A primeira preparava a condição institucional da existência do trabalho ‘livre’, isto é, do trabalho assalariado: transformando a terra em *propriedade privada*, priva de seu meio de sobrevivência o trabalhador, que, assim, para viver, é obrigado a vender sua força de trabalho e, com o salário recebido, comprar seus próprios meios de sustento no mercado. A segunda medida livrava a nova relação de trabalho – o assalariado – da competição da escravidão e com isso acelerava sobremaneira a transição desta para aquela (DÉAK E SCHIFFER, 2004, p. 15).

Além desses precedentes, também se pode considerar como propulsor da urbanização a “Proclamação da República e a indústria ainda incipiente que se desenrolava na esteira das atividades ligadas à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno” (MARICATO, 2000, p.22).

A expansão da cafeicultura na segunda metade do século XIX eclodiu dois fatos importantes, o primeiro foi a interação, mesmo que limitada, dos estados, que apresentavam uma escassa relação. De acordo com Santos (1993), essas relações eram fracas, inconstantes, por que se tratava de um país de grandes dimensões territoriais; o segundo fato importante foi a dinamização do processo de industrialização, que também contribuiu com o primeiro.

Essa interação interestadual aconteceu por que a produção do café viabilizou de forma estrutural a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação e de forma social foi instalada sob os influxos do comércio internacional formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbios, consumo, que efetivaram a forma estrutural, o que também ampliou indiretamente os horizontes do processo de industrialização (SANTOS 1993).

Um dos estados que se privilegiou com essa interação foi o Estado de Mato Grosso que se encontrava em grande isolamento. Após o declínio do ouro em Cuiabá – que promoveu a fixação do colonizador na região, surgindo assim, os núcleos urbanos como o de Cuiabá e os povoados rurais como Cáceres, Corumbá e Miranda que eram considerados núcleos fortificados, para defenderem o território a ser explorado (NEVES, 2007). O Estado de São Paulo não tinha mais razões econômicas evidentes para continuar mantendo o vínculo que havia criado com Mato Grosso, dessa forma, as relações entre os estados foram abaladas. Com a expansão do café, esses laços foram restabelecidos, e a ligação entre os dois estados foi oportuna principalmente para a região sul do Mato Grosso, o que avivou ainda mais a necessidade do surgimento de uma cidade que pudesse servir de elo entre o planalto e a planície.

Houve uma clara intenção de ambos os Estados em viabilizar seus interesses. De um lado, São Paulo “buscava a abertura de novos horizontes para o café e o intercambio com as zonas produtoras de gado do

sul-mato-grossense” (ABREU *apud* NEVES, 2007, p. 121). E, do outro lado, Mato Grosso ambicionava restituir as relações econômicas com São Paulo, a principal frente econômica do país. Por isso, a comunicação com esse centro era primordial para o desenvolvimento da região pantaneira.

A expansão da cultura cafeeira, nas últimas décadas do século XIX, em direção do oeste de São Paulo, tornava necessário o conhecimento do território do Estado para onde apontava os cafezais (...). Um outro aspecto a se considerar seria a necessidade de se encurtar a distância percorrida pelas boiadas mato-grossenses para alcançarem o mercado representado pelo Estado de São Paulo. O crescimento da cidade de São Paulo, no começo do século, exigia um consumo crescente de carne. Os animais saíam da Vacaria, passavam por Santana de Paranaíba, perto da confluência dos rios Grandes e Paranaíba, que formam o Paraná, atravessavam o Triângulo Mineiro, ou entravam em São Paulo pela zona da Mogiana indo até a Capital, ou se dirigiam para o Sul de Minas Gerais. Impunha-se um caminho que ligasse a Vacaria a São Paulo mais diretamente, apesar dos obstáculos representados por uma região desconhecida e habitada por índios **belicosos** e pela vegetação tropical que se estendia do Rio Grande até o Rio Paranapanema, acompanhando a margem paulista do Rio Paraná, dificultando as comunicações entre São Paulo e Mato Grosso (ABREU *apud* NEVES, 2007, p. 119-120 grifo do autor).

Portanto, a fundação de um povoado na área de transição do pantanal para o planalto abriria novas perspectivas de comunicação com São Paulo, além de garantir a continuidade do sistema econômico vigente.

Não se pretende afirmar, é óbvio, que Aquidauana tenha mudado a face do Brasil, contudo é preciso atentar para o fato de que, tendo tornado possível a ligação sistemática de áreas remotas do Pantanal com a área mais dinâmica, no contexto brasileiro, o povoado aquidauanense representou a possibilidade de realização de integração nacional em, pelo menos, dois campos: no econômico e no da organização social (NEVES, 2007, p. 111).

Enfim, Aquidauana foi criada numa posição estratégica de uma região que se apresentava muito problemática e serviu como elo desencadeador do progresso pantaneiro, daí, a importância do significado da fundação de Aquidauana.

CAPÍTULO II - AQUIDAUANA E AS PRAÇAS

“A cidade favorece a arte e é arte; a cidade cria o teatro e é teatro. É na cidade, na cidade enquanto teatro, que as atividades mais importantes do homem são formuladas e elaboradas através de indivíduos, eventos, grupos em conflito e em cooperação”

Mumford.

Num lugar estratégico à margem direita do Rio Aquidauana, numa das entradas para o Pantanal Sul e localizada privilegiadamente na região da Serra de Piraputanga, foi edificada a cidade de Aquidauana. Em posição exclusiva o núcleo urbano possibilitou a comunicação entre as áreas alagadas da planície pantaneira e as áreas elevadas do Planalto Central.

Aquidauana foi, basicamente, obra de fazendeiros do pantanal, que agiram motivados por determinações específicas de natureza econômica: garantir a continuidade da atividade comercial durante o ano todo, contornando os problemas de isolamento criados pelas inundações anuais e ampliar as possibilidades econômicas pelo contato com São Paulo – o pólo econômico brasileiro (NEVES, 2007, p. 102).

Esse período que data a partir da segunda metade do século XIX, foi marcado pela integração do Estado de Mato Grosso à economia e à política brasileira. O Brasil aumentava a sua inserção no modo capitalista de produção, ratificava o fim da escravidão e implantava o regime republicano que descentralizou o poder central.

Portanto, se inserir nesse cenário de transformação era prioridade para os fazendeiros da região pantaneira que buscava dar continuidade à fonte de renda local. Contudo, a inserção do Estado de Mato Grosso nesse cenário, também era, de interesse da Nação que necessitava urgentemente povoar toda a extensão de fronteira face às ameaças advindas com a Guerra do Paraguai (1864-1870). Também havia o interesse em expandir a circulação de mercadorias pelo interior, aumentando o mercado consumidor dos grandes centros, além de facilitar a escoação do gado produzido em Mato Grosso para o mercado consumidor de São Paulo.

Introduzidos nesses ideais, um grupo de pessoas que futuramente viriam a serem considerados os fundadores de Aquidauana se organizaram

politicamente para dar prosseguimento ao processo de fundação de uma vila. Pautados em grande cautela, esses idealizadores, decidiram sobre a formação do povoado que ocorreu em uma reunião realizada no dia 15 de agosto de 1892, especialmente convocada para tal fim.

É do “Álbum de Mato Grosso”, editado em Hamburgo em Janeiro de 1.914, a seguinte citação: “À 15 de agosto de 1.892, à convite do prestimoso cidadão Major Theodoro Paes da Silva Rondon, dirigiram-se para a margem do rio Aquidauana, ao ponto em que hoje se acha a villa, e alli fizeram reunião dos subscriptores para a compra do terreno destinado ao patrimônio da projectada povoação, diversos fazendeiros e pessoas residentes na villa de Miranda. Essa reunião tinha por fim a escolha do nome da nova povoação, e a constituição de uma comissão que proveria à todas necessidades reclamadas pelo alevantado objetivo em vista. Sob copado arvoredo, à margem direita do rio, no ponto em que está hoje situada a igreja da padroeira local, reuniram-se cerca de 40 cidadãos sendo escolhidos para a comissão directora os senhores Major Theodoro Rondon, Coronéis João D’Almeida Castro, Augusto Mascarenhas, Estevão Alves Corrêa e Manoel Antonio de Barros. Nessa reunião foi adoptado o nome de Aquidauana para o novo centro de população, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. A acta foi lavrada sôbre uma manta de couro, no chão, pois alli só havia solidão e exuberante vegetação. A comissão elegeu Presidente e Thesoureiro, acumulando as funções de fiscal, aos dois primeiros dos seus membros citados, e organizou seus estatutos. Retiraram-se então todos, voltando ao ano seguinte dois dos primeiros fundadores. Em seu regresso ahi estabeleceram os primordios da povoação os sertanistas Major Theodoro Paes da Silva Rondon e Coronel João D’Almeida Castro que, com outros construíram os primeiros ranchos de palha na mata frontosa” (Texto retirado da revista *Isto é Aquidauana*, edição especial de 80 anos da cidade, 1972, p. 7, na qual foi mantida a escrita original).

Após a fundação do povoado, foi criada uma Diretoria para superintender os assuntos de interesse coletivo. “Essa Diretoria foi composta por cinco membros, eleitos pela assembléia fundadora; foram eles, pela ordem de votação: Theodoro Rondon, Augusto Mascarenhas, Estevão Alves Corrêa, João de Almeida Castro e Manoel de Barros” (NEVES, 2007, p. 84). Esses foram os nomes que se tornaram oficialmente⁷ como os fundadores de Aquidauana.

⁷ “Essa escolha *oficial* está presente nos relatos e ‘históricos’ sobre a cidade, no teor dos discursos oficiais, quando das comemorações cívicas, por meio das quais se festeja o aniversário da cidade e nos programas das disciplinas de História e/ ou Estudos Sociais, desenvolvidos nas escolas locais” (NEVES, 2007, p. 104 – nota de rodapé, grifo da autora).

Logo em seguida, foram tomadas as primeiras providências no que tangia à urbanização da vila. A compra de terrenos por meio de subscrição facilitou na estruturação urbana do povoado, com ruas e quadras planejadas.

Os fundadores traçaram as ruas, os lotes que seriam doados posteriormente, as quadras, etc. Logo Aquidauana não surgiu espontaneamente, entende-se que ela fora planejada [...] (QUEIROZ, 2006, p. 13).

Por conseguinte, após os trâmites burocráticos para a fundação da vila, uma pequena população já se instalava à margem direita do Rio Aquidauana. Essa povoação promoveu um rápido desenvolvimento que resultou na elevação da vila à categoria da Paróquia de Paz em 1899, tendo o Coronel João D'Almeida Castro sido eleito para assumir as funções de Juiz de Paz.

Por lei Estadual nº 467, de 18 de Dezembro de 1.906, foi criado o distrito de paz subordinado à comarca de Miranda, continuando João D'Almeida Castro nas funções de Juiz. A mesma Lei Estadual nº 67 elevou o povoado à categoria de vila e município, que ficou com sede na freguesia de Alto Aquidauana, sendo então desmembrada do município de Miranda e instalado em 3 de maio de 1.907. Conserva-se, porém, Aquidauana como termo judiciário da comarca de Miranda, tendo como 1º suplente de Juiz de Direito o Coronel João D'Almeida Castro, nomeado por decreto nº 189, de 20 de fevereiro de 1.907, cargo que ocupou até 1.911. Aquidauana foi elevada à categoria de comarca por lei nº 549, de 20 de julho de 1.910, tendo sido o seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Manoel Pereira da Silva Coelho (Texto retirado da revista *Isto é Aquidauana*, edição especial de 80 anos da cidade, 1972, p. 7).

Assim, em 1910, Aquidauana passou a figurar no quadro político brasileiro como Município independente, e em 1918, como cidade.

A aspiração ao mundo moderno já permeava os ideais urbanos daqueles primeiros habitantes da vila, que adotaram a forma de pensar o espaço urbano vigente nos grandes centros.

Contudo, as reformas urbanas que eclodiram na Europa por volta da segunda metade do século XIX, estabeleceram uma nova magnitude para os espaços públicos tendo as praças, os jardins e as vias de circulação compondo preferencialmente os traçados urbanos concebidos nos planos em tabuleiros de xadrez, ditos como modernos e que foram criticados por Camillo Sitte:

Sistemas modernos! Pois sim! Abordar tudo de maneira rígida e sistemática, não altera em um milímetro os padrões já estabelecidos, até que o espírito genial seja torturado à morte e toda sensação prazerosa seja abafada - é essa a marca de nosso tempo. Na construção urbana, temos três sistemas principais e alguns secundários. Os principais são: o sistema retangular, o sistema radial e o sistema triangular. (...). A regularização do traçado das ruas é a meta de todos eles, um objetivo puramente técnico. Um traçado de ruas serve apenas à comunicação, jamais à arte, já que nunca pode ser apreendido pelos sentidos ou visto em sua totalidade, a não ser em sua planta (SITTE, 1992, p. 100, grifo do autor).

Essas novas formas, contrárias àquelas presentes no desenvolvimento das cidades medievais que surgiram espontaneamente, atendiam ao desenvolvimento urbano das cidades capitalistas, onde os espaços são produzidos para dar lugar à produção de mercadorias, com o valor de troca se sobrepondo ao uso e ao valor de uso.

Essas concepções chegadas ao Brasil no último quartel do século XIX foram adaptadas pelos povoadores de Aquidauana que seguiam as influências de grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Corumbá que já estavam engendrados nessas concepções advindas da Europa. Contudo, as concepções modernas de traçados urbanos têm que ser analisadas, no caso de Aquidauana, de maneira particular, devido a importantes fatores que contrapunha essas concepções no período de formação da vila, ou seja, por mais progressista que Aquidauana tendia a se tornar ela não era uma cidade projetada pelo capitalismo industrial, o cotidiano na vila se baseava no ruralismo, assim, por mais moderno que fosse os anseios dos fundadores quanto à estruturação urbana, a vila, só adquiriu ares modernos após a implementação de leis e regras que condicionasse a tal progresso. E, como naquele momento de estruturação urbana ainda não estavam estabelecidas as leis que normatizassem as relações sociais com o espaço de habitação, já que os habitantes levavam uma vida essencialmente agrária, desapegados dos padrões que caracterizavam uma cidade, Aquidauana só adquiriu características de cidade após a implantação do primeiro Código de Posturas em 1907. Lentamente, o Código de Posturas introduziu o conceito capitalista de produção àquela população que ainda tinha seus meios de sobrevivência baseados na produção artesanal para subsistência.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Aquidauana passou por diversas transformações. Além de ter sido um período de inserção política, figurando em tão pouco tempo como cidade, ela também passou por um novo arranjo urbano com a chegada da estrada de ferro e por uma nova organização social com a implantação do Código de Posturas. Todas essas mudanças foram significativas para a composição da cidade que se verifica hoje.

Embora Aquidauana tenha surgido na eminência do regime republicano, instaurado em 15 de novembro de 1889, a produção do seu espaço urbano resgatou inúmeros elementos característicos do período imperial, um período anterior ao surgimento da cidade, além de manter a Igreja como controladora da sociedade, isso evidencia que algumas características do período imperial se sobressaíram à estruturação espacial e avançou a estruturação social numa clara menção de controle que os fundadores buscavam ter e que só era possível no quadro do regime imperial. Observa-se que a oligarquia local detinha muito poder e influenciava sobremaneira todos os aspectos que regiam a vida cotidiana desde o social, político, econômico, ao cultural.

Assim, a produção do espaço urbano de Aquidauana reflete as influências desse domínio, com destaque para a presença da Igreja ligada à fundação.

A construção da capela Nossa Senhora da Conceição representou um dos momentos importantes na história de Aquidauana. Após a fundação do povoado verificou-se a importância dada pelos fundadores à construção da capela em homenagem a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, padroeira da cidade.

A construção da capela ficou a cargo da Irmandade de *Nossa Senhora da Conceição*, que era constituída, basicamente, pelos fundadores do povoado, especialmente pelos que assumiram a administração. A Irmandade, presidida por Manoel Antônio de Barros, reuniu-se, pela primeira vez, a 5 de julho de 1899 para tratar da necessidade de se completar a quantia de dinheiro que seria necessário para que a construção da capela fosse terminada até o dia da festa da padroeira (15 de agosto). Os 11 signatários da Ata da reunião comprometeram-se a suprir a quantidade necessária (NEVES, 2007 p. 92-93, grifo da autora).

A igreja que está intensamente ligada à história do município, tornou-se referência para a cidade e como elemento central ela carrega uma forte representatividade cultural.

Havia também, as influências dos ideais modernos que dispunham as ruas e as quadras como um tabuleiro de xadrez determinando uma ligação linear de ruas largas, praça ao centro com a utilização de jardins públicos.

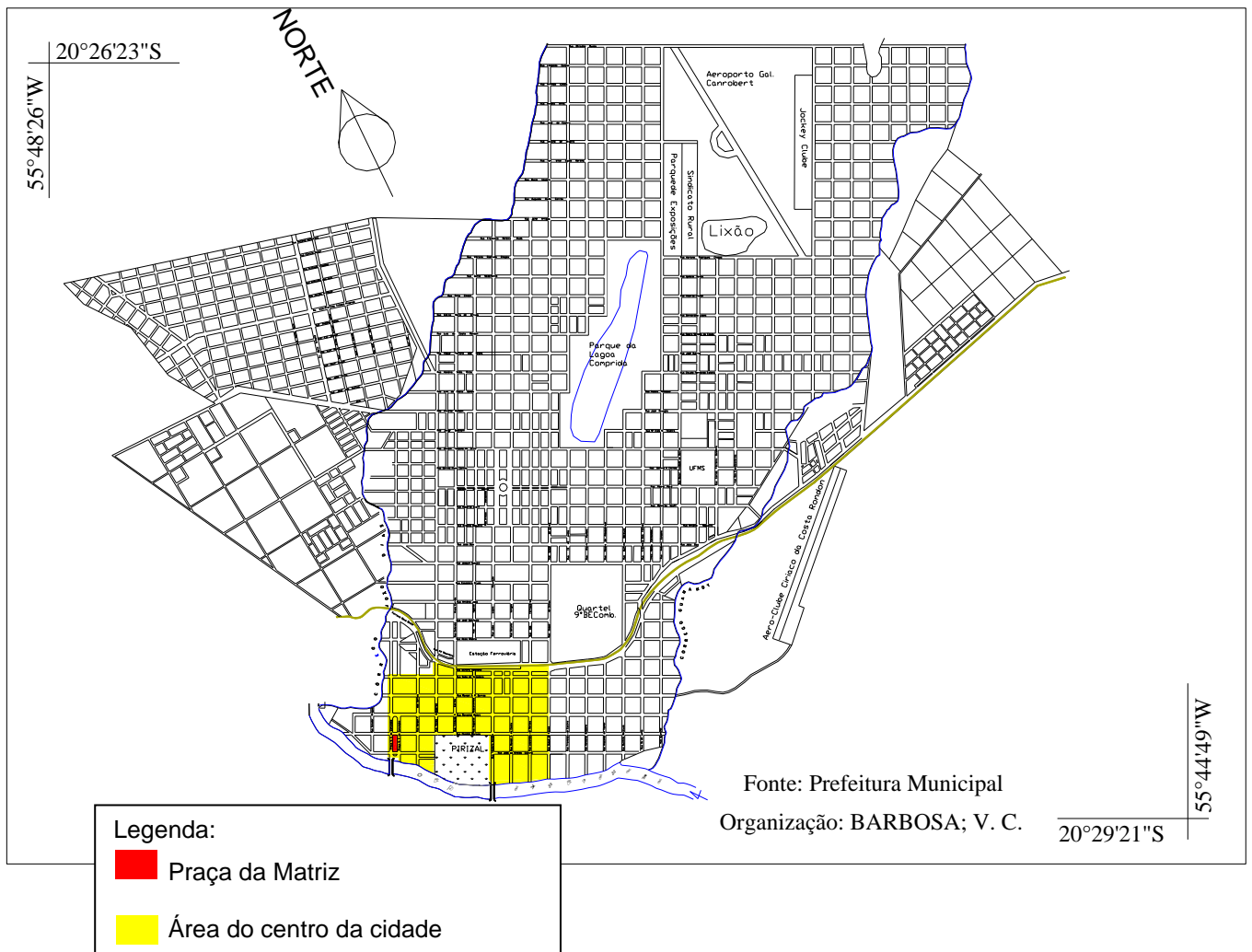
Portanto, a Praça Nossa Senhora da Conceição, como se verifica na figura 2, também em homenagem a santa padroeira, porém, mais conhecida como Praça da Matriz, um apelido pouco exclusivo considerando a existência de inúmeras praças situadas em frente de igrejas católicas que também recebem esse apelido, representava o espaço de maior sociabilidade da comunidade recém formada. E, as formas de apropriação nesse espaço aconteciam totalmente mediadas pela igreja, ou seja, até as festas cívicas possuíam caráter religioso.

“Com uma imponencia e entusiasmo desusado em Agosto de 1918 realizam-se os festejos em regosijo pela elevação de Aquidauana à cathegoria de cidade. No dia 14 de Agosto 1918 realisou-se na “Praça da Conceição”, a grande kermesse em beneficio dos festejos; na parte fronteira à Igreja sobresahia um lindo ‘Arco Triunfal’” (Texto retirado do primeiro Livro Tombo da Freguesia de Aquidauana da Igreja Nossa Senhora da Conceição, 1919, p 4, no qual foi mantido a escrita original).

Figura 1 – Localização da Praça da Matriz



Fonte: QUEIROZ, D. 2009.



A análise dos registros do primeiro Livro Tombo da Igreja identifica a participação da Igreja no cotidiano social da comunidade. A igreja controlava os comportamentos por meio de decretos, como o que consta na página 6 do Livro de Registros com a regulamentação das festas religiosas, deixando clara a autoridade religiosa na cidade.

Havemos por bem determinar que, nesta Diocese, d'oravante os programmas das festas religiosas, em todos os seus detalhes, sejam organizados de acordo com os Rvds. Parochos; que só deverão ser reconhecidos pelos fieis como authenticos os que tiverem o <<Visto>> da autoridade parochial

Várias passagens desse livro evidenciam a atuação que indica a ação coercitiva da igreja enquanto instituição fiscalizadora dos comportamentos sociais. Por conseguinte, os registros apontam a interação da igreja em vários assuntos referentes à comunidade como o “*Mappa Parochial do Anno de 1920*”, localizado na página 7, que mostra a quantidade de habitantes em Aquidauana naquele ano, servindo como um censo.

A população da freguezia de Aquidauana urbana é de 3 mil habitantes, a do Município é de 5.108. Total 8.108 hab.

Assim, os registros fazem menções às novenas seguidas de procissões que acabavam por fazer uso da Praça da Matriz e outros festejos religiosos que envolvia a sociedade na praça.

Essa posição fortalecia os laços culturais representados e propagados pela igreja que influenciava e limitava, impondo padrões de comportamento, principalmente nos espaços públicos. A Praça da Matriz era uma área de extensão da igreja, portanto, o que se esperava era que nela se exercesse o que se aprendia na igreja. Descartava-se, assim, o plano de urbanização vigente no sistema republicano que ignorava a presença da igreja no ordenamento central da cidade, em evidência no momento; e as funções do urbanismo mundial que instituía as praças e as áreas verdes como um espaço de repouso para o espírito saturado das paisagens edificadas num amontoado de cimentos (Andrade, 1992), demonstrando clara preocupação com a qualidade de vida urbana.

Tudo isso, porém, não é apenas valioso no sentido estético, mas de fato indispensável por seus benefícios à saúde. A metrópole necessita destas grandes superfícies não-

construídas e compostas de jardins, fontes e espelho-d'água, imprescindíveis para sua respiração, e por isso chamadas de seus pulmões (SITTE, 1992, p. 167).

Ainda como influências do urbanismo mundial, estão as ruas retas e largas como um fator de aceleração da vida na cidade.

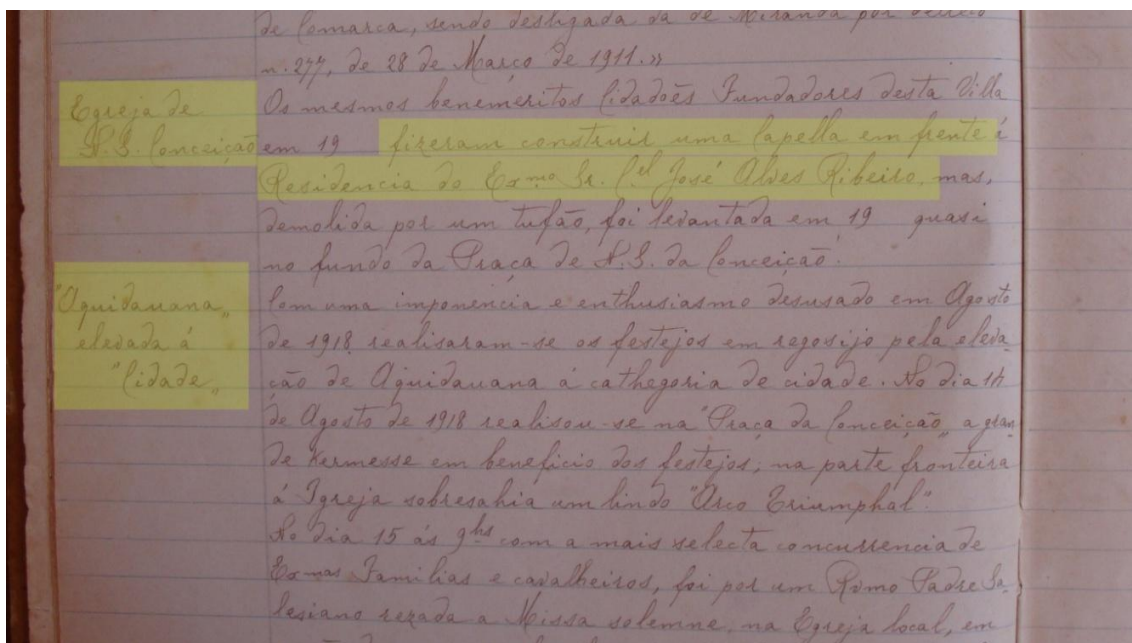
Indiferente a esses conceitos, em Aquidauana, a vida era desacelerada com a promoção de espaços abertos e não-construídos que estimulava a sociabilidade.

E mesmo com a opção do Estado Laico, estipulado pelo novo regime, os fundadores preservaram essa ligação. Para muitos povoados, vilas e cidades mais afastadas dos grandes centros a igreja ia além de uma instituição religiosa. Em Aquidauana a igreja refletia a soberania do grupo que a administrava, assim, a administração religiosa como a política, por vezes, se confundia nas mãos do mesmo grupo que usava a igreja como instrumento de controle social.

Se, por um lado, esse tipo de relacionamento indicava uma interferência dos leigos nos assuntos da Igreja havia, por outro lado, uma forte influência da Igreja na vida do povoado, sobretudo, no que dizia respeito aos padrões de comportamento social, à educação e ao lazer, uma vez que quase toda a vida social girava em torno das festas e práticas religiosas (NEVES, 2007, p. 93).

E, por fim, a influência da classe oligárquica que dispôs os prédios públicos e as casas dos coronéis ao redor da igreja e da praça. A representação desses elementos enfatizava a postura da oligarquia aquidauanense perante a sociedade. Dessa forma, os prédios públicos simbolizavam a administração e a vida social, correspondendo, aos ofícios que governam: administração, educação, justiça, cultura etc., e as casas dos coronéis simbolizando os administradores públicos, os organizadores da sociedade, a elite o poder.

Foto 1 - PARTE DOS REGISTROS DO LIVRO TOMBO Nº 1 DA IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE AQUIDAUANA - 1919.



Fonte: Igreja Nossa Senhora da Conceição (2009)

Esta foto foi tirada do livro tomo de 1919, da Igreja Nossa Senhora da Conceição, que tem como registro a construção da capela em frente à residência de um dos coronéis influentes na cidade naquela época. Além de, constar de forma documentária algumas informações acerca dos acontecimentos na cidade, trazendo datados importantes fatos para a história da mesma, como também, trazer nas entrelinhas a forma como foi produzido aquele espaço urbano naquele período, constando as influências e o domínio de uma classe, a dos coronéis.

Muitas cidades cresceram em torno dos prédios religiosos e das construções do poder. Os prédios da administração pública, da justiça e os da educação sempre dividiram o mesmo espaço. Nas cidades contemporâneas, muitas dessas edificações são localizadas em áreas mais periféricas por possuírem uma arquitetura maior e devido a saturação do espaço central, esses detalhes na reprodução espacial vão definindo a evolução das cidades, o que pode ser visto em Aquidauana.

Atualmente, a cidade de Aquidauana dispõe do complexo administrativo e judiciário em uma área específica. Observa-se que o Campus II da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul localiza-se num bairro da cidade, enquanto o Campus I aparece inserido entre as edificações que compunham o antigo centro administrativo, judiciário e educacional. Todos, anteriormente, dispostos no mesmo local, ao redor da igreja e nas proximidades das casas dos coronéis.

A localização do centro comercial de Aquidauana ficava nas mediações da Ponte Rondão de Oliveira, atualmente mais conhecida como Ponte Velha. Apesar de ter sido fundada do lado direito do rio, nesse período, a cidade compunha-se de edificações nas duas margens e só em 1966, com a criação do Município de Anastácio, do lado esquerdo, que Aquidauana passou a constituir-se somente do lado direito do rio. “Essa divisão, ocorrida por motivos políticos, não modificou o sentido histórico da criação do núcleo urbano” (NEVES, 2007, p. 69), que possuía a maior parte do comércio do lado esquerdo do rio.

Nesse momento, o tráfego de mercadorias se dava por hidrovias, que era o principal meio de transporte de cargas e pessoas. As mercadorias desembarcavam no Porto de Aquidauana e seguiam para as casas comerciais próximas. A Casa Vicente Anastácio e a firma Cândia & Irmãos eram as de maior expressão.

Vale ressaltar que essas casas comerciais detinham muito poder, uma vez que, elas dispunham de grande concentração de capital, pois eram “controladoras absolutas do comércio de importação, de boa parte do comércio de exportação e da navegação fluvial” (MARTINS JUNIOR, 2009, p. 3). Além de:

[...] realizarem operações próprias, funcionavam como intermediárias de bancos nacionais e estrangeiros; representavam companhias seguradoras; incorporavam indústrias e se apropriavam de terras para exploração da pecuária, da agricultura e da extração de produtos vegetais e minerais (MARTINS JUNIOR, 2009, p. 3).

Isso mostra que as interconexões que essas casas comerciais estabeleciam extrapolavam os limites regionais dando um caráter progressista a muitas cidades ribeirinhas, como Aquidauana (MARTINS JUNIOR, 2009).

Com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil o transporte de cargas por meio dos rios tornou-se impraticável. Isso provocou grande decadência nas casas comerciais instaladas próximas aos portos, com exceção da Casa Cândia situada no Município de Anastácio e integrando os Casarios do Porto Geral. Ela ainda encontra-se em funcionamento conservando boa parte das instalações originais de 1908.

O lapso de tempo que se estendeu das três últimas décadas do século XIX às três primeiras décadas do século XX correspondeu à época de apogeu e lenta desestruturação do poderio das casas comerciais dos portos instaladas em todas as principais cidades ribeirinhas de Mato Grosso, as quais, no auge de seu desenvolvimento, estiveram na vanguarda da vida política e econômica do estado, financiando por meio do crédito à produção a exploração de novas atividades econômicas ou a expansão das existentes (MARTINS JUNIOR, 2009, p. 2).

Os primeiros anos após o surgimento de Aquidauana foram marcados por inúmeras transformações, ainda por que não havia sido alcançado o tipo de vila que os fundadores almejavam. Ao passo que esses ideais iam sendo apreendidos a implantação de um conjunto de leis que determinassem um padrão no comportamento social tornou-se latente. Com isso, em 07 de maio de 1907, foi aprovado o primeiro Código de Posturas de Aquidauana que favorecia o experimento de algum tipo de normatização que buscava orientar as relações sociais entre os moradores e as relações deles com o espaço que habitavam.

A iniciação de um comportamento coletivo resguardado por uma lei não determinou de forma específica os hábitos urbanos praticados por essa comunidade, mas influenciou o conjunto de fatores que permearam, contundentemente, os hábitos locais, além de corresponder com um papel preponderante na formação do comportamento urbano visto hoje.

O Primeiro Decreto Municipal foi decisivo na incorporação do modo de vida urbano em Aquidauana. Contudo, esse conjunto de leis não foi uma elaboração autêntica para a vila, é o que se verifica na obra de Oliveira Neto (*A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de julho*), que resgata do memorialista Emílio Garcia Barbosa essa informação⁸.

Ao analisar o primeiro Código de Posturas de Campo Grande, aprovado em 30 de janeiro de 1905, verifica-se nele a reprodução do pensamento já existente anteriormente em Corumbá, mas que se espalhava por todos os municípios da região. Isso pode ser constatado ao se observar o Primeiro Decreto Municipal de Aquidauana, de 07 de maio de 1907, que, também reproduzindo as mesmas preocupações, estabelecia

⁸ “O memorialista Emílio Garcia Barbosa, no seu livro *Esbôço Histórico e Divagações sobre Campo Grande...*, referindo-se ao fato do Código de Posturas de Campo Grande ser uma cópia do Código de Corumbá, afirma: “*não nos foi assás dificultoso achar o volume original, tão fielmente êle havia sido transladado. Na coleção de Leis Provinciais, de 1883, a de número 607, aprova-as ‘posturas de câmara Municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá.’*” p. 26 (OLIVEIRA NETO, A F. 2005, p. 51, grifo do autor).

normas de posturas para os moradores daquela cidade (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 51).

De fato, várias cidades do antigo estado de Mato Grosso tiveram seu primeiro Decreto Municipal baseado naquele existente na cidade de Corumbá. Assim, instituindo de forma geral regras específicas elaboradas para a realidade corumbaense, mas que se presumia na intencionalidade de ordenar e regulamentar a postura moral, social, assim como, dar aplicabilidade às regras de higiene e limpeza necessárias a vila.

Particularmente, Aquidauana, começou a esboçar características urbanas a partir da municipalização da vila em 1907, que assinalou o início de uma nova organização social que buscava assegurar o desenvolvimento proposto no período da fundação. Para tanto, idealizavam introduzir algumas normas que assolariam as características caipiras dos moradores da vila e que os condicionassem a desenvolverem hábitos mais urbanos.

Observa-se, que consoante a elevação da vila à categoria de município e a aprovação do Código de Posturas ambos em 1907, o vilarejo era composto de características rurais, mesmo já apresentando tendências à urbanização. O que se notava no cotidiano daquela população era uma vida regida por um grande desprendimento social onde tudo se configurava no seio familiar. Além disso, a produção artesanal da maior parte dos gêneros de primeira necessidade determinava a relativa auto-suficiência daquelas famílias, além de indispor de padrões de higiene e de conduta moral necessárias à vida urbana.

Observa-se que, tanto em Aquidauana, quanto em Campo Grande, cada família da vila produzia para si a maior parte dos gêneros de primeira necessidade e, para tanto, em seus quintais, criava porcos, galinhas, vacas, etc., que lhes forneciam banha, penas, ovos, couro, leite, fazendo o abate desses animais da forma como melhor lhes conviesse. Seguindo outro pensamento que Marx desenvolve em *O Capital*, pode-se dizer que, ao produzirem para o seu consumo, aquelas famílias produziam valor de uso, mas não produziam mercadoria, pois aquele tipo de produção, embora resultasse num excedente que era comercializado, tanto no interior da vila quanto com os viajantes, não estava direcionada ao mercado de trocas (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 44-45, grifo do autor).

Os sinais de que Aquidauana tinha uma forte tendência à urbanização já havia sido evidenciado na formação da vila que passou por uma

rápida estruturação com a criação da primeira escola pública dois anos após a fundação, com a organização do destacamento do Exército e da Polícia em 1895, com a edificação da Agência do Correio em 1896, e em 1898 foi criado o Distrito Policial e colocada a pedra fundamental da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Tudo para introduzir características urbanas já presenciadas em diversas localidades no Brasil. Contudo, como explica Weber (*apud* SOUZA, 2003, p. 25, grifo do autor) “a cidade é, primordial e essencialmente, um *local de mercado*, onde nesse local se dá um intercâmbio regular de mercadorias”. Diferentemente do que acontecia em Aquidauana e mesmo com uma rápida estruturação urbana essa comunidade não se desprendia do ritmo de vida rural, por isso, a aplicação de um código de posturas resultou de forma mais extrema no alcance de uma comunidade mais organizada e conseqüentemente urbanizada.

Alguns anos após a implantação do Código de Posturas em Aquidauana já era possível averiguar uma nova realidade cidadina inserida cada vez mais no mercado internacional de trocas de mercadorias. Além da conservação da representatividade singular que o município auferiu nos quadros econômico e político, elementos desencadeadores da fundação.

Para isso, esse conjunto de leis que determinou uma nova organização social para Aquidauana e que também alterou as características urbanas ao estipular regras condicionantes à produção espacial distinguiu definitivamente a cidade do campo.

A junção desses fatores contribuiu para que as enormes regiões desocupadas do oeste brasileiro fossem povoadas e suas pequenas vilas pudessem desenvolver-se e virar cidade. Mas, para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, era fundamental que as populações de todos os lugares, por mais isolados que estivessem, incorporassem idéias modernas, cada vez mais condicentes com a distinção entre cidade e campo (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 47).

Portanto, a incorporação desses conceitos progressistas que paulatinamente permearam a história de Aquidauana viabilizados pelos interesses elitistas facilitou a integração dessa região com localidades mais ativas, sob a dinâmica do sistema capitalista de produção. A concepção capitalista estava sendo introduzida no mundo inteiro, contudo, esses ideais

postergavam qualquer necessidade particular dos povoados em prol do crescimento da mais valia.

A mundialidade é o projeto de construção de um espaço mundial – é nesse contexto que novas contradições se manifestam, se inventam novos valores, se reorganizam novos espaços a partir da reorganização da sociedade inteira, em função dos centros de poder, dando um novo sentido para o espaço (CARLOS, 2005, p.177).

No entanto, cabe discutir um pouco mais na íntegra esse importante documento que retrata a compreensão de urbano que a sociedade aquidauanense idealizava. Seu conteúdo está inserido no primeiro Livro de Atas da Câmara de Vereadores, na Ata da sua 3ª reunião.

Os 46 artigos do novo Código definiram os limites do município, a distribuição espacial da população, os padrões de higiene, limpeza e conservação dos espaços, além de regulamentarem as despesas do município e estabelecerem fiscalização comercial, como também, normatizar as formas de convivência e conduta da população.

O primeiro Decreto Municipal estabelece no Artigo 1º que o Município de Aquidauana terá seus limites

Partindo da confluência dos Rios Nioc e Miranda e terminando no Morro do Canastrão, na caxoeira do Rio Cachoeirão; seguindo por este abaixo até sua foz no Aquidauana e por este acima até as suas mais altas Cabeceiras; destas pelo Espigão Mestre a Cabeceira do Rio Negro e por este abaixo até o Curixão; do fim deste a Cabeceira da vasante grande e por esta abaixo até a sua foz no mesmo Rio Negro; por este abaixo até a sua foz no Rio Aquidauana, e por este acima até a sua foz, digo, até a foz do Ribeirão Agachy; subindo por este até a sua cabeceira, e desta tirando-se uma reta até as confluências dos mesmos Rios Nioc e Miranda ponto de partida.

Nos artigos seqüentes 2º, 3º e 4º é definido o patrimônio da Vila, que segue num texto semelhante ao averiguado no Artigo 1º e dispõem também da partilha dos lotes entre os povoadores. Estabelecendo, já no princípio, como seria a organização social no espaço, anteriormente definido.

Do Artigo 5º ao 15º são padronizadas as edificações do Município. As regras obrigavam os proprietários dos lotes a seguirem os padrões de edificação, segurança e limpeza propostos pelo Decreto, além de regulamentar as formas como deveriam se suceder as edificações, reconstruções e demolições. Também impunha que os proprietários dos lotes

deveriam arborizar os passeios, demonstrando preocupação com a estética das ruas e passeios e com as questões ambientais e climáticas, considerando que Aquidauana sempre teve suas temperaturas elevadas em relação às outras localidades. Isso ocorre por que Aquidauana é localizada num corredor entre as Serras de Bodoquena e Maracajú, estando na planície sedimentar do Pantanal.

Dos Artigos 16º ao 20º complementam-se as regras no que tange os espaços de uso coletivo, referindo-se a regularização dos padrões de limpeza e conservação e das condições de higiene desses locais. Estipulava respectivamente, que os moradores eram obrigados a conservar limpos a frente de suas casas, terrenos e parte da rua. E, os que tinham lotes também eram obrigados a se enquadrarem nas leis, sob pena de multa, como é possível averiguar na íntegra o Artigo 19, que diz: *“Os possuidores de lotes ficam obrigados a roçá-los duas vezes por ano nos meses de junho a dezembro e os que o fizerem, digo os que não o fizerem incorrerão na multa de dez mil réis cada ano”*.

As leis sempre decorrem das intenções governamentais de melhorar a qualidade de vida da população e impor regras para convivência em grupo. Nesse sentido, é reforçada a idéia de melhorias, em aspectos gerais, para o grupo que vive essas leis. Ao decretar que os ambientes comuns a todos deveriam permanecer limpos e, de igual maneira, impor que os ambientes privados também deveriam permanecer limpos apresentavam uma idéia de controle sanitário para a preservação da saúde social e não somente estética.

Os artigos que seguem são ainda mais detalhados quanto à regulamentação de um controle sanitário no Município dispendo sobre o controle animal tanto para o abate, quanto para os animais de estimação. Os Artigos 20º e 21º esclarecem que é proibido terminantemente que sejam abatidos animais na vila após o início do funcionamento do matadouro público, e que os animais de estima como os cães sejam registrados para a obtenção do controle das doenças transmissíveis.

No parágrafo único do Artigo 21º fica clara a preocupação dos administradores públicos no que se refere à doenças transmissíveis por

animais. Conferindo total liberdade ao Fiscal da Câmara de deter o controle por meio de morte da “*malta de cães que infestarem as ruas por meio de bola*”.

Nota-se que o primeiro Decreto Municipal de Aquidauana se ateuve minuciosamente a todos os tipos de questões corriqueiras, justamente por que a cultura predominante na cidade era incidente do campo. Definidos pelo isolamento essa população não tinham qualquer acepção às regras de convivência em grupo, conseqüentemente, as condições de higiene e limpeza ficavam comprometidos.

A partir do Artigo 22º até o 45º são regulamentados os deveres dos indivíduos com o órgão administrativo do Município, como o pagamento de impostos. Também estabelecem a fiscalização das atividades comerciais e multas por desrespeito aos empregados da Câmara em exercício das suas funções. Os artigos regulamentam a despesa municipal e funcionaliza a profissão do fiscal da Câmara. Neles constam as leis de suporte para os órgãos administrativos e servem tanto para o controle social, quanto em prol da sociedade.

No Artigo 46º desse Decreto estão estabelecidas as regras de conduta moral e social para a comunidade que é bem exemplificada nas palavras de Joana Neves que diz:

O Artigo 46 estabelece proibições. São ao todo 30 proibições. A transcrição, na íntegra, desse artigo possibilita, conhecendo-se as proibições, ter uma idéia bastante clara das pretensões da Câmara dos Vereadores quanto ao comportamento da população, se considerar que, geralmente, quando se proíbe alguma coisa é por que ela é, costumeiramente, praticada (NEVES, 2007, p. 96).

A análise das proibições dá indicativos de como era a vida social daquele grupo, mas também, faz alusão às perspectivas dos fundadores quanto à vila.

Percebe-se que o cotidiano daquela população era representado por cabras, porcos, galinhas, cavalos e outros tipos de animais soltos nas ruas e praças. A sujeira advinda de ciscos, entulhos, animais mortos etc. abrangiam toda a vila, além dos cursos d’água que a abasteciam o povoado. A presença de animais infectados por pestes como cavalos e cachorros também figurava no cotidiano dessa população.

As irregularidades, como se apossar ou desmatar terrenos municipais ou de outras pessoas, resultavam em multas com a implantação do Decreto. Anterior ao Decreto, essas situações eram resolvidas entre as partes envolvidas.

Também era normal a presença de pessoas domando animais, como cavalos, nas ruas e praças; tomando banho em locais público; atirando com armas de fogo ou portando armas de qualquer espécie dentro do recinto da vila; pichando edifícios públicos e particulares; impedindo o trânsito público com entulhos depositados nas vias ou com escavações. Além de mudarem a localização das ruas e escavarem as praças públicas.

Não havia restrição aos que andavam a cavalo nos passeios ou a galope nas ruas. As gritarias e algazarras eram constantes, tanto nas praças e ruas, como nas casas. Os objetos dependurados em janelas, sacadas, muros etc. caíam por toda parte, atingindo os transeuntes que passavam pelos passeios.

Animais, como o gado bovino, eram mortos para o consumo no próprio recinto da vila sem nenhum tipo de padrão de higiene estabelecido, assim como, outros tipos de gêneros alimentícios eram postos à venda em processo de deterioração.

Ainda tinham os que promoviam espetáculos e bailes públicos, além das corridas de cavalos, briga de galo e outros divertimentos que auferia lucros sem autorização da intendência.

E, por fim, eram presente no recinto da vila, casas empestadas de formigueiros, cupins, ratos, baratas e outros tipos de pestes atraídos pela sujeira.

A nova Lei definiu, dentre outras coisas, a produção do espaço social que já sofria influências de outras localidades de dentro e fora país.

As influências do urbanismo mundial eram evidentes, mesmo que de forma ainda pequena, na maior parte das cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX. A concepção urbanística que chegou ao Brasil previa a produção de um espaço mais “saudável”, isto é, a introdução de tecnologias sanitárias. Essas ideologias não reproduziam somente espaços ligados à estética ou a onipotência das construções. Previam também que

A urbanística deveria **ensinar os cidadãos a viverem em coletividade**. Caberia então ao urbanismo disciplinar os comportamentos sociais tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados, através da socialização do sentimento de intimidade e da negação de toda e qualquer promiscuidade, sobretudo através das ações dos higienistas e reformadores sociais (ANDRADE, 1992, p. 207-208 grifei).

Portanto, todas as regras equivalentes ao primeiro código eram condizentes com a realidade da época, e por mais dificultoso que fosse adequar a uma normatização de conduta o desenvolvimento das regras e a aceitação popular ocorreu rapidamente como afirma Neves (2007, p. 97).

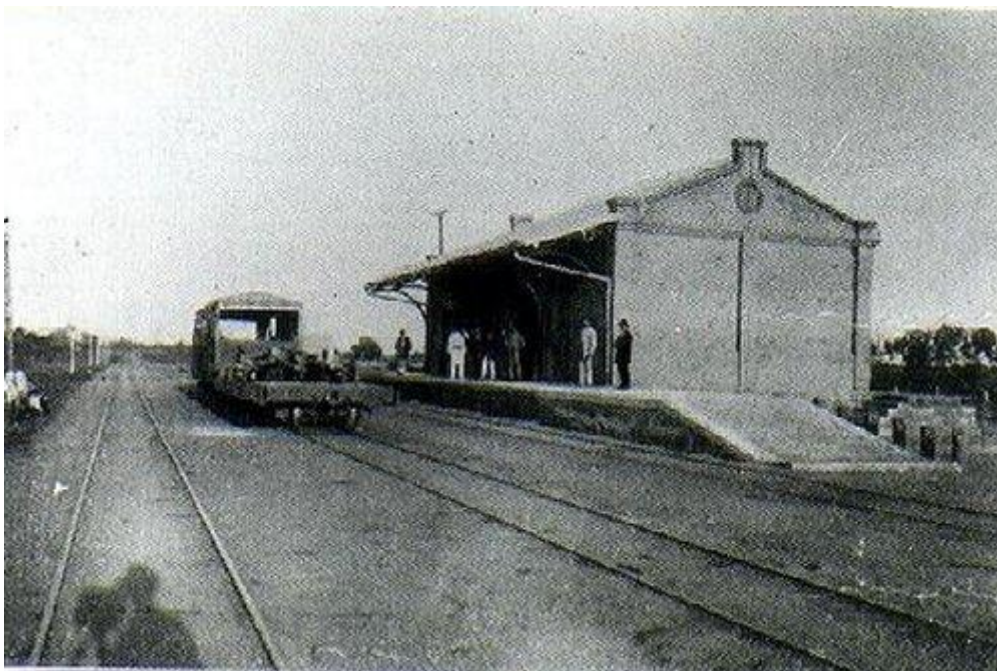
“com essas diretrizes, a vila atingiu, muito rapidamente, um nível de organização e desenvolvimento do qual, em 1913, se orgulhavam os fundadores”.

Logo, Aquidauana despertou para a racionalidade dos espaços que borbulhou ainda mais com o fim da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1914, que estabeleceu uma nova dinâmica comercial e espacial. A estação tornou-se ponto de referência para chegada de novas mercadorias, pessoas e conseqüentemente, idéias.

Assim, a dinamização do comércio de café propulsada pelo novo meio de transporte incrementou as relações com o planalto. A era ferroviária representou o primeiro passo para despir a cidade das antigas roupagens coloniais.

A chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Aquidauana, em 1912, segundo alguns autores: “Introduziu uma nova fase em sua história”. Realmente, além do crescimento econômico, houve mudanças significativas, por exemplo, o desenvolvimento do núcleo urbano na margem esquerda do rio Aquidauana, para a margem direita, substituindo o transporte hidrográfico pelo ferroviário devido a sua maior rapidez e também por ser mais econômico. Pode-se acrescentar ainda uma vantagem, como o armazenamento das mercadorias oferecidas pela própria Noroeste (GAUTO, 2005, p. 37).

Foto 2: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE AQUIDAUANA – 1933



Fonte: Acervo Particular de BELLORIO, José H.⁹

Esta foto representa o início das atividades da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Aquidauana. A produção desse espaço, ainda incipiente, mas já reveladora da dinâmica estrutural, urbana e social devido às atuações externas trazidas pelo trem, produzindo e se reproduzindo naquele lugar.

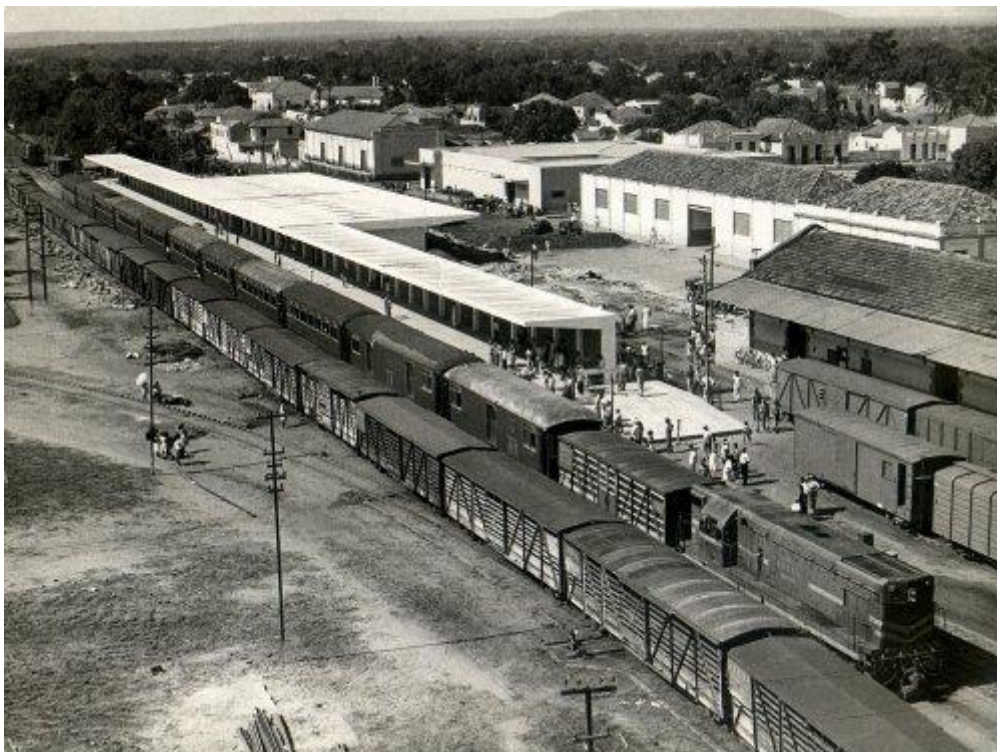
Essa mudança do centro urbano aquidauanense reflete as influências capitalistas na produção do espaço, onde, o centro antes definido como coração da cidade transforma-se em centro de negócios e do poder com a ascensão da classe burguesa.

Com isso, o uso da cidade – enquanto patrimônio público – subjugava-se a uma nova racionalidade, que manifesta-se e orienta-se pela abstração da realidade social e sobrepõe a esse aspecto a funcionalidade dos lugares (GARDIN, 1999, p. 32).

No entorno da estação a sociedade se organizou de forma mais dinâmica. Nesse espaço, o elemento de maior expressão era a estação que representava novidade, modernidade, progresso, entre outras coisas o que influenciou num novo comportamento social.

⁹ Referenciado na Bibliografia.

Foto 3: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE AQUIDAUANA – 1960



Fonte: Acervo Particular de BELLORIO, José H.

Esta foto representa a dinâmica auferida a região devido à construção da estrada de ferro. Percebe-se aí uma grande movimentação social, e estruturação urbana para capacitar toda a novidade advinda com o trem, que propunha dentre outras coisas, modernidade.

Os espaços como as praças, ruas e calçadas sempre foram cenários para a averiguação das diferentes formas de comportamento da sociedade, além de resguardar o legado cultural deixado por ela. Carlos (2005), expressa que se deve considerar o “ponto de vista do habitante” para quem o espaço se reproduz enquanto lugar, onde o habitante projeta toda sua vida.

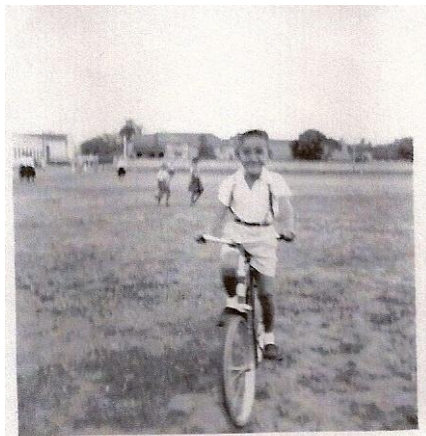
Mas também, essas mudanças representaram o rompimento da igreja com o Estado e, nessa ordem, a cidade caminhava rumo a uma nova realidade. Segundo Gardin (1999, p. 38)

“faz-se pulsar como centro vital da vida em sociedade a área da Praça do Jardim, para a partir dela imprimir-se formas laicizadas de sociabilidade, demonstrando com isso a forte predominância do pensamento republicano por parte da elite local”.

Dessa forma, espaços como a Praça dos Estudantes, como é conhecida a Praça Afonso Pena, e o Passeio Público, como era conhecida a Praça Estevão Alves Corrêa, passaram a ser os novos locais de sociabilização aquidauanense.

A Praça dos Estudantes, como se verifica na figura 3, no princípio não passava de um grande campo que, no entanto, desde a fundação da cidade servia como espaço socializante.

Foto 4: LARGO AFONSO PENA – 1957



Fonte: Acervo Particular de Odorico D. de Arruda (2006)

Esta foto retrata o campo que existia no local onde hoje se encontra a Praça Afonso Pena. Mostra também a utilização desse espaço como área de lazer e alguns cuidados pertinentes que a população local tinha com o lugar, como a grama baixa e a circulação de pessoas, como num momento ocioso.

Essa área, que só recebeu ordenamentos de praça em 1972, servia como local onde a população desenvolvia hábitos mais profanos do que sagrados, se contrapondo à da Matriz, cujo comportamento social era freqüentemente controlado. A Praça da Matriz, como extensão da igreja, servia de espaço para os eventos de ordem religiosa como as quermesses, feiras com objetivos caridosos etc. Na Praça dos Estudantes, o uso tinha caráter mais festivo, ali era o espaço para o futebol, para as feiras livres, como a feirinha nordestina que se instalava nesse espaço periodicamente trazendo artigos nordestinos e marcando a cultura aquidauanense com as influências daquela região do país. Como expressou Robba¹⁰ (*apud* QUEIROZ, 2006, p. 12), “os feirantes vinham em seus cavalos carregados, dando impressão, para quem apenas observava de que eram camelos, essa feira funcionava da meia-noite às seis horas da manhã¹¹.” O Largo Afonso Pena, também era o espaço do teatro e do circo. Era o lugar das brincadeiras de crianças e das gargalhadas.

¹⁰ Pesquisador da história de Aquidauana.

¹¹ Trecho retirado de entrevista realizada no dia 17 de outubro de 2006.

Figura 2 – Localização da Praça dos Estudantes



Fonte: QUEIROZ, D. 2009.

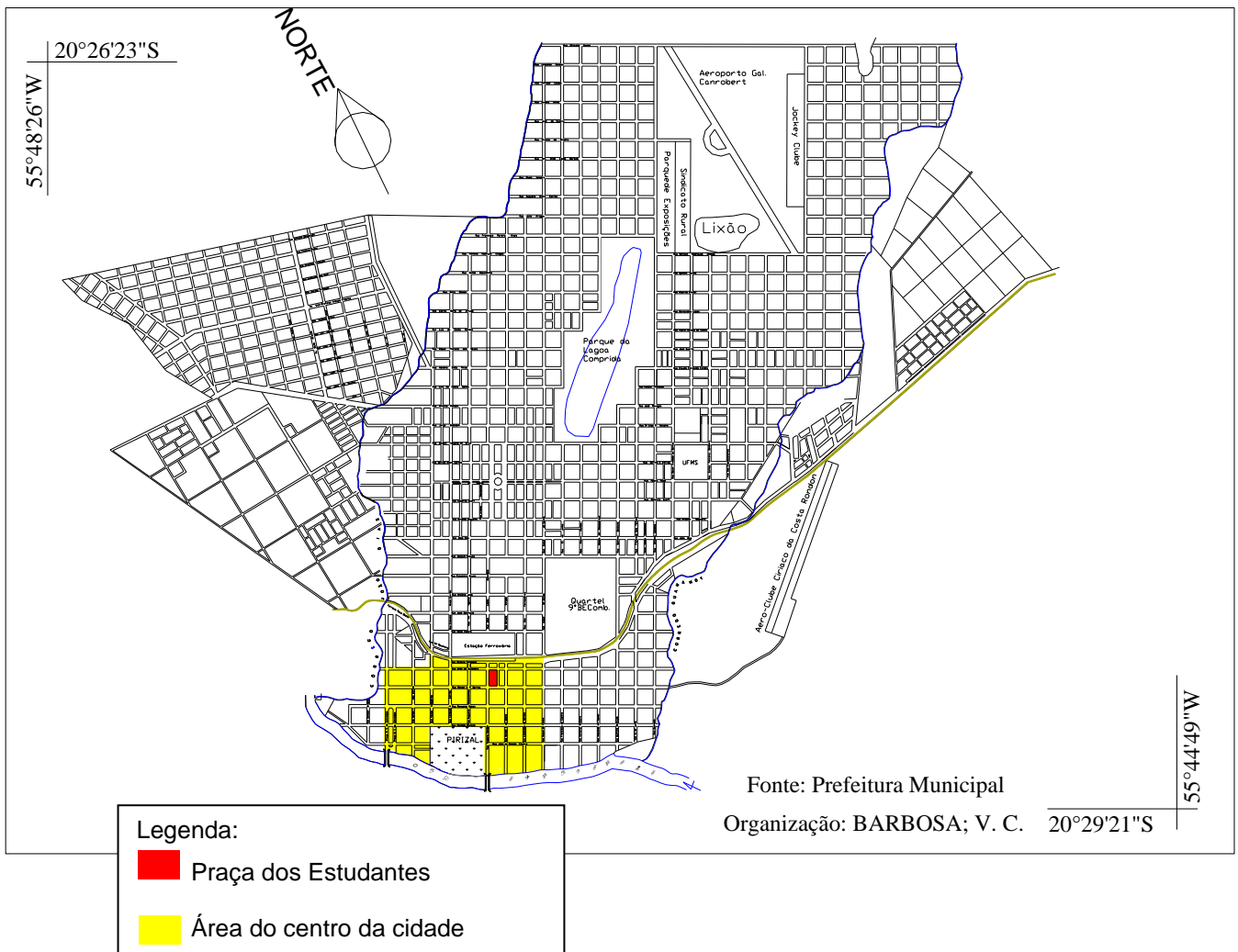


Foto 5: CIRCO MONTADO NO LARGO AFONSO PENA, AO FUNDO – 1957



Fonte: Acervo Particular de Odorico D. de Arruda (2006)

Foto 6: PARQUE INFANTIL INSTALADO NO LARGO AFONSO PENA, TODO EM MADEIRA – 1957



Fonte: Acervo Particular de Odorico D. de Arruda (2006)

Estas fotos retratam a funcionalidade que este espaço possuía, por vezes, como confirma a história sendo um espaço socializante; ora com circos, parques, feiras, ora com a ausência de elementos, que lhe concebia disponibilidade para a prática das aulas de educação física de algumas escolas próximas dali. Funções elementares que proporcionaram futuramente ao espaço a estruturação devida de praça.

Com a chegada da ferrovia o entorno da praça foi recebendo estruturação. Ali foi edificado o Mercado Municipal, as boticas, os hotéis e as escolas públicas.

Assim, o local que já possuía uma pracialidade¹² foi se efetivando como praça, principalmente quando recebeu o apelido de Praça dos Estudantes¹³. Esse apelido determinado pela população surgiu nos meados do século passado, quando foi edificado no seu entorno duas grandes escolas. Isso causou um grande fluxo de estudantes, tanto para a prática do lazer nas horas ociosas, como para a prática de esportes, pois as escolas próximas usavam o seu grande campo para desenvolverem as aulas de educação física presentes na grade curricular. c

¹² O termo “pracialidade” é usado para definir o espaço criado para desenvolver uma determinada função, mas que acaba desenvolvendo as funções de uma praça, que seria, a interação social, lazer, recreação, além de servir como espaço para as manifestações de ordem cívica, política e militar. A pracialidade é notada principalmente em avenidas, parques, shoppings *centers* etc. Termo retirado da obra de Eugênio Fernandes Queiroga, 2003.

¹³ Não há registros que indicam a data exata de quando esse espaço começou a ser chamado por Praça dos Estudantes.

Todas essas práticas sociais bem definidas no cotidiano acabaram por determinar de vez sua função. Assim, essa área de lazer recebeu em 1972, na administração de Fernando Lucarelli, a sua estruturação.

Foi na gestão de Fernando Lucarelli Rodrigues, em 1972, que o largo adquiriu características de praça (...) a Praça recebeu jardins, bancos, iluminação, em vez de coreto uma concha acústica, parquinho infantil telado, demonstrando preocupação com higiene e saúde pública e piscina com peixes e monumentos (QUEIROZ, 2006, p. 20).

Foto 7: PRAÇA AFONSO PENA – 1972



Fonte: Acervo Particular de Queiroz, D., 2009

Esta foto retrata a primeira estruturação que esse espaço recebeu como praça em 1972. Essa estruturação é também reveladora do sentimento moderno que aquela sociedade possuía. Os elementos construídos nesse espaço refletiam uma alusão ao progresso e a modernidade que a população ansiava. Vê-se claramente elementos como a concha acústica, símbolo de modernidade, ao invés de um coreto, um imenso espelho d'água e um paisagismo ainda incipiente.

A Praça Estevão Alves Corrêa, mais conhecida como Passeio Público, foi uma área cedida por Estevão Alves Corrêa para a municipalidade. Principal ponto de encontros e solicitações da cidade o Passeio Público era um local que promovia o convívio social, a contemplação da natureza e o romantismo, ademais, essas particularidades fizeram dessa praça um ambiente

bastante popular. Sua localização próxima ao único cinema da cidade contribuiu com a popularização da praça que possuía uma representatividade bastante jovem.

Porém, a decadência do cinema devido ao surgimento da televisão fez com que a essência sociabilizadora no Passeio Público fosse gradativamente se perdendo. Com isso, as frequências constantes nessa praça foram ficando cada vez mais raras. No entanto, é relevante mencionar que com a massificação da televisão que deixa de ser uma novidade há um retorno social aos espaços públicos de lazer, com isso, esses espaços são reestruturados para atender um público mais dinâmico e exigente.

Foto 8: PASSEIO PÚBLICO DE AQUIDAUANA, S/D



Fonte: Acervo do Museu de Arte Pantaneira de Aquidauana, 2006

Esta foto retrata o Passei Público e a percepção encantadora que a sociedade auferia desse espaço. Percebe-se também, o cuidado que o local recebia com muita iluminação, limpeza, paisagismo tudo para garantir a funcionalidade concebida. Aos moldes do eclétismo, essa praça funcionava como área de integração social.

Não obstante, o Passeio Público perdurou por um tempo às novas formas de lazer influenciadoras também de uma nova cultura. Assim, o cotidiano daquele lugar, ainda que em decadência, resistiu até o fechamento de um famoso bar que existia em frente a essa praça e que durante esse tempo preservou, ainda que em menor grau, uma dinamicidade a esse espaço. O Rádio Bar possuía televisão e, por isso, atraía bastantes fregueses em busca

de seus produtos e da novidade tecnológica. Mas, devido ao grande fluxo de clientes o dono do Rádio Bar resolveu mudar seu estabelecimento para outro local, maior e com melhores instalações. Porém, com a descaracterização nem a novidade da televisão conseguiu manter os clientes e o Rádio Bar acabou falindo. Posteriormente, o Passeio Público teve sua área utilizada para fins comerciais como mostra a figura 4, acompanhando a dinâmica capitalista quanto ao uso dos espaços.

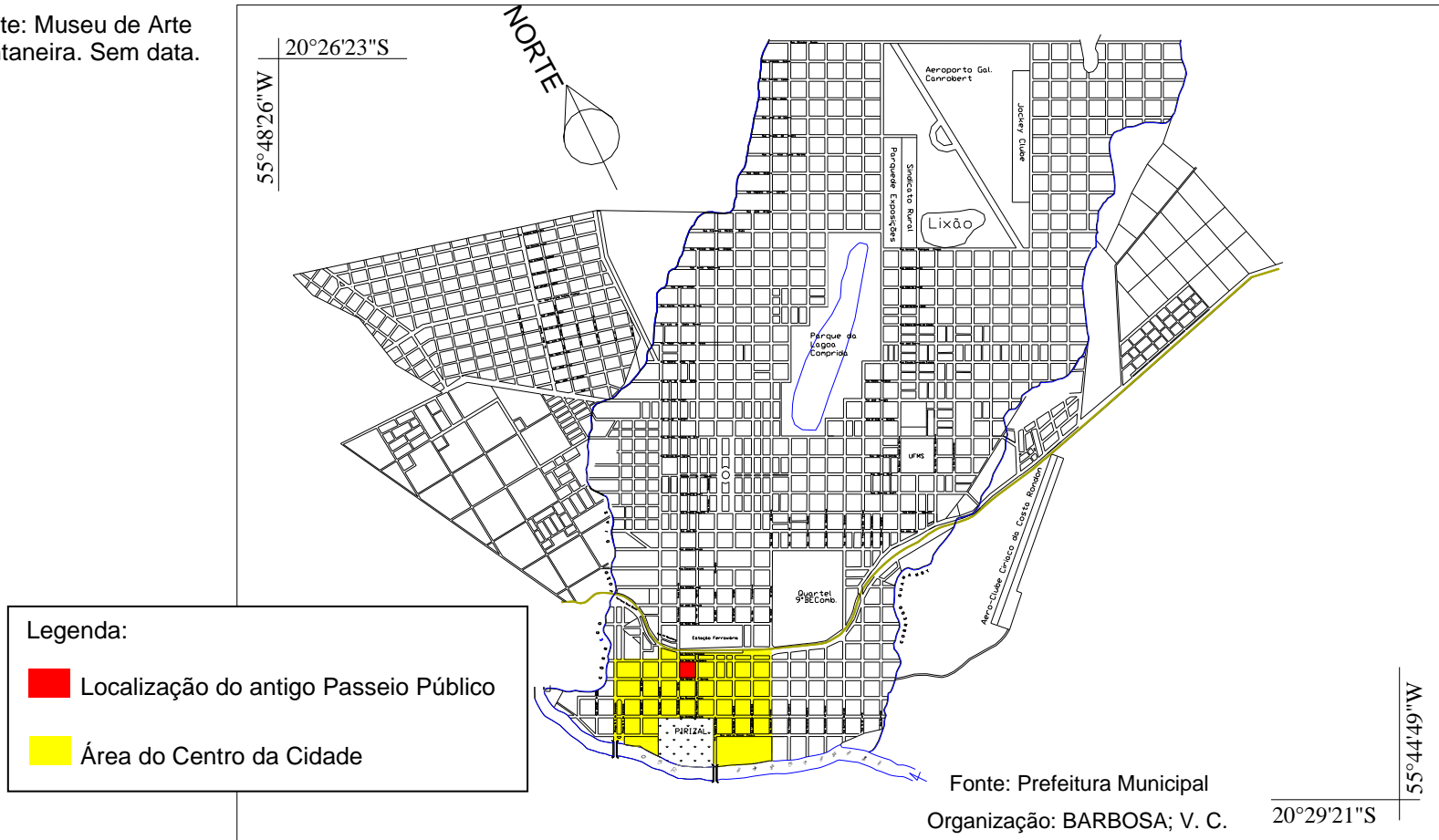


Figura 3 – Vista panorâmica de Aquidauana com passeio Público ao centro (na década de 60), com o contraste da área atual.



Fonte: Museu de Arte Pantaneira. Sem data.

Fonte: QUEIROZ, D. 2009.



A foto 9 mostra a representação do Passeio Público sob o olhar do artista que retrata detalhadamente o cotidiano desse lugar no auge de sua existência. A seta 1 identifica o Rádio Bar e a seta 2 sinaliza o local do Cine Glória.

Foto 9: PRAÇA ESTEVÃO ALVES CORRÊA (PASSEIO PÚBLICO¹⁴) - 1992



Fonte: Acervo particular de Icléia A. de Vargas (2009)

Analisando o quadro percebe-se a dinâmica que esta praça concebia ao local, nota-se uma movimentação social nas ruas, uma integração necessária a uma identificação particular do lugar. Sob o olhar do artista, vê-se a iluminação das ruas, o uso dos espaços, o consumo do lugar, a sociabilização das pessoas, fatores importantes para a essência social. Atualmente, esse mesmo espaço contempla outra realidade, após a desativação da praça e a ocupação do espaço por instalações comerciais, aquele lugar ficou a ermo. Denotando um novo sentido – antes espaço do social e agora do capital - a quadra do antigo Passeio Público ficou nas lembranças dos aquidauanenses que perderam além da praça, um pouco de si. Esta imagem permite uma discussão a respeito da relevância da desestruturação de um espaço social para a estruturação de um espaço para o

¹⁴ Pintura de Isaac Saraiva – sem título, 1992, óleo sobre tela, 80 x 60 cm.

capital. No caso do Passeio é importante salientar a perda cultural e social que se teve com o fim da praça, um antagonismo ao progresso social.

Assim, os dilemas que repercutem as formas de apropriação, de produção e de reprodução do espaço fazem parte da cidade. Logo, Aquidauana está inserida nesse contexto tendo seus espaços transformados pela dinâmica mundial, mesmo que em menor grau, pelas vontades de um grupo dominante e, também, pelo próprio povo.

A cidade é um centro de gestão de território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar (SOUZA, 2003, p. 28).

A cidade é o cenário para todas as formas de manifestações. Portanto, são nos cotidianos dos protagonistas que se percebe sua influência, suas transformações, seu simbolismo.

CAPÍTULO III - AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E AS PRAÇAS

“através da observação, podemos compreender o mundo”
Duncan.

A constituição dos espaços deve ser analisada como um conjunto indissociável de formas e de práticas sociais. É sob essa percepção que a distinção entre os espaços vai surgindo. O espaço público é construído na dinâmica da vida social que, por sua vez, se utiliza desses espaços para se (re) criar, se (re) afirmar. Portanto, a vida coletiva e democrática se constrói nesses lugares e é a “renovação permanente de seu uso, sob a forma de civilidade, que definem uma verdadeira cultura pública” (GOMES, P., 2001, p. 97).

As praças, assim como a maioria dos espaços públicos de lazer surgem de uma idéia, conceito, vontade. Caros aos seus planejadores, esse equipamento urbano e recreativo está ligado, principalmente, a uma vontade política que, por ser assim, é somente após uma comanda política que a história desses espaços começa a desenrolar na esteira paisagística urbana. Contudo, o caminho é longo até que ela possa fixar seus traços nessa paisagem (SERPA, 2007).

Os parques sempre cumpriram o papel de “emblemas” do poder, mobilizando recursos consideráveis para sua concepção e implantação. Eles são vitrines e signos ostentatórios dos poderes constituídos, sem os quais não podem existir (SERPA, 2007, p. 70).

Logo, os espaços públicos possuem elementos carregados de significados, representando alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam.

Espaços culturais por se referirem ao âmbito da existência cotidiana, as praças, só se tornam importantes a partir de sua utilização cotidiana e banal, a essência do valor. Portanto, quando abordadas como portadoras de funções sociais esses lugares se mostram repletos de significados ideológicos.

Traços da cultura, dos desafios que existiram para a formação do local, dos duelos entre os gestores para a administração local e até mesmo das perspectivas que se buscavam para o lugar estão descritos nas paisagens que, muitas vezes, vem minimamente detalhada.

Um exemplo prático está nas praças de Aquidauana compostas para contemplar todos os significados importantes para os poderes locais. De acordo com o arquiteto responsável pelas reformas, Rubens Fernando de Camilo, as praças foram subdivididas em espaços cívicos, de lazer e contemplativos. De fato, ao observar a Praça da Matriz percebe-se de imediato toda a iconografia da área cívica da praça estabelecida em frente à Câmara dos Vereadores. Por conseguinte, estão arranjados no mesmo local o Arco Triunfal, representando a porta de entrada do município, e os bustos dos fundadores de Aquidauana, transmitindo de maneira simbólica a história da fundação daquele povoado e a alteridade dos mesmos.

Os monumentos não são apenas objetos estéticos. São intencionalmente dotados de sentido político, capazes de “condensar complexos significados” em torno de valores e práticas e, ao mesmo tempo, atuar como “mecanismos regulatórios de informações que controlam significados”, [...] os monumentos podem ser vistos como textos [...] que comunicam mensagens de forma simbólica, associadas a temas como poder, identidade e conflitos gerados por ambos.

Os monumentos, contudo, são mais acessíveis à maioria da população. Fixos, comunicam permanentemente as mensagens que deles se esperam. Apresentam, assim, forte potencial para perpetuar antigas tradições, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores que são passados como se fossem de todos (CORRÊA, 2005, p. 11).

Foto 10: ARCO TRIUNFAL EM AQUIDAUANA/MS



Fonte: Foto da autora – 2009

Foto 11: BUSTO DOS FUNDADORES EXPOSTOS NA PRAÇA DA MATRIZ



Fonte: Foto da autora – 2009

Esses monumentos nos espaços públicos têm, em contrapartida, as interpretações populares que, geralmente, as interpretam com identidade, indiferença e/ou poder. Por conseguinte, esses espaços também são produzidos para se tornarem “lugares de memória”, expressão de Pierre Nora (1989 *apud* CORRÊA, 2005, p. 29), justamente por resguardar esses monumentos e por ser um lugar acessível a todos o que enaltece o sentido da história que na maioria das vezes tem caráter popular. Como também, podem ser por vezes, interpretados de forma distorcida, esses elementos perdem seus significados no âmbito social quando grande parcela da população pouco quer saber o que cada elemento posto nesses espaços significa.

As escalas dos monumentos também são extremamente representativas como explica Corrêa (2005, p. 35), “a escala, assim qualificada, expressa poder e, mais do que isso, pode expressar supremacia”. Por isso, que os bustos dos fundadores seguem um mesmo padrão, assim, é auferido, postumamente, o mesmo grau de poder a cada um. Em agosto de 2009, foi inaugurada em Aquidauana uma estátua de uma índia terena na Praça dos Estudantes em escala gigantesca auferindo novo sentido em substituição às tradições que se estabeleceram em Aquidauana após a fundação. A escultura da índia terena que está voltada para a principal rua de acesso à cidade assegura aos que trafegam naquela via principal a representatividade de uma cultura local permeada por fortes traços da cultura terena. A imagem da índia inaugurada na administração do Prefeito Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman (2009 – 2012), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), considerado de esquerda por não ser um membro oriundo da oligarquia local, propõe uma nova representação da população aquidauanense e, assim sendo, representar a força do povo Terena na escala gigantesca da imagem, como também, chama a população a discutir a identidade local, propondo uma desvinculação da ordem oligárquica dominante na cidade.

Nos monumentos, estão inscritas as representações que os homens fazem da história e da geografia. São eles, portanto, parte da temporalidade e da espacialidade – complexas e variáveis – que caracterizam a ação humana (CORRÊA, 2005, p. 39).

Foto 12: ESCULTURA QUE REPRESENTA A ÍNDIA TERENA



Fonte: Foto da autora - 2009

A absorção social das representatividades paisagísticas compõe um viés da cultura que é expressa de múltiplas formas nesses espaços. Com isso, “as práticas culturais, numa dada conjuntura histórica, compreendem aquelas ações orientadas para, entre outras coisas, difundir esses conhecimentos através das formas e meios de comunicação simbólicos” Santos, C. (1986, p. 14). Este ciclo da cultura, do espaço e das representações propicia ao lugar interação ativa com a sociedade, logo, torna-se parte dela.

Assim, como parte social os espaços tendem a ser apropriados para então desempenhar certas funções. Contudo, as diversas formas de apropriações não devem ser encaradas como um malefício para o espaço ou

para a própria sociedade. A apropriação dos lugares por diferentes grupos e de diferentes maneiras caracteriza a sociedade nas suas dinâmicas cotidianas.

O princípio da diversidade, como ressalta a etnografia, dá margens a muitas conjunções de espaço e atividade. Elas não excluem, entretanto. Os conjuntos que formam têm fronteiras fluídas. Podem recobrir-se parcial ou totalmente. Quer dizer, não há uma coisa apropriada para cada espaço, nem um espaço apropriado para cada coisa. A mistura não é um acidente. É o estilo da vida urbana nessa área. Os arranjos que produz estão limitados a um determinado espectro de possibilidades, o que significa que existem e são admissíveis e lógicos vários tipos de ordem (DOS SANTOS e VOGEL, 1985, p. 129).

Assim, é importante observar se os espaços públicos tem tido os cuidados necessários, por parte da administração pública, que conferem a sociedade mais conforto. Em Aquidauana, com a colocação da índia na praça percebeu-se um grande desconforto simbólico, histórico e social, pois ao invés da imagem reforçar toda a representatividade que já existia naquele lugar ela simbolizou um conflito político e social. Essas percepções acerca dos elementos representados nos espaços mostram o quanto é grande os erros de interpretação que os administradores públicos fazem dos espaços e da sociedade, muitas das vezes os representantes são carregados de boas intenções, contudo, uma percepção distorcida pode causar perdas irrecuperáveis como, por exemplo, perde-se todo o sentido dos símbolos de um espaço, e com isso, a história do lugar. Nesse caso, é importante entender qual é de fato a importância de uma índia numa praça tida como de estudantes, é preciso entender, além da representação que ela revela acerca dos conflitos políticos e sociais, se ela está ali para ascender ao turismo, assim, analisa-se a “onda” de reformas pela qual Aquidauana passou com a revitalização das praças, da estação de trem e do próprio trem, pois, se for este o caso, ver-se então o grande lapso administrativo que ocorreu em colocar a estátua da índia naquele lugar, sendo que se ela tivesse sido posta na área criada para atender aos índios, onde eles trabalham seus artesanatos e ocupam-se de suas vendas, teria enaltecido muitos mais a cultura indígena, reforçado alguns valores sociais da cidade, valorizado ainda mais aquele espaço onde ficam os índios, criado mais expectativas para o turismo local e menos polêmicas.

O papel desempenhado pelos espaços públicos de lazer nas cidades contemporâneas deve ser assegurado como forma de garantir alguns direitos da sociedade, como o de liberdade. As praças, enquanto espaços de

conflitos, refletem as manifestações da sociedade e muitas vezes o simbolismo maior está contido em outras formas de representação que não sejam os monumentos.

No entanto, é importante ressaltar que como espaço da contradição nem sempre o que se vê nos espaços públicos confirmam as funções designadas para eles, como as funções de sociabilização e lazer. Como síntese social esses lugares também representam, quando não na maioria das vezes, o lado depreciativo do homem enquanto ser social. Não obstante, costumeiramente, os usuários das praças tendem a romper, ou seja, transgredir o código de posturas da cidade, algumas vezes, como forma de manifestação, outras vezes, como desrespeito a sociedade.

Esses aspectos também são evidenciados em Aquidauana onde pode ser visto nas manchetes dos jornais locais a certificação dos ocorridos que, na maioria das vezes, vem carregada de desrespeito a sociedade. Como exemplifica o noticiário do Jornal Aquidauana News, mídia alternativa da cidade, que expõe o seguinte texto:

**Homem detido por exibir órgão genital em lugar público
Segunda-feira, dia 09 de Fevereiro de 2009 às 13:10hs**

Por volta das 0h50 do dia (07/02), a guarnição da Cavalaria deteve e encaminhou para a Delegacia de Polícia Civil, Pedro Arthuro Arguelho (24), que estava na Praça dos Estudantes, situada à Rua Teodoro Rondon – Centro.

Pedro efetuou suas necessidades fisiológicas e posteriormente passou a exibir seus órgãos genitais para as pessoas que ali estavam.

Fonte: 7º BPM. (AQUIDAUANA NEWS, 2009, destaque do jornal).

Essa postura popular traz à tona várias incongruências acerca do espaço condicionar as ações sociais. Verifica-se no caso de Aquidauana que mesmo depois da revitalização das praças parte da população continuou mantendo alguns comportamentos depreciativos obtidos quando as praças ainda eram espaços degradados sujeitadas a esses comportamentos. Assim, o que se percebe é que a falta de identificação do indivíduo com lugar faz do local um espaço propício a ocorrência dessas ações. Logo, a não transformação desses espaços em lugares, visto com identidade, vivência e história, sustenta a maioria desses comportamentos depreciados.

Esse comportamento social de manifestar apoderando-se do local ou abandonando-o é bastante típico. No entanto, existem várias outras

maneiras que a sociedade se expõe, dentre as maneiras, verifica-se a toponímia que quer dizer dar nome as coisas ou lugares etc.

O ato de dar nome a “coisas” ou lugares foi uma das formas encontradas pelo ser humano para conseguir se orientar e reconhecer os espaços, mas também, é uma das grandes maneiras de apoderar-se deles. Nomear em qualquer esfera da vida, sagrada ou profana, significa conferir sentido às coisas, além de carregar no tempo a evolução em todas as esferas do lugar.

A prática de nomear logradouros públicos e praças e outros elementos urbanos com nomes de personagens históricos ou fatos da história retratam as intenções de uma cultura em manter viva a memória dos personagens ou dos fatos. Contudo, com o caráter dinâmico da história os significados das homenagens ou dos homenageados acabam por se diluir passando a compor somente uma placa ou tendo um novo nome estabelecido pela sociedade que traga mais identificação entre a comunidade e o lugar.

As praças, objeto de estudo desta pesquisa, tendem costumeiramente ter seus nomes trocados pela população, é o caso da Praça da Matriz que em quase todas as cidades brasileira existe uma praça da matriz; esse apelido decorre da localização da praça em frente à igreja.

Assim, essa troca de nomes que concebe a população mais identificação com o lugar também é percebido em Aquidauana com a Praça da Matriz (Nossa Senhora da Conceição), com o antigo Passeio Público (Praça Estevão Alves Corrêa) e, é lógico, com a Praça dos Estudantes.

O nome originalmente empregado à Praça dos Estudantes faz menção ao Presidente da República que governou entre os anos de 1906 e 1909. Afonso Pena foi bastante homenageado tendo seu nome disposto em ruas, avenidas e praças por todo o Brasil. Porém, o texto que dá base a homenagem ao Presidente foi enfraquecendo e a dinâmica citadina do momento requeria mais identificação com o lugar, resultando numa troca de nomes e estabelecendo originalidade à comunidade. Hoje, oficialmente a praça ainda se chama Afonso Pena, mas para os aquidauanenses a praça é dos Estudantes.

De fato, nomear os lugares significa impregná-los de cultura e de poder, além de como expressa Claval (1999, p. 207) “transformar o universo físico em um universo socializado.”

Os grupos humanos aprendem, pois, a explorar o espaço e a encerrá-lo em sistemas de representações que permitem pensá-lo. Batizando os lugares e os meios, eles os transformam em objeto de discurso. Impondo-lhes suas marcas e instituindo-os, fazem deles uma categoria social (CLAVAL, 1999, p. 218).

Por outro lado, reverter os significados dos espaços que lhe são impingidos foi uma alternativa encontrada pela maioria da população de não aceitar as imposições dos planejadores. Além do que, os espaços de uso público não vêm acompanhados de folhetos contendo instruções de utilização os usos decorrem da dinâmica cotidiana da população, que muitas vezes, mudam os significados dos espaços propostos já pelos nomes (DOS SANTOS e VOGEL, 1985).

Houve, no Brasil, nos diversos momentos históricos, uma política de nomear as cidades? Se houve, que agentes foram responsáveis e quais os significados dessa política? Em relação ao espaço urbano questiona-se sobre o significado dos nomes de ruas e praças. Uma hipótese plausível é a de que, em partes, a toponímia ressalta os nomes dos proprietários fundiários nas glebas por eles loteadas. Há que se considerar ainda que, em muitos casos, existe uma duplicidade de nomes dos logradouros: há uma toponímia oficial, associada à visão e aos interesses da elite, e outra informal, ancorada na cultura popular ou no passado, mas extremamente viva, reconhecida por todos, identificando os lugares e as pessoas que neles vivem (CORRÊA, 2003, p. 177).

A análise das representatividades *na praça* e *da praça* permite a interpretação da sociedade em diversos âmbitos, assim como diz Duncan (2004, p. 111) “estou de acordo com Pierce Lewis (1979, p. 12) quando afirma que a paisagem é ‘nossa autobiografia inconsciente’”.

Logo, tomado sob outro ângulo os espaços públicos das cidades contemporâneas têm se tornado cada vez mais espaços de circulação. Problemas sociais causados por fatores econômicos presentes no sistema vigente têm mudado, como visto ao longo deste trabalho, as formas de consumo dos espaços e as características culturais da população, além desses agravantes, existem também os que condizem diretamente aos espaços públicos, neste caso, os de lazer. Evidentemente os tempos são outros, hoje não se busca mais as praças para se obter informações sobre a política ou sobre o cotidiano alheio ou simplesmente por ser um local aonde todos vão. A política está na mídia, assim como o cotidiano de personalidades importantes e os locais para sociabilização são os *shoppings centers*, parques de diversões,

praças de alimentação, brinquedotecas entre outros. Na maioria das praças das cidades contemporâneas aglomeram-se os excluídos, ambulantes, artesões com características nômades, andarilhos, sem tetos etc.

As reflexões de Lefebvre são sem dúvidas fundamentais para a análise do papel do espaço público na cidade contemporânea. Se o espaço público é, sobretudo, social, ele contém antes de tudo as representações das relações de produção, que, por sua vez, enquadram as relações de poder, nos espaços públicos [...] (SERPA, 2007, p. 19).

De fato, a contemporaneidade não tem favorecido esses espaços que já foram importantes para a sociedade. As pessoas têm se negado a freqüentar as praças por inúmeros motivos, contudo, a presença da parcela da população, apontada acima, não justifica os motivos pelos quais a população tem deixado de freqüentar as praças, ao contrário, foi o abandono desses lugares que propiciou a sua apropriação pelos dos mendigos, maus elementos, sem tetos etc.

Em muitos casos, principalmente nas grandes cidades brasileiras, freqüentar uma praça significa denegrir a própria imagem, quando não, por a vida em risco o que também era percebido em Aquidauana antes das reformas nas praças. Novos conceitos aspirados pela população sobre as praças impõem que quem freqüenta esses espaços são vagabundos ou maus elementos. E essas ideologias são difundidas de todas as formas, influenciando, modificando, distorcendo mesmo que de maneira inconsciente a cultura de ir às praças. Um exemplo de como isso ocorre advém da música.

A música no Brasil é um elemento bastante definidor de culturas e o que se propagam nas letras muitas vezes condiz com senso comum. Assim, a sua análise permite um viés da realidade, ainda que parcial, de um grupo social. Nota-se que esse mecanismo cultural tem disseminado a idéia de que as praças são ambientes anti-sociais, como explicita a música “Eu dormi na praça” de Bruno e Marrone, “seu guarda eu não sou vagabundo, eu não sou delinqüente, sou um cara carente, eu dormi na praça...” ou na música de Paulo Vanzolini “Praça Clóvis” que diz: “na Praça Clóvis, minha carteira foi batida¹⁵” retratando o que acontece nas praças e os tipos de indivíduos que permanecem nesses locais.

Dessa maneira, a população acaba simplesmente usando esses espaços em determinadas horas do dia como área de circulação sem sequer

¹⁵ Roubada.

perceber a sua importância na constituição das cidades. Ao contrário, os problemas sociais presentes nesses espaços provocam repulsão e a população, muitas vezes, acredita que acabando com eles acabariam também com os problemas. Dos Santos e Vogel discutem as formas de apropriação dos espaços de uso coletivo de lazer nas grandes cidades, mas que também trazem no bojo dos seus discursos aspectos bastante semelhantes com Aquidauana e afirmam:

O depoimento revela o caráter precário do controle do espaço que, aliado ao temor de represálias e ao grau elevado de impessoalização vigente, são os grandes responsáveis pela insegurança. Mesmo quando há olhos que vêem, falta-lhes a convicção para intervir, garantindo a tranquilidade e a ordem. Diante do dilema instilado pela ambigüidade da situação não resta senão reclamar mais policiamento, do qual também se desconfia...

À noite, as praças e as ruas se tornam ainda mais perigosas. São usadas mais agressivamente para a prática de assaltos, estupros, tráfico e consumo de drogas, como sublinham os informantes. Há mesmo uma certa praça conhecida como “pracinha-da-pouca-vergonha”. Por isso tudo, a apropriação dos espaços coletivos permanece relegada, nas horas noturnas, aos serviços ou a moradores e estranhos de reputação duvidosa (DOS SANTOS e VOGEL, 1985, p. 123).

Em *“Quando a rua vira casa”*, os autores discutem as várias formas de apropriação que ocorrem no espaço de uso coletivo de alguns bairros do Rio de Janeiro, demonstrando as dificuldades que a população residente do entorno sofre com o tipo de ambiente que se torna a praça no período noturno. Ao longo da obra, DOS SANTOS e VOGEL enfatizam a estratégia montada por moradores de alguns bairros para se protegerem dessas situações. Eles mostram que apropriar-se desses espaços de maneira que só os moradores do conjunto possam fazer uso foi uma forma de proteção encontrada pelas comunidades. Contudo, essas estratégias limitam os usos por demais pessoas fazendo com que a praça pública se torne privada de um determinado grupo, normalmente dos residentes do bairro.

Em Aquidauana, a situação de abandono e apropriação das praças já foi verificada anteriormente. Contudo, o elemento desencadeador da problemática adveio da administração pública que ao abandonar esses espaços à precariedade, degradação e a sujeira fez com que a população recuasse e o espaço fosse apropriado por pessoas consideradas excluídas da sociedade. No entanto, diferentemente dos grandes centros, em Aquidauana alguns problemas sociais ainda não são tão evidentes e por mais que as

praças tenham sido apropriadas num momento anterior por mendigos e usuários de drogas etc., o problema foi resolvido com uma reforma confirmando as características de uma cidade interiorana ainda preservada dos problemas das grandes cidades.

No mais, as praças não são somente “palcos” para a vida cotidiana e sim um espaço que interage nas transformações sociais, visto como a sociedade modifica a praça e se modifica conseqüentemente. Como expressa Serpa (2007, p. 19) “esse espaço é vivido, ele não é concebido, é espaço de representação, mais que representação do espaço”. Em Aquidauana, a reestruturação das praças dos Estudantes e da Matriz ressoou como uma reestruturação social, pois foi evidente o aumento na procura por esses espaços pela comunidade. O arquiteto responsável pela reforma das praças, Rubens Fernando de Camilo, indicou como elemento motivador para a reconstituição a necessidade de ter novamente a sociedade interagindo nesses espaços. Segundo o arquiteto, no caso da Praça dos Estudantes, os objetivos da reforma foram recuperar o projeto original, eliminar os problemas de circulação provocados pela existência de desníveis, como a ponte do espelho d’água extremamente íngreme como mostra a foto abaixo e que dificultava o acesso dos transeuntes, além de tornar o espaço atrativo e arborizado.

Foto 13: PONTE SOBRE O ESPELHO D'ÁGUA NA PRAÇA DOS ESTUDANTES



Fonte: Foto da autora – 2006

Foto 14: PONTE SOBRE O ESPELHO D'ÁGUA NA PRAÇA DOS ESTUDANTES



Fonte: Foto da autora – 2008

Dentre os objetivos somente o de arborização não foi possível, pois além de ser um processo lento não houve verba para o paisagismo. Contudo, mais uma vez nos remetemos à história da Índia que foi posta na praça e que equivaleu a um valor suficiente para o paisagismo desses lugares.

Na Praça da Matriz, argumenta o arquiteto, os objetivos foram semelhantes, mas a ausência das árvores deixou esse lugar *árido* a seu ver, influenciando no seu uso.

Foto 15: PRAÇA DA MATRIZ



Fonte: Foto da autora – 2006

Foto 16: PRAÇA DA MATRIZ



Fonte: Foto da autora – 2009

Por conseguinte, este profissional afirmou e enfatizou que o projeto das praças não está concluído sendo necessário ainda trabalhar toda

parte paisagística dando condição a todas as formas de apropriação por parte da comunidade.

Na Praça da Matriz, a arborização ficou toda no entorno, enquanto que o centro da praça ficou desprotegido sendo o seu uso totalmente inviável durante os dias de sol forte, no caso de Aquidauana, quase o ano todo. Logo, as apropriações dessa praça são estabelecidas nos fins de tardes ou à noite por grupos de jovens que estudam na universidade e numa escola, ambas localizadas em frente à praça. A outra forma de apropriação acontece nos finais de semana por moradores do entorno que passeiam ao entardecer com crianças e animais de estimação, e pelos freqüentadores da igreja que costumam permanecer nesse local antes ou depois das missas. Vale ressaltar que essas formas de uso já haviam sido previstas pelo arquiteto que alegou não ter tido oportunidade de pesquisar os tipos de praças que a população ansiava isso, por que o tempo conferido para reforma foi mínimo. Contudo, o arquiteto afirmou ter tido uma breve comunicação com os estudantes da universidade localizada em frente à praça e percebeu que a reforma iria ampliar a freqüência por parte daquelas pessoas em determinados horários.

Foto 17: PRAÇA DA MATRIZ



Fonte: Foto da autora (2009)

As praças têm maior conotação com o contexto urbano do que com suas formas (desenho) e, por isso, criá-la de maneira que se estabeleça forte relação com o lugar potencializa o sucesso da praça. Somente um bom desenho definido pela linha estilística das correntes estéticas presentes nos projetos arquitetônicos não é capaz de criar uma boa praça. Deve-se preservar a pracialidade desses espaços. A ligação entre a estrutura de uma praça e o cotidiano do lugar irá determinar as formas de uso do espaço, por isso, a estética do desenho perde força se o sistema de objetos não interagir com o sistema de ações. Na prática as praças de Aquidauana perderam um pouco de suas funções devido à falta de árvores que iria contribuir de maneira fundamental com a utilização desses espaços, com certeza esses fatores contribuíram com a falta de identificação que a população auferiu pelos lugares, além disso, o paisagismo deveria ter sido uma implementação primária das funções a se realizar na reforma das praças devido as altas temperaturas permanentes na cidade.

As praças compõem os lugares onde a vida urbana se amplia e permanece como síntese social. Elas ocupam o lugar do imprevisto, da dinâmica social diversa, contraditória, conflitante, logo, elas têm que condizer com essas dinâmicas. Assim, as praças devem ser concebidas de forma a

adaptar-se mais facilmente as transformações do entorno, isso resultaria na qualificação geral dos espaços públicos, valorizaria os cidadãos, logo, contribuiria para a esfera da vida pública (QUEIROGA, 2003).

Por conseguinte, as práticas sociais nesses espaços foram restabelecidas com a reforma que interveio na tomada paisagística que a população auferia desses lugares.

As paisagens funcionam como sistema de comunicação. Para o observador “as paisagens são formadas pelas preferências paisagísticas. As pessoas vêem seu entorno através das lentes da preferência e do costume, e tendem a moldar o mundo a partir do que vêem” (LOWENTHAL *apud* HOLZER, 1999, p. 155-156). Logo, para confirmar algumas hipóteses desenvolvidas neste trabalho foi necessária a realização de entrevistas e coleta de dados empíricos. Isso foi importante para relacionar a realidade de Aquidauana com as idéias discutidas no campo das teorias.

Como metodologia, ficou decidida que as entrevistas seriam aplicadas por famílias por entender que os habitantes de uma mesma casa costumam ter hábitos semelhantes. Por conseguinte, foram definidas a Vila Bancária, a Vila Quarenta e a Vila Santa Terezinha como os bairros onde seriam efetuadas as entrevistas. A determinação desses bairros seguiu critérios como a distância do centro da cidade, onde ficam localizadas as duas praças, o nível social das famílias e o seu contingente populacional.

A Vila Bancária foi escolhida por estar distante do centro da cidade, por ser um bairro de classe média e por ter menos de 300 imóveis em sua área total. Já a Vila Quarenta que também está distante das praças centrais e igualmente pode ser considerado um bairro pequeno com menos de 300 imóveis, é constituída por uma população de baixa renda. Assim, torna-se possível verificar dois grupos sociais instituídos sob uma mesma realidade espacial, mas distinguidos no fator econômico. Por fim, a Vila Santa Terezinha que se contrapõem aos dois bairros acima citados por localizar-se numa distância menor até as praças centrais, ser composto pelas classes média e baixa e é considerado pela Prefeitura Municipal de Aquidauana como o bairro mais populoso da cidade, contando com mais de 2000 imóveis. Contudo, essas vilas apresentam em comum uma área destinada para criação de uma praça, ou seja, não existem praças nos bairros citados, somente uma área para a

possível existência de uma, o que as aproxima das hipóteses levantadas neste trabalho quanto ao uso de certos tipos de espaços como praça.

Os dados referentes à quantidade de imóveis por bairro foram coletados em julho de 2009, na seção Tributária da Prefeitura Municipal de Aquidauana, responsável por controlar os impostos cobrados pela administração municipal.

O percentual das amostras definiu-se de acordo com a quantidade de imóveis por bairro. Assim, na Vila Bancária o percentual foi de 15% dos imóveis. Apesar de ser uma vila pequena, com 195 imóveis, não pareceu interessante aumentar a amostra devido à estruturação da vila se dar no entorno da área reservada para a criação de uma praça e por apresentar uma dinâmica própria por ser um bairro isolado do restante da cidade.

Na Vila Quarenta a amostragem foi de 25% das 289 residências, isso devido à estruturação mais difusa da vila, suprimindo os riscos de respostas repetitivas.

Do total de 2373 residências da Vila Santa Terezinha, optou-se por uma amostragem de 15%. Por ser o bairro mais populoso não foi possível um experimento maior, contudo, o tamanho da amostra é pertinente, além de não comprometer os resultados finais.

A elaboração do questionário priorizou as perguntas de fácil entendimento e as que permitissem ao entrevistado respostas livres de qualquer influência, ou seja, perguntas que não condicionassem as respostas. Baseada nas hipóteses do trabalho a entrevista abordou questões objetivas como a frequência da população a alguma praça, buscando perceber qual entendimento que a população tinha quanto a esses espaços, ou seja, no questionário não foi colocado sugestões de praças, isso para poder saber se a população tinha como “praças” os espaços destinados para a construção de praças no bairro; os motivos da frequência ou da não frequência às praças; a praça de maior uso e a visão dos entrevistados quanto à importância desses espaços públicos de lazer para a interação social. Também foi questionado o número de habitantes em cada residência distribuindo-os por idades e o tempo de residência no bairro e na cidade. Essa parte da entrevista possibilitou o entendimento de algumas respostas, além de interar dados importantes quanto a organização familiar dos entrevistados.

As hipóteses surgidas ao longo da pesquisa atribuíam dúvidas quanto à utilização das associações de bairros, que geralmente estão instaladas numa parte do terreno disponibilizado para a estruturação de uma praça ou próximas dessas áreas, como espaços de lazer. Existia a suspeita de que os moradores achavam que as associações de seus bairros eram praças, assim como a hipótese de que as pessoas tinham perdido o hábito de freqüentar as praças por causa dos novos meios de lazer surgidos com a revolução tecnológica. Por fim, era necessário verificar a existência de alguma inquietação dos cidadãos em ter praças nos bairros e a importância dada pela sociedade às praças centrais.

Apontadas as investigações, a pesquisa de campo foi realizada entre os dias 28 a 30 de agosto de 2009, em 459 residências representando 15% da amostra de um total de 2857 residências que representa 100% da amostra, sendo 30 residências na Vila Bancária (de 195 existentes), em 73 residências na Vila Quarenta (com 289 imóveis) e em 356 residências da Vila Santa Terezinha (que concentra 2.373 imóveis). Os resultados mostraram que as hipóteses levantadas acerca da utilização dos centros comunitários e/ou dos campinhos de futebol como praças, foram negadas.

Notou-se que os espaços vazios na maioria das vezes presentes no meio do bairro e sempre carregando algum projeto político de estruturação de um espaço de lazer não são utilizados e nem vistos como praças pela comunidade. Na maioria dos relatos a população aponta esses locais como área destinada para tal fim, e não como uma área usada para esse fim. Isso pode ser averiguado no relato de Maria Regina Farias Falcão moradora da Vila Quarenta a doze anos que diz:

Há! o espaço tá aí, né? E não é por falta de ir na Prefeitura cobrá uma praça pra nós, meu marido é da Associação do Bairro e tem cobrado isso sempre, mas... eles só lembra de trazer um projeto pra nós em época de campanha, se fô juntar todos os projetos, dá uma pilha que chega no céu.

A negação dessa hipótese foi importante para evidenciar que a população de Aquidauana tem reivindicado a construção de praças nos bairros não apenas para a prática do lazer. Ter uma estrutura dessas no bairro eleva o ego da população residente, estimula o sentimento de pertencimento, melhora a auto-estima, melhora a estética do bairro e a qualidade de vida dos moradores, como também analisa Queiroga quando diz:

Melhorando-se o espaço público estimula-se a melhoria do espaço privado. Concebendo-se espaços públicos mais dignos para os transeuntes, estes aumentam, sua auto-estima e a estima pelos lugares. Colabora-se, dessa forma para a cidadania (QUEIROGA, 2003, p.143-144).

No entanto, o que se nota nos bairros não condiz com os desejos e as necessidades dos cidadãos.

O espaço de lazer da Vila Quarenta possui uma quadra de esportes degradada por falta de manutenção periódica e muito mato e sujeira. A figura 5 retrata as condições do espaço que não tem sido utilizado, em geral, pela população do bairro.

Na Vila Bancária a área que deveria ser uma praça também está invadida pelo mato e pela sujeira como mostra a figura 6. Porém, a associação dos moradores que divide o mesmo local foi equipada com quadra de esportes e recentemente com um parque infantil. Esses elementos são positivos para essa população que almeja ter uma praça, mas não aumenta o índice de freqüência nesse espaço consideravelmente. De acordo com o relato de um morador dessa vila a comunidade masculina se uniu há uns três anos e fez um campinho de futebol no espaço destinado a praça, na qual era usada nos fins de tarde e aos finais de semana por eles, mas o pessoal da Prefeitura veio e interditou o local afirmando que iriam fazer a praça para a comunidade, logo, eles foram obrigados a retirarem as traves e a deixar de jogar o futebol em prol da futura praça que até hoje não foi estruturada. A comunidade do bairro cria a hipótese de que por causa do parque infantil instalado na associação do bairro a gestão pública procrastine a efetivação da praça na justificativa de que as necessidades de lazer da comunidade já estão sendo supridas e na verdade muitos ali esperavam mais do que um parque desestruturado para lazer de seus filhos e das crianças do bairro.

Figura 4 – Localização da área reservada para criação de uma Praça na Vila 40.



Fonte: QUEIROZ, D. 2009.

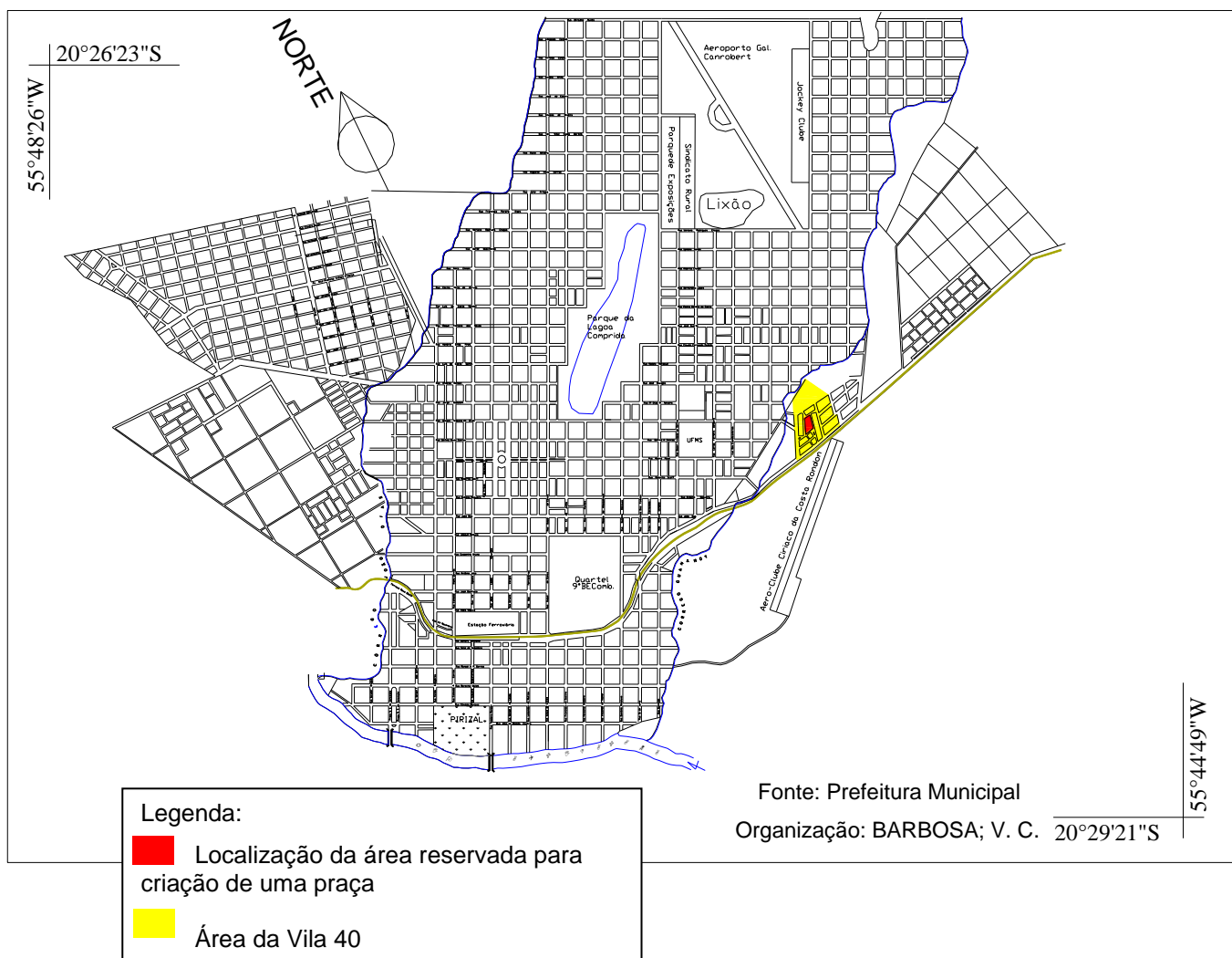
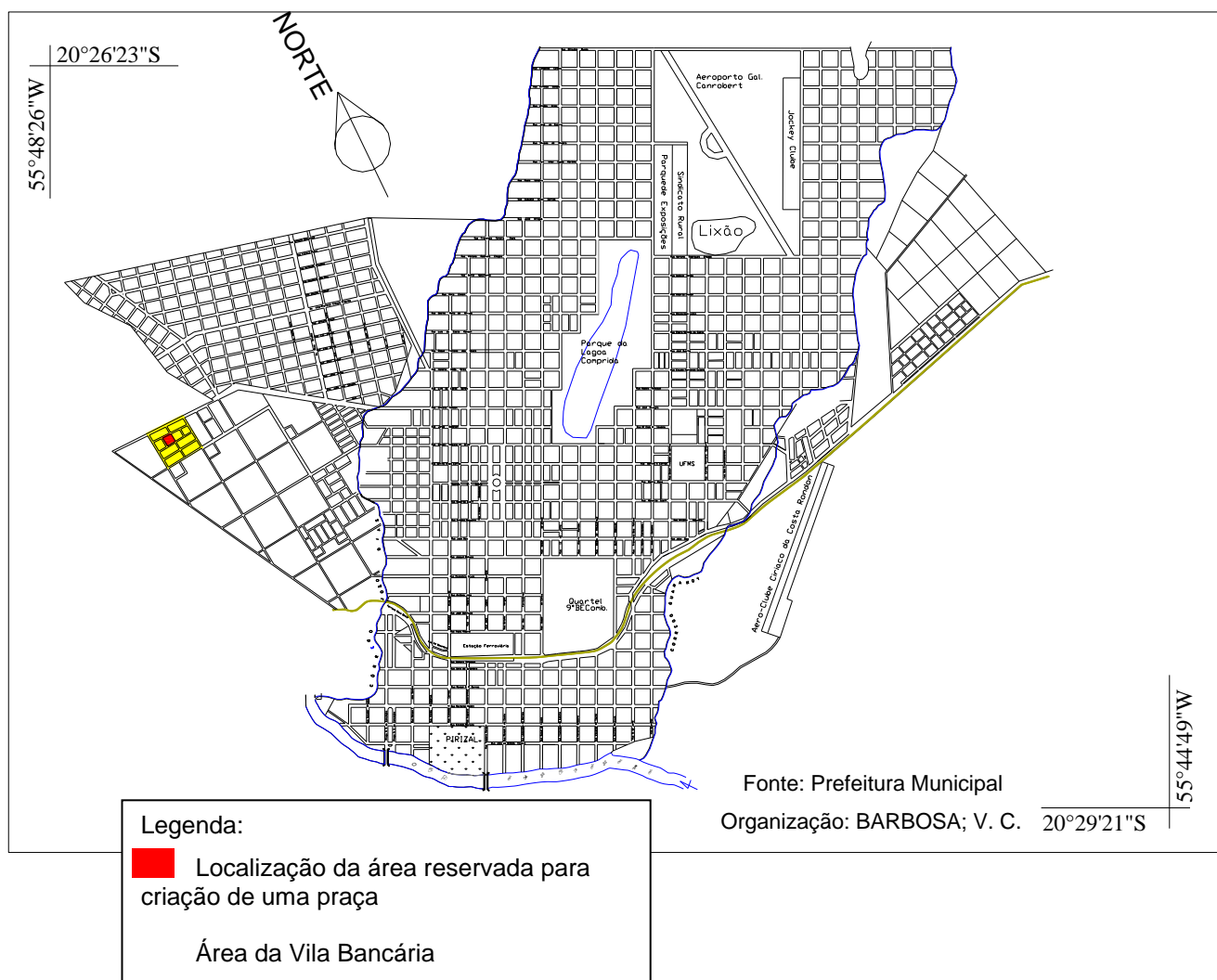


Figura 5 – Localização da área reservada para criação de uma Praça na Vila Bancária.



Fonte: QUEIROZ, D. 2009.



Já o espaço de lazer da vila mais populosa de Aquidauana se restringiu num terreno tido como um campo de futebol “de terra”, além de ser cercada limitando o acesso da população, como ilustra a figura 7. Na Vila da Santa Terezinha, a população se apropria das ruas e calçadas para a prática do lazer desrespeitando os fluxos dos veículos e colaborando com o aumento dos índices de acidentes no trânsito de acordo com relatos da população que afirmam haver muitos acidentes por causa do excesso de velocidade dos condutores, mas também deve ser levado em consideração à grande frequência da população se apropriando das ruas para práticas que deveriam ser relegadas a outros locais.

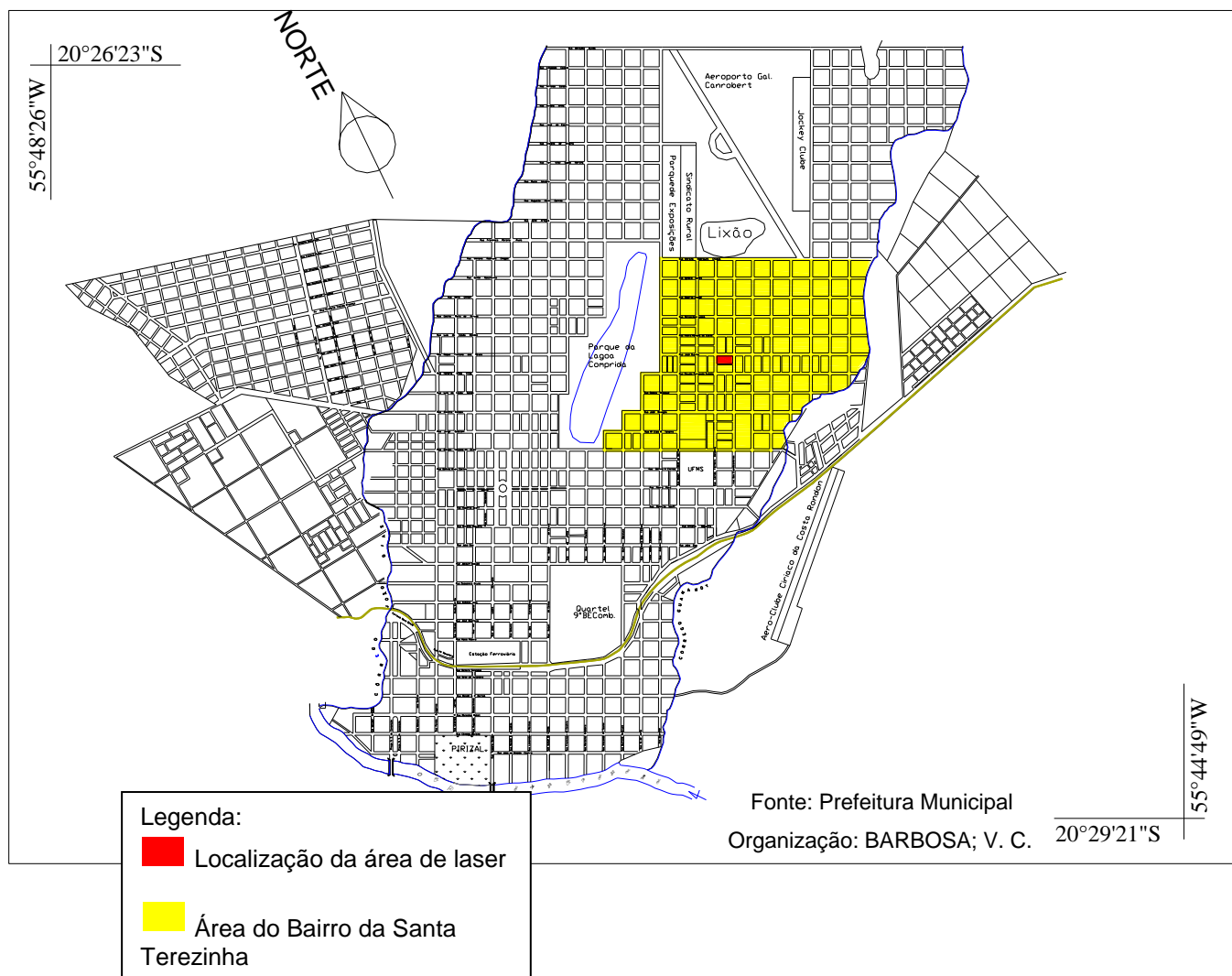
É importante se pensar na realidade desses e de outros bairros que têm seus espaços desvalorizados pela falta de uma praça. Serpa (2007) dispõe da idéia de que nas últimas duas décadas as implantações desses espaços só têm ocorrido nos locais onde os grupos residentes compõem a classe com renda alta da cidade. Seguindo diretrizes políticas e ideológicas a implantação de parques públicos, praças, áreas verdes etc. se desenvolvem como “destino final da aplicação de políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas” (SERPA, 2007, p. 21).

Assim, é importante verificar o olhar do cidadão para a cidade, mesmo que este sempre recaia para suas próprias necessidades, mas que permite verificar o processo de produção espacial criado pelas pessoas ora suprindo suas necessidades, ora não devido às forças dominantes.

Figura 6 – Localização da área de lazer do Bairro Santa Terezinha.



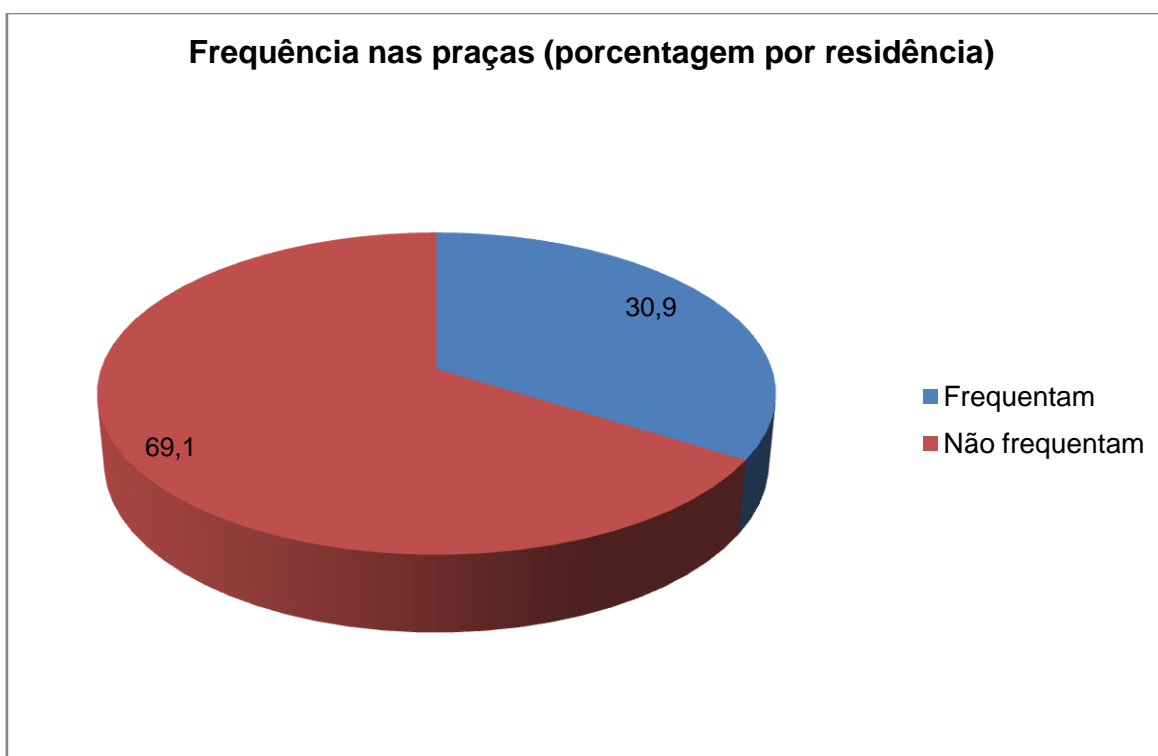
Fonte: QUEIROZ, D. 2009.



Os gráficos abaixo retratam essa reprodução humana no espaço e fazem uma alusão as necessidades dos moradores dos bairros onde foi realizada a pesquisa.

Os dados do gráfico 1 apontam a parcela da população que responderam freqüentar alguma praça da cidade. Assim:

Gráfico 1: Gráfico de freqüências



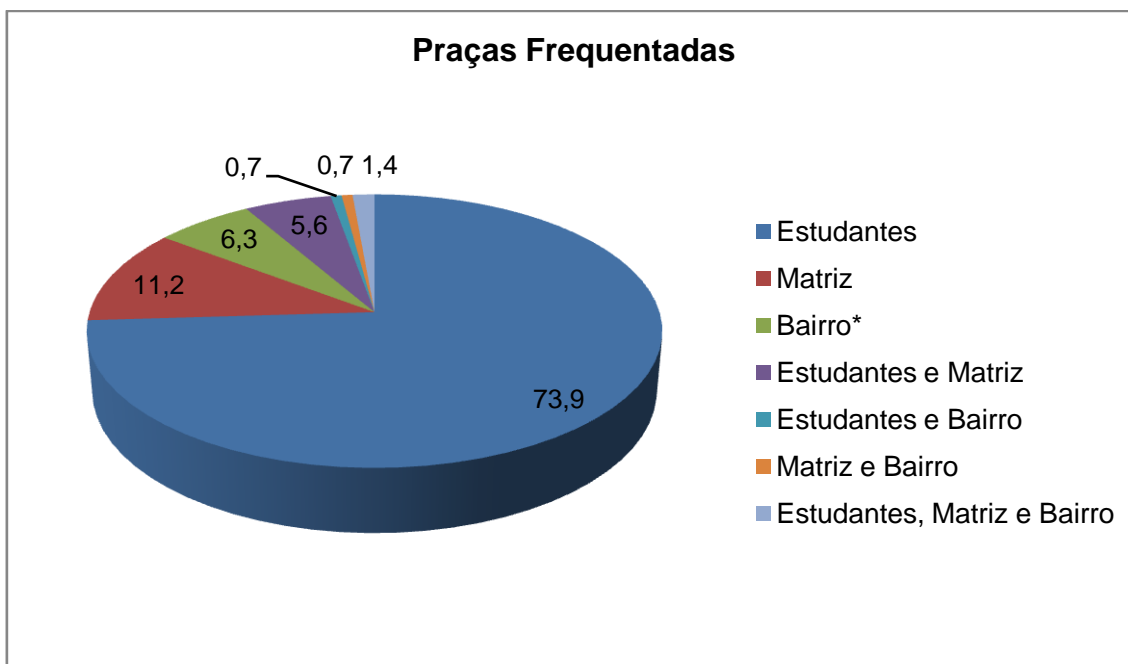
Dados referentes a um total de 459 entrevistas ou 15% da amostra, o que equivale a 100% das casas entrevistadas.

Fonte: QUEIROZ, D., 2009.

Os dados vistos acima trazem uma referência à impraticabilidade do lazer em áreas públicas no Município de Aquidauana com menos de 50% das pessoas entrevistadas freqüentando esses espaços.

O Gráfico 2 mostra quais espaços são os mais freqüentados pela parcela da população que afirmou freqüentar os espaços públicos de lazer.

Gráfico 2: Gráfico das praças mais freqüentadas



Dados referentes ao total de 142 entrevistas ou 30,9% dos entrevistados que afirmou freqüentar alguma praça, o que equivale a 100% das respostas positivas.

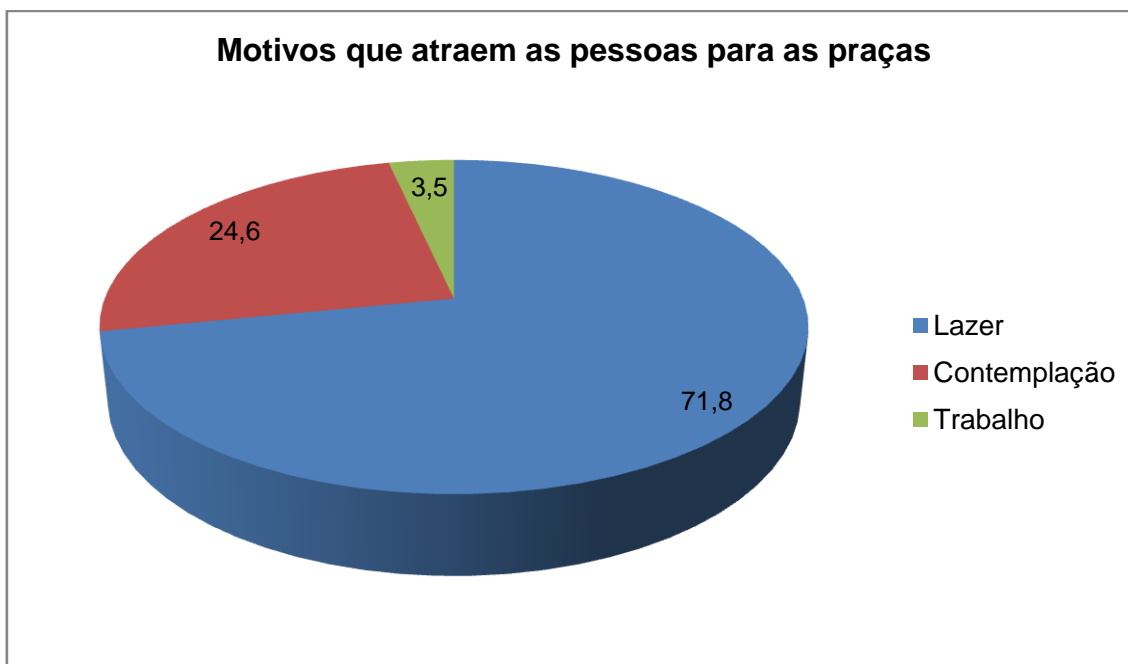
* área destinada para a construção de uma praça.

Fonte: QUEIROZ, D., 2009.

O gráfico mostra que a Praça dos Estudantes foi a mais apontada pelos freqüentadores com 73,9% de freqüência. Os entrevistados que afirmaram freqüentar a Praça da Matriz somaram 11,2% e apenas 6,3% dos entrevistados disseram freqüentam a “praça do bairro”; uma porcentagem bastante baixa, logo inválida para afirmar que os moradores acreditam que em seus bairros exista uma praça.

Os motivos que estimulam as pessoas a freqüentar uma praça foi verificado no gráfico 3 que mostra:

Gráfico 3: Gráfico das motivações



Dados referentes ao total de 142 entrevistas ou 30,9% dos entrevistados que afirmou freqüentar alguma praça, o que equivale a 100% das respostas positivas.

Fonte: QUEIROZ, D., 2009.

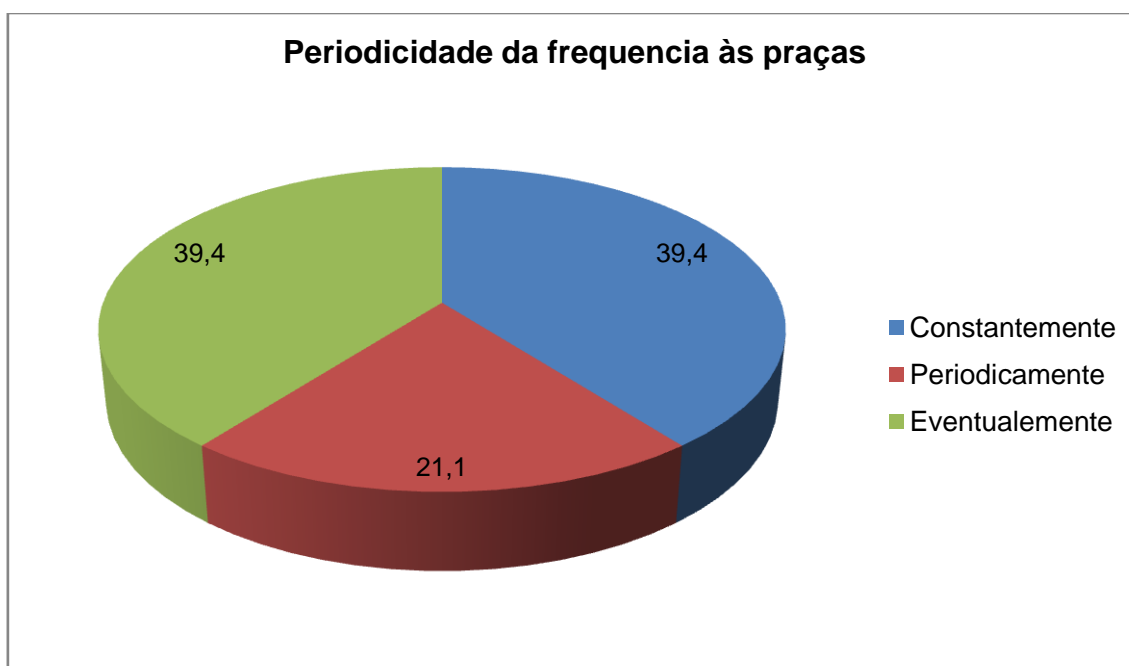
A busca pelo lazer foi predominante entre as respostas, definido nas entrevistas como o hábito de tomar tereré¹⁶ e o momento de inquirir novas amizades essas buscas fazem desse local o espaço de sociabilização, verificado anteriormente na pesquisa. Os moradores procuram também por um ambiente que permita a prática de alguns esportes sem que seja preciso ter a área preparada para tal fim e pelo parque infantil. O lazer apareceu com 71.8% das preferências dos entrevistados. Analisando os resultados da pesquisa, observa-se que a praça que mais tem oferecido lazer é a Praça dos Estudantes com a preferência de 73.9% dos freqüentadores. A contemplação, resultado de 24.6% das opiniões, foi manifestada principalmente por aqueles que freqüentam a Praça da Matriz. Os 11.2% da população que responderam freqüentar a Praça da Matriz informaram que o motivo principal era ficar “*olhando as pessoas*” após a missa. “*Matar uma horinha entre uma aula e outra, tomar tereré e conversar com os amigos*” é o motivo informado por um aluno do Campus I da Universidade Federal de Mato Grosso de Sul que fica localizado em frente à Praça da Matriz. E pouco mais de 3% respondeu procurar as praças como espaço de trabalho.

¹⁶ Bebida típica da região sul mato-grossense composta por erva mate e tomada com água gelada.

Os resultados definem os usos que a população faz desses locais confirmando as funções de área de lazer, além de sustentar as formas que serão reproduzidas no espaço.

O gráfico 4 mostra a freqüência com que as pessoas têm ido às praças.

Gráfico 4: Gráfico de Periodicidade



Dados referentes ao total de 142 entrevistas ou 30,9% dos entrevistados que afirmou freqüentar alguma praça, o que equivale a 100% das respostas positivas.

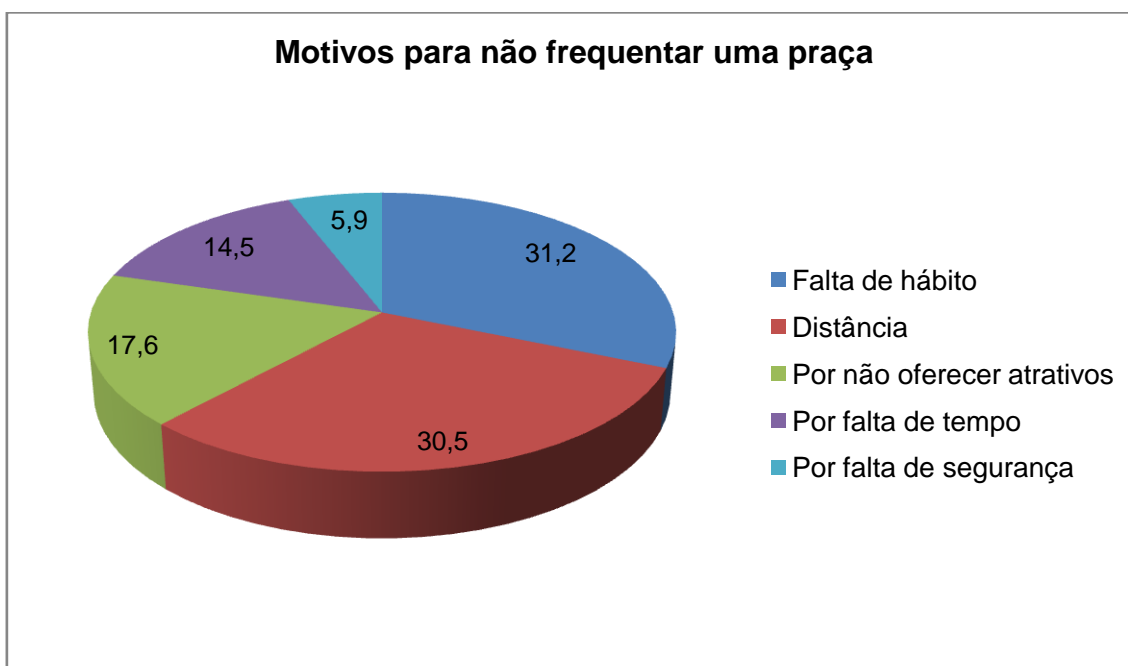
Fonte: QUEIROZ, D., 2009.

Como pode ser observado, a freqüência constante é uma prática de menos de 40% dos freqüentadores. É importante salientar que as respostas apresentadas no gráfico 4 foram definidas a partir da junção das respostas sugeridas pelos próprios entrevistados. Assim, aqueles que responderam freqüentar a praça constantemente, ou todos os finais de semana, ou no mínimo uma vez por semana indicaram a primeira alternativa. Os que afirmaram freqüentar as praças de quinze em quinze dias, uma vez por mês ou periodicamente foram organizados na segunda opção. E os que responderam ir às praças de vez em quando, em shows ou festas, raramente, ou eventualmente definiram a última proposição. Entende-se, dessa forma, que os resultados estabelecem uma margem positiva se considerar que dentre os que afirmaram ir à praça exatamente 60,5% responderam ter freqüência regular.

Contudo, a pesquisa também abordou os motivos dos 69,1% dos entrevistados que dizem não freqüentar nenhuma praça. E que confirmou uma

das hipóteses levantadas no decorrer da pesquisa, a perda do hábito em freqüentar praças. Informações contidas no gráfico 5.

Gráfico 5: Gráfico dos motivos dos que alegaram não freqüentar praça alguma



Dados referentes a um total de 317 entrevistas ou 69,1% dos entrevistados que afirmou **não** freqüentar uma praça, o que equivale a 100% das respostas negativas.

Fonte: QUEIROZ, D., 2009.

O gráfico 5 aponta para a falta de hábito como um dos maiores motivos para não ir a uma praça e a distância como propulsor negativo a freqüentação das praças de Aquidauana com 31,2% e 30,5% respectivamente.

Deixar de freqüentar praça pública é uma das conseqüências do desenvolvimento tecnológico que a partir da segunda metade do século XX, passou a facilitar o uso dos aparelhos eletrônicos deixando as relações humanas cada vez mais impessoais. As transformações apontam para as mudanças de hábitos que são resultados da nova forma de consumo do espaço dada por meio das novas tecnologias. O modo de produção capitalista faz com que a população viva condicionada à produção, produzindo e consumindo o tempo todo, não valorizando um tipo de espaço que emana somente o valor da sociabilização.

Por conseguinte, a queda na freqüência de muitas praças de todo o Brasil aconteceu paulatinamente desde a massificação da televisão. Esses espaços, quando resistem a todas essas influências modernas, acabam por ter suas funções desenvolvidas mais à estética urbana do que a sociabilização de fato. Em Aquidauana, o fechamento do Cine Glória foi um dos motivos para o fim do Passeio Público, uma das praças de grande movimento na cidade.

O império do videocassete que tira as pessoas do cinema e das ruas, trazendo-as para dentro de casa, finaliza o triunfo da televisão que marcou de forma violenta o comportamento das pessoas e dos membros da família, virando uma **referência cultural** (CARLOS, 2005, p. 174 grifei).

Logo, as novas gerações afirmam que não possuem hábitos de ir às praças, afastando as possibilidades de sociabilização.

Mas, também é importante perceber quais os tipos de tratamento estão sendo destinados a esses espaços pelo poder público. Eles são vistos como espaços próprios da sociedade, ou seja, o lugar do cidadão ou como equipamentos turísticos que recebem benfeitorias em prol do turismo deixando as necessidades dos moradores em segundo plano? Como já presenciamos no decorrer deste trabalho, há o caso da Praça dos Estudantes que as benfeitorias não parecem ser destinadas a população, uma vez que, falta verba para o paisagismo, mas sobra para monumentar mais aquele espaço, introduzindo uma alusão do que seria a cultura local para quem desconhece a verdadeira identidade aquidauanense. Outras questões como: por que muitas praças são abandonadas pela administração municipal? Ou por que muitos projetos não saem do papel? Demonstrem também o apreço que os governantes locais estão tendo pelo povo, confirmando ainda mais, a necessidade que a administração pública tem em ascender o turismo na região tendo como estratégias a revitalização das praças, que são tidas como equipamentos turísticos, e de eleger seus partidários com uma ou outra benfeitoria central, deixando de lado, é claro, de resolver a real necessidade da população que seria de ter praças nos bairros amenizando a ansiedade popular pelo lazer. Com essas perguntas pode-se aferir o grau de incentivo dado pelos administradores públicos à sociabilização, um fator importantíssimo na constituição cultural de um povo.

Assim, a produção do espaço urbano tem ficado cada vez mais fragilizada devido às novas formas de consumo do espaço que cria um desapego aos espaços públicos, justamente por prender as pessoas aos novos meios tecnológicos de lazer. Isso leva a administração pública a não priorizar esses espaços com benfeitorias e manutenções. Logo, gerações que eram acostumadas a ir às praças ou, até mesmo, as pessoas que gostariam de frequentá-las ficam prejudicadas pela falta de praças próximas aos seus locais de convivência.

Isso é verificado com 30.5% dos entrevistados que afirmaram não freqüentar alguma praça alegando como principal motivo o fato de não existir uma praça no bairro e a praça central ficar muito distante. Serpa também orienta sobre esse assunto quando diz: “a acessibilidade e a proximidade são os elementos mais importantes para o público. Isso parece comprovar que os aspectos estéticos e históricos do lugar não são as razões principais para seu sucesso” (2007, p. 76), induzindo um sentimento de exclusão que pode ser notado no depoimento de uma moradora da Vila Santa Terezinha ao ser questionada sobre as praças do Estudante e da Matriz.

“A Praça da Matriz e do Centro não é nossa, por que nós moramos na vila¹⁷”

Essa moradora retratou o sentimento de pertencimento que todos têm do lugar em que vive. Não ter uma praça em seu bairro não faz com que ela seja menos aquidauanense, mas faz com que ela se sinta como uma moradora de um lugar excluído da sociedade aquidauanense.

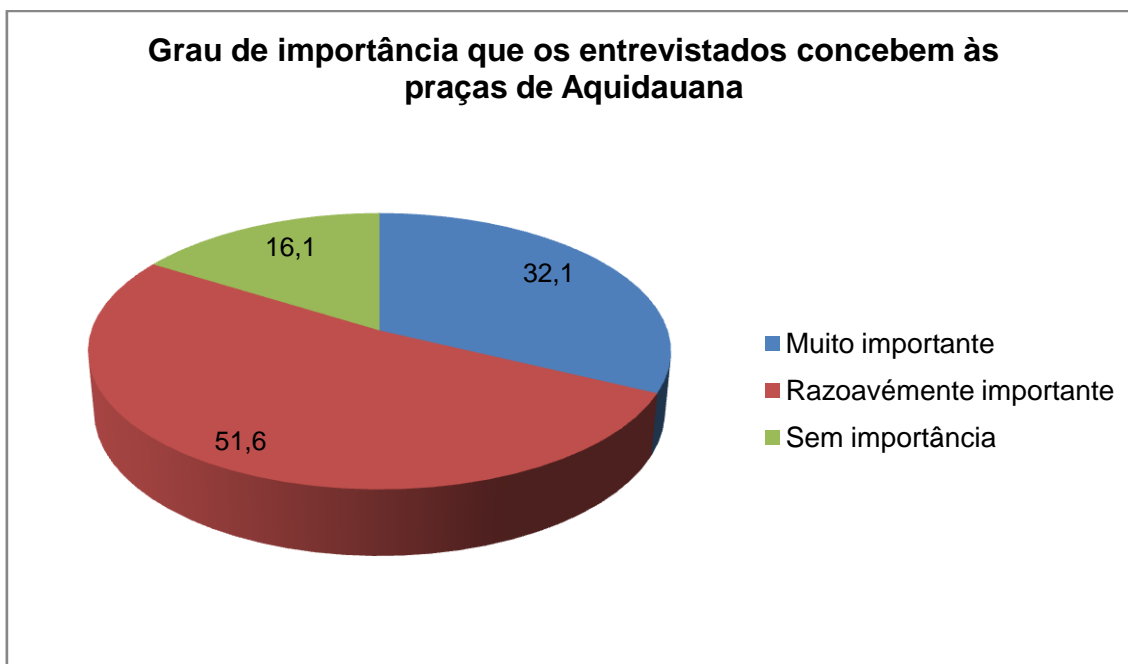
Portanto, em Aquidauana, antes de discutir os motivos pelos qual a população não tem freqüentado as praças é importante saber o porquê da falta de praças nos bairros.

Por conseguinte, 17.6% dos entrevistados responderam não ir às praças por não achar atrativos que os motivem a ir. E, 14.5% dos entrevistados argumentaram falta de tempo e uma pequena minoria de 5.9% respondeu não freqüentar as praças por motivo de segurança, argumentando que as praças, principalmente a dos Estudantes, são freqüentadas por pessoas que vão até lá para consumirem drogas, uma vez que não existe a presença de vigilantes.

Por fim, foi questionado a todos entrevistados sobre a importância das praças, ou seja, da Praça dos Estudantes e da Matriz enquanto um espaço social.

¹⁷ Relato oral de Apolinária Echeverria, moradora da Vila Santa Terezinha há 25 anos.

Gráfico 6: Gráfico da importância das praças



Dados referentes a um total de 459 entrevistas, o que equivale a 100% das casas entrevistadas.

Fonte: QUEIROZ, D., 2009.

O gráfico 6 representa o grau de importância que a população aquidauanense atribui às praças da cidade. Com 51,6% das respostas, as praças são consideradas importantes no contexto social, ou seja, são espaços que dão sentido à história da comunidade, interagindo e influenciando no cotidiano das pessoas mesmo sem ter a participação de todos na praça. E, somente 16,1% responderam que as praças constituem um espaço indiferente, sem grandes importâncias, como uma área ruim na composição urbana por apresentar inúmeros problemas que influenciam na sociedade.

Devido ao questionário ter sido aplicado nas residências, não foi possível ter uma amostragem por pessoas com divisão de gêneros e idades, contudo, dentre os que responderam os questionários 8,9% foram jovens do sexo masculino entre 15 e 25 anos; 12,8% foram jovens do sexo feminino entre 15 e 25 anos; 18,3% foram homens com idade entre 26 e 59 anos; 36,3% foram mulheres com idade entre 26 e 59 anos; 9,5% foram homens com idade acima de 60 anos e 13,9% foram mulheres com idade acima de 60 anos. As respostas são carregadas dos desejos, reclamações e reivindicações, enfim, elas personalizam os anseios de cada grupo etário e mesmo que de forma desproporcional, uma vez que, possui mais amostras de um gênero ou de uma determinada idade do que de outras ou de outro gênero vale a pena verificar as

intenções, mas de forma respaldada na curiosidade e não na cientificidade dos dados.

Assim, os jovens totalizaram 21.7% do percentual dos entrevistados, sendo que 9.7% informaram freqüentar alguma praça e 6.6% informaram ir constantemente as praças em busca de lazer, festas e contemplação. Os que não freqüentam as praças totalizaram 11.9%, mas dentre eles os motivos diferem. Entre as jovens a distância foi elencada por 2.5% uma vez que não existe praça no bairro. E, entre os jovens o motivo principal foi a falta de tempo com 2.3% das opiniões. Contudo, a falta de atração representou 1.5% das opiniões femininas e 1.2% das opiniões masculinas. No ranque feminino a falta de hábito constitui 1.2% das respostas e a falta de tempo foi citada por apenas 1% dentre as jovens que não freqüentam praças, e com 0.4% das respostas aparece a segurança como motivo para a falta de freqüência nas praças. Entre os jovens do sexo masculino a terceira opção mais elencada com 0.6% das respostas é a distância e a falta de hábito empatados nos resultados, e nenhum dos jovens elencou a segurança como motivo para não freqüentar as praças.

As maiores reclamações dentre os jovens são a falta de uma praça no bairro e de atrativos nas praças existentes, informando que as únicas coisas que podem ser feitas nas praças é tomar tereré ou se encontrar com os amigos.

Dentre os idosos que correspondem 23.4% dos entrevistados, somente 4.5% afirmou freqüentar alguma praça, enquanto 18.8% responderam não freqüentar praças. Dos que vão as praças 1.7% responderam ir a Praça da Matriz nos finais de semana após as missas ou quando tem festa da igreja e ficam na praça olhando o movimento; 1.5% disseram freqüentar a Praça dos Estudantes em busca de lazer e contemplação e 1.2% responderam freqüentar a praça do bairro, informando que o motivo é a caminhada diária e a prática de exercícios físicos. Supõe-se que esses espaços devem ser o Parque da Lagoa Cumprida e a Pista de Caminhada do Poli, citados por um dos entrevistados.

Os idosos que não freqüentam praça alguma informaram que a distância é o maior obstáculo, representando 9.5% das opiniões. A falta de hábito constitui 5.6% dos entrevistados, mas, contudo, pude perceber que a maioria que informou “não gostar de ir às praças” deu essa resposta como se, na verdade, quisesse ir a alguma praça, mas existissem obstáculos como a

distância, a falta de transporte, o medo etc. Assim, ficou mais fácil simplesmente responderem que não gostam. 1% dos idosos respondeu não freqüentar praças por que não existem atrativos, e também para 1% a falta de segurança foi elencada como fator repulsivo da terceira idade das praças. Os que responderam a falta de segurança como motivo para não freqüentar uma praça, informaram que os jovens não respeitam os mais velhos, fazendo com que as praças se tornem espaços violentos para os idosos.

De modo geral, esse grupo de pessoas afirmou achar importantes esses espaços, contudo, reclamaram da falta de bancos, flores, segurança e da inexistência de praças em seus bairros.

Entre os que compõem a faixa etária de 26 a 59 anos correspondem 54.6% das opiniões. Desses, 16.4% responderam freqüentar as praças em busca de lazer, conversa com os amigos, tomar tereré, levar crianças para brincar, contemplar a paisagem e alguns justificou que vão as praças por que é o único lugar de lazer fora de casa. 37.9% afirmaram não freqüentar as praças por motivos como a distância, por não gostarem de ir à esses locais, por não terem tempo, por faltar atrativos nas praças e por outros motivos não especificados. Muitos citaram a falta de um espaço de lazer nos bairros e a grande maioria acha que as praças são importantes na estruturação urbana e para a sociabilização da comunidade.

A identificação da cidade orientada pela percepção distintiva dos espaços cria um ambiente característico e legível ao habitante, conferindo-lhe segurança, mas também, intensifica a profundidade e a intensidade da experiência humana com o local. Para tanto, reconhecer as formas dispostas no espaço pode significar para o observador “identidade” com o local. Por sua vez, o reconhecimento das imagens e dos seus significados traz grande sensação de pertencimento ao indivíduo que se apodera simbolicamente ou realmente dos espaços. São múltiplas as formas de identificação com o lugar. As primeiras aspirações que se tem da realidade, ocorrem ainda nos primeiros anos de vida e são os aprendizados culturais que vão permear o recorte que se terá do mundo. No entanto, essas e outras apreensões que se deveria ter do espaço público ainda é um pouco ilusório e/ou insatisfatória à população de Aquidauana que pouco se identificam com os espaços ou que não tem esses espaços para a identificação pessoal e social.

CONCLUSÃO

“Só sei que nada sei”
Sócrates

O espaço como instância social, como um conjunto indissociável de formas e de práticas sociais contém e está contido, dialeticamente e ativamente, em todas as problemáticas da sociedade nas suas diferentes escalas. É a partir desse pressuposto que esta pesquisa objetivou compreender a praça, entendida como síntese do lugar e tendo a cidade como subespaço da totalidade mundo, como cenário para as investigações.

As praças, peça fundamental no desenvolvimento das relações sociais, são importantes na constituição de cidades mais cidadãs. E ao passo em que o mundo vai se rendendo cada vez mais ao poder da imagem e de práticas virtualizadas e interpessoais, em que cresce a desigualdade social e aonde os valores culturais vão ficando minimizados nas residências e não mais a um grupo a praça vai se tornando um elemento mais importante na construção de uma sociedade mais consciente de si, justamente por ser um lugar marcado pela diversidade e liberdade. Portanto, os que dela se apropriam compõem ao menos uma visão parcial e uma presença diante das diferenças da cidade, estando um passo à frente para a desalienação.

Síntese social, como também uma fração do mundo no lugar, as praças têm se tornado cada vez mais importantes instrumentos para o entendimento da história e da sociedade na qual está inserida. E longe de ser somente um palco para os acontecimentos da vida cotidiana, as praças, permeiam contundentemente todos os seus aspectos, compondo e sendo composta de histórias cidadinas.

Assim, como um espaço em constante redefinição, por vezes, as praças se apresentam relegadas ao esquecimento devido à perda de algumas funções, enquanto que em outros momentos elas são bastante evidenciadas como locais simbólicos, de espetáculos e lazer. De fato, esses lugares são

marcados expressamente pelo processo de produção da cidade que se contradiz e encontra-se emergida em conflitos refletindo, por isso mesmo, o lugar das possibilidades e das manifestações sociais de caráter variado. Nesse sentido, os espaços públicos de Aquidauana, em particular as suas praças, agem como elementos tradutores das diferentes experiências cotidianas e cidadinas da sociedade, e do espaço aquidauanense. Por conseguinte, essas situações são possíveis de serem identificadas no processo histórico desses lugares como, por exemplo, no fim do Passeio Público, na alteração coloquial por parte da população para o nome da Praça Nossa Senhora da Imaculada Conceição e da Praça Afonso Pena, nas diversas formas de usos e não usos desses locais e na distribuição dos elementos nesse cenário que legitima a história desse povo.

Portanto, valorizar esses espaços é valorizar a história de cada indivíduo que lançou luz a projeção de sua vida no tempo e de sua produção no espaço concedendo personalidade a cidade.

Logo, o presente trabalho trouxe ao entendimento social algumas discussões que envolvem esses espaços públicos de lazer. O que se propôs foi uma averiguação das práticas de uso desses espaços pelos cidadãos de Aquidauana sob uma análise a partir das transformações sociais e espaciais no contexto histórico dessa cidade. Percebendo a utilização feita pela sociedade das praças tornou-se possível reafirmar que as praças são espaços do lazer, da contemplação, da prática do comércio, das negociações, do passeio, das contradições e do ato de fazer política. Constituindo-se num lugar de encontros e convívio com as diferenças, as praças também são guardiãs de legados culturais, servindo em diferentes épocas como palco para acontecimentos da vida pública e privada, sagrada e profana. Mas que, ainda é preciso a existência de muitos espaços semelhantes a esses para que a população de Aquidauana viva plenamente esses conceitos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANDRADE, Carlos R. M. de. De Viena a Santos: Camilo Sitte e Saturnino de Brito. In: SITTE, Camilo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. Organização e apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade. São Paulo/SP: Ática, 1992, p. 206-234g.

ARAUJO, Ana Paula Correia. **Processos Espaciais e a Organização do Espaço**. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. 7ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Forense Universitária, 1995, 348f.

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a história: história geral e história do Brasil**. 10ª edição. São Paulo/SP: Ática, 2000.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas/SP: Papirus, 1994. (Coleção Travessa do século).

BARBOSA, Lucimar Constantino. **Organização do Espaço Agrário: um estudo do Município de Jardim/MS**. Monografia (Especialização em Geografia) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana/MS, 2005, 58f.

BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia A. de e SANTOS, Milton (Orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo/SP: Nobel, 1986, p. 1-24. (Coleção Espaços).

BELLORIO, José H. **Estações Ferroviárias do Brasil**. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/aquidauana.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2009, 20h 32min.

BENKO, Georges. **A Recomposição dos Espaços**. In: Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, Vol. 1, N.2, março a agosto de 2001, p. 7-12. Disponível em: <http://biblioteca.ricesu.com.br/art_link.php?art_cod=347>. Acesso em: 12 de maio de 2007.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. Tradução de Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro/RJ: Eduerj, 2002, p. 83-

131.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade.** Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia.** 5ª edição. São Paulo/SP: Contexto, 2005, p. 173-186.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Crítico; v. 48).

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino.** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1992.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Florianópolis/SC: EdUFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro/RJ: Eduerj, 1999, p. 57-97.

CORRÊA, Roberto Lobato. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2003, p. 167-186.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição.** 1ª edição. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2007, p. 23-34.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, políticas e espaço. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço.** Rio de Janeiro/RJ: Eduerj, 2005, p. 9-42.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** 6ª edição. São Paulo/SP: Ática, 1998.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. Tradução de Olivia B. Lima as Silva. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e Cultura.** 2ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Eduerj, 2004, p. 92-123.

COSGROVE, Denis. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: um século (2).** Rio de Janeiro/RJ: Eduerj, 2000, p. 33-60.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua.** 4ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 1991.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia.** 5ª edição. São Paulo/SP: Contexto, 2005, p. 161-171.

DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de**

urbanização no Brasil. 1ª edição. São Paulo/SP: Edusp, 2004.

DOS SANTOS, Carlos Nelson F. e VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa:** a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª edição. São Paulo/SP: Projeto, 1985. 156 f.

DOURADO, Geová E. & MOREIRA, Nery B. **Isto é Aquidauana.** In: Revista de 80 anos do aniversário de Aquidauana, de 1892 a 1972. Edição especial. Aquidauana/MS: s/ed. 1972.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. Tradução de Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, textos e identidades.** Rio de Janeiro/RJ: Eduerj, 2004, p. 91-132.

ESTÁCIO, Mércia Maria de Santi. **A rua e a praça:** espaços para o brincar no período colonial. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em: 13 de abril de 2009.

FERRERA DE LIMA, Jandir. **A concepção do espaço econômico polarizado.** In: Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, Vol. 4, N. 7, p. 7–13, set. 2003. Disponível em: <http://biblioteca.ricesu.com.br/art_link.php?art_cod=90>. Acesso em: 06 de setembro de 2007.

FIGUEIREDO, Walter Gonçalves. **Espaço público espaço privado.** (Dissertação de mestrado). Curso de Pós-Graduação: Estruturas Ambientais Urbanas. São Paulo/SP, 1983. 110f.

GARDIN, Cleonice. **Campo Grande:** entre o sagrado e o profano. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 1999. 184f.: Il.; 18 cm. (Fontes novas. Especial 100 anos de Campo Grande).

GASTAL, Susana. O produto *cidade*: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Turismo Urbano.** 2ª edição. São Paulo/SP: Contexto, 2001, p. 33-41.

GAUTO, Gustavo. **Aquidauana, 113 anos de fundação:** algumas reflexões. Anastácio/MS: Grafiarts, 2005.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **As Praças de Ribeirão Preto-SP:** uma contribuição geográfica ao planejamento e a gestão dos espaços públicos. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2005. 204f.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Religião, identidade e território.** Rio de Janeiro/RJ: Eduerj, 2001, p. 93-113.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **La guerra infinita:** hegemonia y terror mundial. São Paulo/SP: Contexto, 2001.

GUIDUCCI, Roberto. **A cidade dos cidadãos**: um urbanismo para todos. Tradução de Patrícia M. E. Cenacchi. São Paulo/SP: Brasiliense, 1980.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro/RJ: Eduerj, 1999, p. 149-168.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 1999a.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo horizonte/MG: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Tradução de Javier Gonzalez-Pueyo. 4ª edição. Barcelona: Ediciones península, 1978. (Antologia Preparada por Mário Garívia).

LEITE, Adriana Filgueira. **O Lugar**: duas acepções geográficas. Disponível em: <www.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2009.

LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava - PR**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente/SP, 2008. 338f.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. São Paulo/SP: Ed. Martins Fontes, 1980.

MAIA, Doralice Sátyro. **A rua e a cidade**. Com Ciência. Revista eletrônica de jornalismo científico, v. 88, p. 277, 2007. Disponível em <www.comciencia.br/comciencia>. Acesso em: 14 de abril de 2009, 19h 57min.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, vol. 14 (4), p. 21-33, out. – dez. 2000. Disponível em: <www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php>. Acesso em: 16 de abril de 2009.

MARTINS JUNIOR, C. **Casa Cândia do Município de Anastácio - MS**: patrimônio e memória social. In: III Simpósio Internacional Sobre Religiões, Religiosidades, Diálogos Culturais e Hibridações, 2009, Campo Grande. Anais do III Simpósio Internacional Sobre Religiões, Religiosidades, Diálogos Culturais e Hibridações. Campo Grande/MS: Ed UFMS, vol. 1, p. 1-7, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo/SP: Nova Cultura, 1996. Vol I. Livro Primeiro. (Coleção os Economistas).

MONTENEGRO, Glielson Nepomuceno. **A Produção do Mobiliário Urbano em Espaços Públicos**: O Desenho do Mobiliário Urbano nos Projetos de Reordenamentos das Orlas do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Natal/RN, 2005. 192f.

NEVES, Joana. **Um porto para o Pantanal: a fundação de Aquidauana: civilização e dependência.** Campo Grande/MS. Ed. UFMS, 2007. 156f., 21 cm. Inclui índice. ISBN: 978-85-7613-103-8.

NICOLACI-DA COSTA, Ana Maria. **O cotidiano nos múltiplos espaços contemporâneos.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, UnB, vol. 21 n. 3, p. 365-373, 2005.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino – **Nas Ruas da Cidade:** um estudo geográfico sobre as ruas e calçadas de Campo Grande, MS. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 1999. 148f.: Il.; 18 cm. (Fontes novas. Especial 100 anos de Campo Grande).

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **A rua e a cidade:** Campo Grande e a 14 de Julho. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2005. 211f.: il., mapas; 21 cm.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **A Rua, o Fetiche da Mercadoria e a Produção da Cidade (Artigo).** Revista de Geografia: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, Ano VI – nº14 – Julho – Dezembro de 2001.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. O lugar da praça: pracialidades contemporâneas na megalópole do sudeste brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Territórios Brasileiros: usos e abusos.** São Paulo/SP: Ed. Territorial, 2003, p. 130-145.

QUEIROZ, Dolores de Carvalho. **Afonso Pena: a praça invisível.** Monografia (Graduação em Turismo) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Aquidauana/MS, 2006. 70f.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** 1ª edição. São Paulo/SP: Ática, 1993.

RAMOS, Leonardo César Souza – **A Sociedade Civil em Tempos de Globalização:** uma perspectiva Neogramsciana. (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. Rio de Janeiro/RJ, 2005. 219f.

ROBBA, Cláudio. **Aquidauana Ontem e Hoje.** Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Aquidauana/MS, 1992.

ROBBA, Fabio e MACEDO, Silvo Soares – **Praças Brasileiras. Public Squares in Brazil:** São Paulo/SP: Edusp, 2003.

SANTOS, Carlos. O conceito de extenso (ou a construção ideológica do espaço geográfico). In: SOUZA, Maria Adélia A. de e SANTOS, Milton (Orgs.). **A construção do espaço.** São Paulo/SP: Nobel, 1986, 25-31. (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo/SP: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo/SP: Edusp, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4ª edição. São Paulo/SP: Nobel, 1997. (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. 2ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2ª edição. São Paulo/SP: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Pensando e espaço do homem**. São Paulo/SP: Hucitec, 1982a.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo/SP: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo/SP: Hucitec, 1994.

SASSEN, Saskia. A cidade global. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota e NABUCO, Maria Regina (Orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. 2ª edição. São Paulo/SP: Hucitec, 2002. p. 187-202.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J. L. S (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

SERPA, Ângelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo/SP: Contexto, 2007.

SITTE, Camilo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. Organização e apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade. São Paulo/SP: Ática, 1992.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2003. 192f.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15ª edição. São Paulo/SP: Contexto, 2005. (Repensando a Geografia).

STRAFORINI, Rafael. Dilemas do ensino de Geografia. In: **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. 2ª edição. São Paulo/SP: AnnaBlume, 2006, p. 47-73.

STRAFORINI, Rafael. O método: desvelando o tema. In: **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. 2ª edição. São Paulo/SP: AnnaBlume, 2006, p. 29-44.

VEIGA, José Eli. **A face territorial do desenvolvimento**. Encontro Nacional de Economia, 27, Anais, v. II. Belém, 8-10 de dezembro de 1999, p. 13011318.

VESENTINI, José William. O ensino da geografia no século XIX. In: **Geografia e Ensino: Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP: AGB, 1995, nº 17, p. 05-19.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. **Aquidauana**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Aquidauana>>. Acesso em: 16 de outubro de 2009.

YURGEL, Marlene. **Urbanismo e lazer**. São Paulo/SP: Nobel, 1983. (Originalmente apresentada como tese de doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1972).

OUTRAS REFERÊNCIAS

JORNAL AQUIDAUANA NEWS. (Jornal Diário) Levantamento de matérias sobre a cidade e os espaços públicos referentes ao período de agosto de 2008 e agosto de 2009. Disponível em: <www.aquidauananews.com>. Acesso entre agt. 2008/ agt. 2009.

RELAÇÃO DE IMÓVEIS. Cadastro da Prefeitura. 205f. Prefeitura Municipal/Setor Tributário. Aquidauana, 2009. (impresso).

ENTREVISTAS

Rubens Fernando de Camilo, arquiteto responsável pela reforma das praças de Aquidauana.

Maria Regina Farias Falcão, moradora da Vila Quarenta.

Apolinária Echeverria, moradora da Vila Santa Terezinha.

APÊNDICE

ENTREVISTA

BAIRRO: Vila Bancária (); Vila Quarenta (); Vila Santa Terezinha ().

Nome:_____.

Idade:_____. Sexo: F () M ().

Número de pessoas que moram na residência:_____.

Quantos adultos: (somando com o entrevistado) acima de 26 anos ().

Quantas crianças: 0-14 anos ().

Quantos Jovens: 15-25 anos ().

- 1) Quanto tempo reside nesta cidade?

- 2) Quanto tempo reside neste bairro?

- 3) Você frequenta alguma praça? Sim () Não ().

- 4) Porque você não frequenta alguma praça?

- 5) Qual praça você frequenta?

- 6) Com qual frequência?

- 7) Por qual motivo você frequenta essa praça? (em busca de lazer, trabalho, ócio, contemplação...)

- 8) O que você acha das praças do Estudante e da Matriz como espaços de sociabilização?

Nome do Entrevistador:_____.

ANEXO 1:
Artigo 46 do Primeiro Decreto Lei de
Aquidauana de 1907.

Velho
 elle lido, submettido sua redacção ao appoio da Camara, foi unanimemente approvada. Entrando em terceira discussão o projecto numero quatro, que foi lido, não havendo proposta de emenda nem substitutivo, e submettido a approvação com a mesma redacção, foi approvado por maioria de votos.

Em seguida entrou em primeira discussão o projecto numero cinco que foi lido, não havendo quem fizesse uso da palavra sobre o mesmo projecto, e sendo submettido a approvação da Camara foi unanimemente approvado. Posto em segunda discussão este projecto, não havendo quem sobre o mesmo fallasse, sendo submettido a approvação, foi unanimemente approvado.

Não mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos do dia, marcando para a sessão de amanhã, na primeira parte da ordem do dia a apresentação de projectos, pareceres e mais trabalhos que devam ser submettidos a deliberação da Camara; e na segunda parte a terceira discussão do projecto numero cinco; em seguida levantou-se a sessão, lavrando em Manual de Castro e Pinho Secretarios interinos a presente acta que vai assignada por tres.

Alfredo Lagan Velasco
 Presidente

Estevão Alves Cosme
 Theophrasto Rodrigues
 Augusto Anderson

Decreto n.º 1.

A Camara Municipal da Villa de Agui
 Bauana Secreta:

Artigo 1.º O Municipio de Agui Bauana se
 uniu a Comarca de Miranica pela Lei

lançada e escripturada mensalmente em livro proprio, aberto, numerado e rubricado pelo Presidente da Camara, levando neste livro termo de encerramento.

Artigo 42.º Os Tallaõs, Sigo, o imposto de lançamento serão pagos no primeiro trimestre do anno, e os que forem pagos no segundo trimestre será com a multa de dez por cento e no terceiro trimestre com a de vinte por cento; no quarto trimestre a multa, será, Sigo, o imposto será cobrado executivamente com a multa de vinte cinco por cento.

Artigo 43.º O imposto de patente é devido por todos os que individual ou collectivamente exercerem uma industria, arte ou officio, com estabelecimento de officina ou escriptorio.

Artigo 44.º Logo que se estabelecer no patrimonio municipal matadeuro publico o Intendente Geral mandará por um agente de sua confiança e nomeação fiscalisar a matança que nelle se fizer, fazendo inscrever diariamente o numero e marca do gado abatido.

Artigo 45.º O Procurador Municipal nos Tallaõs que expedir de pagamento do imposto do gado abatido para o consumo, dará a marca do gado inscripta, ficando tambem a nota no tallo nario.

Artigo 46.º É expressamente prohibido:

- 1.º Cortar madeira e arrancar pedra em terrenos municipal sem licença do Intendente; o infractor pagará a multa de vinte mil reis.

11
Hilasco

- 2.º Apossear-se de terreno municipal sem se pelos meios previstos por este código; o infraactor pagará a multa de vinte mil reis.
- 3.º Criar e conservar porcos ou cabras no recinto da Villa.
- 4.º Ter cabras soltas nas ruas e praças.
- 5.º Conservar nos quintaes ciscos, immundicies, animaes mortos, aguas estagnadas ou lamaças.
- 6.º Lançar nos caminhos, riachos e cacimbas animaes mortos ou materia que por sua de composição possam cerremper ou viciar a pureza d'agua.
- 7.º Ter preso ou solto animaes Cavallares ou muaras affectados da peste conhecida por "Cabeira".
- 8.º Conservar nos quintaes formigueiros de qualquer especie.
- 9.º Usar as Casas de Commercios de pesos e medidas não aferidas.
- 10.º Matar gado bovino para consumo, dentro do recinto da Villa.
- 11.º Depositar ciscos, lixo, vidros, garrafas, ossos, immundicias ou animaes mortos nas ruas e praças desta Villa.
- 12.º Domar ou adiestrar animaes pela rua e praça.
- 13.º Borrar, rasgar ou riscar escrever de qualquer forma nas paredes dos edificios publicos ou particulares.
- 14.º Banhar-se em lugar publico.
- 15.º Fazer algazarra, vozéria, gritos nas ruas e praças publicas ou casas particulares, dentro do recinto da Villa, ficando exceptuado os regosijos civicos

nas festas commemorativas de datas nacionaes.

16.º Dar espectaculo e bailes publicos, fazer corrida de cavallo, briga de gallos ou outros divertimentos e apostas de que se aufera lucros sem licenca da Intendencia.

17.º Atirar com armas de fogo dentro do recinto da Villa.

18.º Fazer rifas por meios de assignaturas ou outro qualquer sistema.

19.º Usar de marcas para animmais vacum ou cavallar sem estar registrada, o infractor sera' multado em vinte mil reis.

20.º Depositar nas ruas materias para obra difficultando o transito publico.

21.º Vender ou expor a venda generos comestiveis falsificados ou deteriorados.

22.º Tapar, estreitar, mudar ou por qualquer forma impedir o transito publico.

23.º Mudar o leito do ribeiraõ desviando o curso das aguas ou fazendo represa, multa de vinte mil reis.

24.º Fazer escavacões nas ruas e praças sem licenca do Intendente.

25.º Andar no recinto da Villa armado de faca, espada, arma de fogo de qualquer especie.

26.º Tirar esmola para festividade religiosa dentro do Municipio sem licenca do Intendente, multa de vinte mil reis.

27.º Ter nas fanellas, sacadas, muros ou em qualquer lugar sobranceiros a ruas, objectos que possam cahir e offender os transuentes.

28.º Fazer serrubada de mattas em ter-

11
Nelasca

reus Municipais do patrimonio, multa de duzentos mil reis.

29.º Andar a cavallo nos passeios em frente aos edificios, ou a galope pelas ruas.

30.º Ter cães de caça ou estiracões nas ruas sem o necessario registro.

Disposições transitórias.

Artigo 1.º O primeiro lançamento de industria e profissão será feito e publicado até o dia trinta do corrente mez e entrará em vigor a primeiro de Junho vindouro.

§ Unico. As reclamações de quem se julgar prejudicado com este lançamento serão accitadas até o dia quinze de Junho proximo.

Artigo 2.º Os impostos de lançamentos neste anno será pago por metade.

Artigo 3.º A despesa a fazer-se no corrente anno, com a gratificação ao Intendente, vencimentos dos empregados da Câmara, allugueis de casa, illuminação, expediente, compra de livros, lampuzas das praças ruas e Cemiterio, taxas do Correio e telegrapho, serão as duas primeira feitas por metade, e as restantes pelas suas respectivas importancia.

Artigo 4.º A afinação de pesos e medidas entrará em vigor depois que a Câmara receber os padrões indispensaveis. Affirmação de Pedro de Sá, Estevão Alves Cordeiro, ~~Thomaz Rodrigues~~ Augusto Avelar e
Decreto N.º 2.

Artigo Unico. Fica concedido ao Cidadão João Dias da Cruz Cordeiro, e seus herdeiros gratuitamente o lote de terras que occupa no patrimonio municipal, com a lavoura da

ANEXO 2:
Parte do Registro do Livro Tombo da Igreja
Nossa Senhora da Conceição de 1919.

nomeado o Sr. João de Almeida Castro. Em 1898 foi creado pelo governo do Estado, o Districto policial de Aguidauana, sendo nomeado para o cargo de Subdelegado de Policia o mesmo Coronel. Do anno seguinte foi elevada a Parochia de Par, e, sendo cargo de Juiz de Par de eleição popular, foi para elle eleito ainda o mesmo Sr. João de Almeida Castro. Em 1907 foi Aguidauana constituido em termo judicial, unido a Comarca de Miranda, tendo sido nomeado pelo Decreto n. 183, de 20 de Fevereiro de aquelle anno, 1.º Supplente do Juiz de Direito o Sr. Almeida Castro que se conservou no exercicio deste cargo até 1911. Foi, pois, em 1911 que Aguidauana foi elevada a categoria de Comarca, sendo desligada da de Miranda por Decreto n. 277, de 28 de Março de 1911.»

Egreja de S. B. Conceição em 19 fizeram construir uma capella em frente a Residencia do Ex.º Sr. Sr. José Alves Ribeiro, mas, demolida por um tufão, foi levantada em 19 quasi no fundo da Praça de S. B. da Conceição.

"Aguidauana" elevada a "cidade" Com uma impetuosidade e enthusiasmo desusado em Agosto de 1918, realisaram-se os festejos em regosijo pela elevação de Aguidauana a categoria de cidade. No dia 14 de Agosto de 1918 realisou-se na Praça da Conceição, a grande kermeesse em beneficio dos festejos; na parte fronteira a Igreja sobresahia um lindo "Arco Triunphal".

No dia 15 ás 9hs com a mais selecta concurrencia de Ex.ºs Famílias e cavalheiros, foi por um Pomo Padre Salesiano rezada a Missa solemne, na Igreja local, em accção de graças pela elevação de Aguidauana a categoria de cidade. As 12hs do dia, na Igreja local, realisou-se a benção da bandeira do Estado de Mato Grosso, tendo sido de padrinhos o Sr. Sr. Estevão Alves Louisa e a Ex.ª Sra. Estelina Alves Ribeiro.

Benção da Bandeira do Estado, As 13 horas houve sessão civica na Intendencia

Inicio dos
da Luz

Alfai

J. O. Martins

6

Moedas providenciadas pelo Vigário

- 1 Confessionario liturgico - 1 Guarda alfaias com cabides.
- 1 Gabernaculo forrado de seda
- 12 lasticaes de madeira tornidos
- 6 Porta-flores " "
- 7 Banguinhos ^{de azulejos}
- 1 Quadro de S. Antonio
- 1 Pedestal de madeira - base nicho de N. S.ª Conceição
- 1 Banco - balaustra p.ª communhão dos fideis

Aquidauana, 25 de Junho de 1921

O Vigário P.º José Giardelli Salesiano

Regulamentação das Festas

Secreto

N.ºs José, por graça de Deus e da Santa Sé Apostolica,
Bispo de Corumbá

1.º Fazemos saber que:

considerando ser de necessidade a regularização das festas religiosas nesta Diocese; considerando que os fideis devem ter certeza da realização das mesmas, quando annunciadas;

considerando que ha leis, que regem a especie, as quaes se acham consignadas na grande Pastoral Collectiva, adoptada em todos os Bisposdos do Brasil; considerando que, por ser a unidade uma das notas características da Igreja, a maior uniformidade deve ser observada nos seus actos e ceremonias, principalmente num mesmo paiz.

Havemos por bem determinar que, nesta Diocese, d'oradante os programmaes das festas religiosas, em todos os seus detalhes, sejam organizados de accordo com os R.ºs. Parochos; que se deverão

«ser reconhecidos pelos fiéis como authenticos os que
 tiverem o «Visto» da autoridade parochial, de-
 sendo ser rigorosamente observado o que em seu
 numero 1169 prescreve a Pastoral Collectiva de
 1915; que as insignias, que forem conduzidas por
 occasião de colheitas de esmolas, cada dia, após a
 colheita, sejam recolhidas á sua igreja, não poden-
 do, em hypothese alguma, ficar em casas particu-
 lares; que os leilões, que, porventura, deva haver,
 sejam realizados publicamente, em barracas con-
 struidas nas proximidades das igrejas; e que,
 tanto da receita, que não deve ser desviada para
 profanidades, como das despesas, sejam tomadas
 as devidas notas, indicadas^{as} suas origens, para
 que, terminada a festa, os seus promotores pre-
 stem contas ao proprio Parocho, conforme estabe-
 lece a mesma Pastoral Collectiva em o n. 1170.
 Os usos contrarios ao espirito da igreja não con-
 stituem costume.

«Um catholico, consciente de sua fé, não pode dei-
 scar de acatar as determinações, em materia re-
 ligiosa, da Autoridade Ecclesiastica.

«Esperamos pois do espirito religioso dos fiéis, Nossas
 Diocesanos, que estas Nossas ordens, dictadas pelo
 muito interesse, que nutrimos, de ver esta Diocese
 acompanhar o progresso de suas coirmãs dos ou-
 tros Estados, serão executadas como devem, a fim
 de que Nós seja poupado o desprazer de prohibir,
 como prohibimos, a realisação de festas, que as
 contrariem.

«Os Pds. Parochos leiam e expliquem o presente
 a seus parochianos, á estação da Missa, no pri.

D. O. Monteiro

7

meio domingo após o seu recebimento, e o registem integralmente no livro do Livro do Livro da Parochia. Dado em Corumbá, aos 10 de Setembro de 1921.

L+S + José, Bispo de Corumbá - Vê "A Defesa", n. 5.

O decreto acima registrado foi lido à estação das Missas aos 18 de Setembro de 1921.

Mapa Parochial

Anno 1920

1. A população da Freguezia de Aguiarana urbana é de 3 mil habitantes, a do Municipio é de 5108. Total 8108 hab.
2. Baptizados de crianças nascidas em 1920 - homens 23; mulheres 21. Nascidas em annos anteriores - homens 63; mulheres 67, adultas 2. Total - homens 86; mulheres 90. Somma 176.
3. Casamentos entre homens solteiros e mulheres solteiras 27; entre solteiro e viúva 1; entre viúvo e solteira 1. Total 29.
4. No segundo meado do mez de Abril houve a Visita Pastoral do Exmo e Rmo Sr. Bispo Diocesano, durante a qual administrou o sacramento da Confirmação a 30 homens e a 65 mulheres. Total 95.
5. Durante todo o anno houve 35 obitos de homens e 23 de mulheres - total 59. Destes 25 foram crianças e 34 adultos.
6. Foi administrado o S. Viatico a 1 mulher; receberam a Extrema Unção 4 mulheres; foram encommendados 6 homens e 4 mulheres.
7. Houve aula de Catecismo duas vezes por semana; ás 16^{hs} das quintas e dos Domingos.
8. De Janeiro até Agosto nos dias de preceito houve uma Missa ás 8 1/2^{hs} Nos de Setembro em diante tendo com seguido a licença de binar, a primeira ás 7 1/2 e a

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)